

Introdução

O romance histórico tem o poder de despertar mais facilmente a curiosidade do leitor do que outros géneros romanescos. Quem nunca se viu tentado a descobrir algo mais sobre uma figura admirada, repudiada ou simplesmente conhecida? Ana Miranda decidiu experimentar a ficção histórica quando escreveu o famoso e premiado *Boca do Inferno*, o seu primeiro romance, publicado em 1989. Nesta narrativa, a romancista apresenta ao leitor tudo o que ele poderia esperar a nível de personagens históricas, numa ficção documentada: figuras admiradas, repudiadas e ainda aquelas apenas conhecidas, unidas a outras personagens livremente imaginadas pela escritora.

Nos anos seguintes, obras como *O Retrato do Rei*, *Desmundo* e *Dias e Dias*, consolidaram a carreira de Ana Miranda como uma romancista de ficção histórica. Apesar de ter produzido algumas obras poéticas e outros tipos de narrativa ficcional, a escritora obteve a sua actual e permanente evidência na Literatura Brasileira através de seus romances históricos, e principalmente pelo aclamado *Boca do Inferno*. O género de eleição de Ana Miranda parece aumentar a sua popularidade dia após dia no Brasil, pois a cada ano o mercado é inundado com novas publicações que incorporam História à ficção. O público do romance histórico no Brasil é muito variado, e justamente por isso a procura por obras do género parece não ter fim e estar sempre em crescimento.

Desde Walter Scott, no século XIX, já existia o desejo oculto dos leitores de poder adentrar no universo das figuras históricas. Este anseio tornou-se ainda mais acessível através da ficção documentada contemporânea, que conseguiu cortar de vez as rédeas impostas pelo escritor inglês, que podavam a liberdade criativa dos romancistas. Ana Miranda encaixa-se na contemporaneidade do género, pois deslumbra os leitores com grandes personalidades históricas em primeiro plano, como o Padre António Vieira

e o poeta Gregório de Matos que circulam e dialogam com personagens ficcionais em *Boca do Inferno*.

Nesta, que é a sua primeira narrativa de ficção histórica, a escritora reconstruiu a cidade de São Salvador da Bahia, do século XVII, e a povoou com figuras que marcaram época neste período. Um acontecimento histórico – o assassinato do alcaide-mor Francisco Teles de Menezes – interliga todas as personagens, históricas e ficcionais, e movimenta toda a trama. Através deste crime, os leitores têm a possibilidade de conhecer o grande conflito que dividiu a cidade da Bahia naquela altura: Menezes *versus* Ravasco. Este dissídio é muito bem construído pela romancista, que apresenta uma disputa exposta ao pormenor, e que vai desde os pensamentos de Vieira aos sonhos do governador António de Souza Menezes.

Esta dissertação procurou analisar como Ana Miranda construiu cada personagem do conflito, e mais exactamente os membros da família Ravasco, servindo-se a autora dos registos históricos que obteve, mas também valendo-se de sua autonomia criativa. O maior intento deste trabalho é perceber e examinar a óptica da autora na criação do Padre António Vieira, do secretário de Estado, Bernardo Ravasco, e dos seus filhos, Gonçalo e Bernardina. Também foi observada a relação tecida na narrativa de algumas personagens históricas ou ficcionais com os Ravasco, entre as quais o poeta Gregório de Matos, a criada Maria Berco e o governador António de Souza.

A dissertação está organizada em três partes, sendo que a primeira é destinada a apresentação da autora e da sua obra, dada a necessidade de conhecê-la mais a fundo, para melhor entender-se o seu universo criativo. Na segunda parte examinam-se o surgimento e a teoria do romance histórico, sua expansão no Brasil, e a manipulação do género por Ana Miranda, em *Boca do Inferno* e em outras obras de sua autoria.

Pretendeu-se neste capítulo explicitar a origem do romance histórico, – pois já é questionada a concepção de que a existência do género seja anterior a Walter Scott – acompanhar a sua evolução até a contemporaneidade, e também observar a construção específica da ficção histórica de Ana Miranda.

O terceiro capítulo trata de descrever a participação da família Ravasco em *Boca do Inferno*. Atentou-se para o modo engenhoso de a romancista ficcionalizar as suas personagens históricas, a forma como se apodera da matéria de extracção histórica e a cose sem brechas à ficção. Constatou-se que a intertextualização é um método utilizado em toda obra para conferir a verosimilhança almejada; e também foi notado o cuidado em referir pormenores de factos documentados para garantir a credibilidade necessária à narrativa de forma muito natural. Para efectuar esta análise, o capítulo foi organizado em três partes: a primeira expõe a estrutura do romance, para que desse modo a obra possa ser ligeiramente apresentada antes de adentrar-se por completo no estudo das personagens; em seguimento, deu-se atenção especial ao acontecimento histórico que move a trama, o assassinato do alcaide-mor, observando como a romancista reconstrói o episódio e qual o envolvimento atribuído aos Ravasco neste crime; por fim, a terceira e última parte investiga propriamente a construção de cada integrante da família de Vieira em *Boca do Inferno*. Para isso recorreu-se à História dos Ravasco na Bahia, como também foi dada a devida atenção às andanças do Padre António Vieira pelo mundo, estudou-se a sua figura política e o seu papel de jesuíta e escritor.

O objectivo principal deste trabalho é analisar a recriação da família Ravasco pela mão de Ana Miranda. Portanto, na conclusão, é discutida a importância desta família na narrativa, posto que os seus membros, além de se verem envolvidos no acontecimento motor da obra, também representam uma das facções que divide a cidade da Bahia na altura. Também é observado o cruzamento brilhante entre personagens

ficcionais e históricas do romance, notando-se que a escritora, mesmo estando em seu universo criativo, assume um compromisso de fidelidade à História, até mesmo quando satiriza factos documentados.

Agregam-se três anexos no final da dissertação. O primeiro compõe uma breve árvore genealógica da família Ravasco, onde se aponta a ilegitimidade dos filhos de Bernardo Vieira Ravasco. O segundo reproduz a petição e queixa, mencionada neste estudo, do secretário de Estado contra o governador António de Souza Menezes pela detenção ilegal deste irmão de Vieira e também pela redução arbitrária de seus vencimentos. E por fim, o último anexo é constituído pela inserção de um trecho do novo romance de Ana Miranda, *Yuxin, Alma*, publicado no mês de Julho deste ano. A inclusão se deve ao interesse de divulgar em Portugal o mais recente trabalho da romancista, que ainda não foi lançado aqui, e que também mescla História à ficção.

Porque a eleição de *Boca do Inferno*?

A minha atracção pelo romance histórico já existia muito antes de pensar em produzir uma dissertação que envolvesse o género. O gosto pelos romances de testemunho, ou políticos, influenciou o meu desejo de descobrir a História por de trás da ficção. Este anseio cresceu ainda mais depois de realizada a primeira leitura de *Boca do Inferno*, seguiram-se outras obras de mesmo cunho, além de estudos sobre a narrativa histórica. Após a produção de um trabalho de pós-graduação sobre este romance de Ana Miranda, cresceu o incentivo para um projecto de fundo sobre a obra e o género. A curiosidade de desvendar a matéria de extracção histórica na criação da família Ravasco deu o início a este trabalho, que veio possibilitar a apresentação de uma comunicação no *II Colóquio Internacional de Relações Literárias Luso-Brasileiras – Textos e Fronteiras*, organizado pelo CLEPUL, em parceria com a PUC-RS, em Abril deste ano.

1. Ana Miranda: vida, obra e fortuna crítica

1.1 . Passos Iniciais

Na Praia de Iracema, em Fortaleza, em Agosto de 1951, nasceu a menina Ana, que viria a se tornar uma grande escritora da Literatura Brasileira. Segunda filha do engenheiro José Américo de Almeida e da dona de casa Zuíla César Nóbrega, Ana Miranda resume numa frase o início da sua trajectória:

Nasci, como todas as crianças, com todas as aptidões da sensibilidade, para desenho, música, movimento, ritmo, cor, teatro, fantasia, sonho, mas tive a sorte de ver as minhas aptidões desenvolvidas.¹

Tais aptidões começaram a ser desenvolvidas muito cedo, pois a futura escritora respirava arte desde menina. Ela e a irmã – a cantora e compositora Marlui Miranda – brincavam de viver o futuro: enquanto Marlui se dedicava ao violão durante horas, Ana gostava de desenhar flores e de escrever. Desenvolvido o hábito da escrita, ela demonstrou, desde logo, vivo encantamento face ao poder de formação das palavras, o que a leva ainda hoje a reconhecer que “trabalhar com as palavras é um processo tanto racional quanto intuitivo”.²

Para desenvolvimento de um imaginário criativo que sempre esteve presente no seu espírito, Ana Miranda pôde contar com as andanças que a sua história de vida lhe veio proporcionar:

Sáimos de Fortaleza em Janeiro de 1957, e eu tinha cinco anos – faria seis em Agosto. Meu pai foi convidado a participar da construção de Brasília, ele era engenheiro. Como não havia casa nem uma boa escola, e as condições eram muito precárias, papai considerou melhor esperarmos no Rio de Janeiro.³

¹ Helder Moraes Miranda, “A Literatura permeia tudo”.

² Anónimo, “Vida marcada pelos livros (Entrevista a Ana Miranda)”.

³ João Soares Neto, “Entrevista a Ana Miranda”.

Ana Miranda permaneceu no Rio de Janeiro apenas até 1959, pois neste ano toda a família foi para Brasília ao encontro do pai. Não para tentar uma nova vida, mas para permanecerem unidos, pois a sua família sempre teve uma boa situação financeira. Seu pai, José Américo, era filho de senhores de engenho na Paraíba e ainda em Fortaleza proporcionara às filhas e à esposa uma vida confortável. Ana Miranda assim o descreve:

Meu pai usava terno branco de linho e capacete de engenheiro, botas de cano longo. Tinha uma espingarda, pois gostava de caçar. Jogava tênis, tinha automóvel, gostava de uísque, ficava com um cigarro pendurado no canto da boca, usava óculos Ray Ban, [...]
Uma figura charmosa.⁴

De origem menos abastada, a mãe de Ana, Dona Zuíla, pertencia a uma família de artesãos, os Nóbrega. Como era a mais velha das mulheres, ajudava no serviço da casa e também era responsável pelos irmãos menores.

Mamãe era linda, mas seu rosto meio ‘caboclo’, olhos imensos, lábios grossos, era mal aceito, e diziam que ela era feia. Ela era meiga, sempre teve doçura.⁵

Os pais de Ana Miranda, segundo a própria escritora, apaixonaram-se logo no primeiro encontro. Casaram-se em 1935 e foram viver em Lima Campos, no Ceará, onde permaneceram até 1945. Com a mudança para a capital, vieram as duas filhas do casal: Marlui e Ana. O senhor José Américo tinha construído bem a sua família e ela era comum, simples e afectuosa. Justamente por estes atributos, Dona Zuíla, Marlui e Ana decidiram juntar-se ao pai em 1959, quando este esteve envolvido na construção da nova capital do país.

Ele acreditou na ideia de Brasília, e sempre dizia que devemos trabalhar por nosso país, não por nós mesmos.⁶

O que a família não esperava era a total sensação de estranheza que neles despertou a cidade ainda não acabada.

⁴ Anónimo, “Vida marcada pelos livros (Entrevista a Ana Miranda) ”.

⁵ *Idem, ibidem.*

⁶ João Soares Neto, “Entrevista a Ana Miranda”, *Jornal de Poesia*.

Impressionou-me a terra vermelha e plana, nem uma montanha, nem florestas, parecia um deserto vermelho. O mato era marrom e preto, ressecado, queimado, um verde ali, outro acolá,

[...]

Não havia mar. As casas eram quadradas, geminadas, os móveis estranhos. Tratores para todo o lado, manilhas, caminhões, valas, montes de material. Pensei, em minha mente infantil, que era outro planeta.⁷

Malgrado as dificuldades do novo universo em que foi habitar e as perdas impactantes decorrentes duma radical mudança de vida, Ana e sua família conseguiram aos poucos adaptar-se à nova situação. Depois deste período conturbado de ambientação numa cidade em formação, Ana Miranda começou a estudar artes em Brasília. Para além de seus estudos artísticos, Ana dedicou-se também à música, participando em festivais ao lado de sua irmã Marlui, que já era cantora e compositora. Em 1967, as irmãs venceram o Festival de Música de Brasília, com o chorinho *Boa Vida*, tornando-se de imediato celebridades. O antigo Presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo, que foi colega de Ana Miranda no Centro Integrado de Ensino Médio de Brasília, chegou a assistir a uma dessas apresentações musicais, tendo a seguir aconselhado a ex-colega “a cuidar de sua postura em palco”⁸. Mas a jovem Ana estava muito mais envolvida em seus estudos artísticos e foi para o Rio de Janeiro fazer um curso de verão com o grande artista Ivan Serpa. Surpreendida porém pela morte de seu pai, foi obrigada a interrompê-lo e a retornar a Brasília.

Continuando a estudar na capital do país, Ana Miranda ficara com a sensação de que o Rio de Janeiro poderia enriquecer em muito a sua formação artística. Assim, em 1969, regressa ao Rio de Janeiro, fixando-se aí em definitivo. Além de estudar com Roberto Magalhães, Rubens Gerschmann e outros artistas, ela pôde vivenciar no Rio um momento de efervescência cultural, se bem que explique que foi “mais uma testemunha que uma participante daqueles tempos, [pois] era muito caseira”⁹. Mas, na

⁷ Anônimo, “Vida marcada pelos livros (Entrevista a Ana Miranda) ”.

⁸ Alessandro Porro, “A Bela que queria algo com o Boca”.

⁹ Jerônimo Teixeira, “Namorada das letras”.

verdade, experimentou algumas drogas, como a maconha, e até frequentou as “Dunas da Gal”¹⁰, ponto de encontro da contracultura carioca nos anos setenta.

Tendo expandido horizontes, Ana Miranda não ficou apenas no mundo da música e das artes plásticas e, em 1970, estreou no cinema pelas mãos de Nelson Pereira dos Santos, em *Como Era Gostoso Meu Francês*, em que fez o papel duma índia. A partir daí, tornou-se umas das mais queridas actrizes do Cinema Novo, aparecendo em diversos filmes, tais como *Anchieta*, *José do Brasil e Amor*, *Carnaval e Sonhos*, ambos de Paulo César Saraceni; *Crônica de um Industrial*, de Luiz Rosemberg Filho; *A Faca e o Rio*, de George Sluizer, uma co-produção do Brasil e da Holanda na qual foi a protagonista ao lado de Jofre Soares.

A década de setenta foi altamente produtiva na vida de Ana Miranda em todos os aspectos. A jovem actriz acumulou experiência, conseguindo somar mais de quinze filmes em seu *curriculum*. A sua vida pessoal também não passou em branco, mesmo em meio a tantas produções cinematográficas, Ana foi mãe de Rodrigo, fruto de seu relacionamento com o actor Arduíno Colasanti. E em 1979, para fechar com chave de ouro os anos de sucesso artístico, Ana Miranda lançou seu primeiro livro.

1.2. Nascimento da Escritora

Apesar de uma carreira já significativa no cinema, Ana havia, como foi referido, revelado inclinação precoce para o mundo das letras, como ela própria explica:

Eu gostava de viajar com as equipas de cinema, era um tempo em que se fazia cinema por amor, mas a minha compulsão sempre foi autoral, jamais soube interpretar, não gosto de ser olhada.¹¹

¹⁰ Local da praia de Ipanema (Rio de Janeiro) em que, na época da Ditadura Militar, reuniam-se artistas, intelectuais e amantes da liberdade, tendo recebido aquele apelido em homenagem à cantora baiana Gal Costa que o frequentava.

¹¹Helder Moraes Miranda, “A Literatura permeia tudo”.

Daí que se tenha entregue à criação literária, publicando, em 1979, o seu primeiro livro: a colectânea de poemas intitulada *Anjos e Demônios*. A poesia despretensiosa dessa obra nascera ainda na infância da escritora, que afirma:

Anjos e Demônios é uma reunião de poesias escritas a partir dos doze anos de idade, portanto, é um livro muito irregular e ingênuo.¹²

À doce ingenuidade dos poemas de *Anjos e Demônios*, segue-se uma segunda obra: *Celebrações do Outro*, publicada em 1983. A ideia deste livro começou a surgir depois de Ana Miranda ter encontrado um manual de Olavo Bilac sobre as técnicas da poesia (metrificação, rima, etc.) e géneros poéticos, decidindo-se então a experimentar as formas tradicionais e clássicas nele apresentadas.

Escrevi sonetos, alexandrinos, sempre entusiasmada por novas palavras, tinha a pretensão de usar todas as palavras que descobria. O resultado foi um livro, mais uma vez, inexperiente.¹³

Depois dessas duas obras, passaram quinze anos até que a escritora voltasse a publicar o mesmo género, pois só em 1998, foi lançada a sua colectânea de poesias de amor conventual, intitulada *Que seja em segredo*. Seis anos depois, em 2004, saiu um novo livro de poemas de Ana Miranda. Com o título: *Prece a uma Aldeia Perdida*, a obra que traz citações de Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto, é um tributo à tradição literária brasileira.

Fascinada desde à infância pelos versos, a escritora descobriu, por volta dos treze anos, a poesia satírica e devassa de Gregório de Matos, que, nesta época, só estava disponível em edições expurgadas. Durante muito tempo, Ana cultivou a ideia de produzir algo que se relacionasse com o poeta dos versos libertinos. Debruçada sobre artigos e documentos a respeito de Gregório de Matos, a partir de 1984, começou a

¹² João Soares Neto, “Entrevista a Ana Miranda”, *Jornal de Poesia*.

¹³ *Idem Ibidem*.

envolver-se no universo baiano do século XVII, dando início à obra que se tornaria o grande marco em sua carreira de ficcionista: *Boca do Inferno*¹⁴.

Ana Miranda passou dois anos – de 1984 a 1986 – a organizar toda a informação colectada sobre o escritor baiano e o seu tempo. Finalmente em 1987, a escritora concluiu a primeira versão do romance e apresentou-a ao amigo Rubem Fonseca, que, sobre ela, fez uma série de observações. Ana Miranda ouviu tudo atentamente e voltou a trabalhar no romance, que só foi enviado à editora no final de 1988 junto com um bilhete do seu amigo Rubem Fonseca, que dizia:

Não estou empurrando nada, apenas estou indicando algo que merece ser lido.¹⁵

O palpite de um escritor de prestígio era muito mais do que intuição, era a certeza de um trabalho que valeria a pena editar. Em agradecimento à confiança do amigo, Ana lhe dedicou *Boca do Inferno*:

Um mestre... que me explicou como se cria uma personagem, o que é a estrutura de um romance.¹⁶

Publicado em 1989, o primeiro romance de Ana Miranda fora de facto muito bem avaliado pelo escritor Rubem Fonseca, tanto assim que não demorou muito para ingressar na lista das obras mais vendidas do Brasil, agradando a um público variado. É certo que a autora pôde contar com o sucesso do romance histórico, género que naquela altura popularizava-se cada vez mais no país.

Não tenho dúvidas de que sem o sucesso de José Saramago, por exemplo, não haveria tanto interesse pelo meu livro.¹⁷

Lançados no Brasil na década de oitenta, e anteriores a *Boca do Inferno*, os romances *Memorial do Convento* e *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago,

¹⁴ *Boca do Inferno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Todas as citações da obra, indicadas pela sigla BI e seguidas pela referência da (s) página (s), foram retiradas desta edição.

¹⁵ Alessandro Porro, “A Bela que queria algo com o Boca”.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ Anónimo, “Uma época passada a limpo”.

tiveram de imediato boa recepção no mercado editorial brasileiro, que cada vez mais se interessava por ficções de raiz histórica. Poder-se-ia dizer, portanto, que o sucesso do género beneficiou de certa forma o lançamento do primeiro romance de Ana Miranda, mas não se pode afirmar que a excelente recepção de *Boca do Inferno*, no Brasil e no mundo, se deveu apenas a este facto.

Ele manteve-se na lista dos romances mais vendidos organizada pelo *Jornal do Brasil* durante um ano e também na da *Revista Veja*. Foi publicado em países como a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda, a Suécia, a Espanha e a Dinamarca. Foi *best-seller* na Itália, França, Alemanha, Argentina e Noruega. Em 1990, *Boca do Inferno* recebeu o Prémio Jabuti, na categoria de revelação, e, em 1998, ingressou na lista dos cem maiores romances do século em Língua Portuguesa, organizada pelo caderno “Prosa & Verso”, do jornal *O Globo*.

Com todo o sucesso de seu primeiro romance, Ana Miranda havia de facto encontrado o seu caminho: ficção histórica. Dois anos após o lançamento de *Boca do Inferno*, a romancista publicou outra obra do mesmo género: *O Retrato do Rei*. A sua segunda narrativa histórica conseguiu ultrapassar a marca de quinze mil exemplares no Brasil e foi publicada em outros países, entre os quais a Noruega. A romancista ainda viria a escrever muitas outras narrativas de carácter histórico, tais como: *A última quimera*, que valeu a autora uma bolsa da Biblioteca Nacional; *Desmundo*, que foi objecto de uma adaptação cinematográfica, dirigida por Alain Fresnot; *Dias e Dias*, que foi vencedor do Prémio Jabuti de 2003 e ainda do Prémio da Academia Brasileira de Letras, na categoria romance. Essas e outras obras serão tratadas de forma pormenorizada no próximo capítulo desta dissertação.

Já consagrada como romancista de ficção histórica, com dois romances de êxito do género, Ana Miranda, em 1993, decidiu inovar com um romance de ficção contemporânea, intitulado *Sem Pecado*. Sobre eles fala a autora:

Refleti bastante antes de decidir escrever este romance de ficção moderna porque sinto expectativa por parte de muitos leitores no sentido que eu produza apenas romances históricos.

[...]

Mas no fundo o romance histórico e o não histórico são a mesma coisa. Ambos mexem com as emoções, a alma do ser humano, as razões de sua existência, de seu comportamento.¹⁸

Compôs novamente uma boa obra, mas um bom trabalho nem sempre obtém sucesso no mercado editorial. Naquela altura, a escritora já tinha firmado seu nome na Literatura Brasileira, e os leitores associavam a sua obra imediatamente a factos históricos que se entrelaçavam à ficção. É evidente que um romance, seja ele histórico ou não, tratará de emoções, sentimentos e comportamento do ser humano, mas o romance histórico possibilita ao leitor a hipótese de emoções reais vividas por determinada personagem que algures andou pelo mundo que, de facto, conhecemos e onde vivemos. Um romance de ficção moderna poderá transmitir as mesmas emoções, mas nunca dará ao leitor o reconhecimento de factos documentados e a sensação de viajar até ao tempo em que viveram aquelas personagens históricas de que uma vez pelo menos já ouvira falar. Esta sensação era buscada pelos leitores de Ana Miranda quando *Sem Pecado* chegou às livrarias, portanto muitos ficaram decepcionados com a história moderna de uma menina sonhadora que parte para o Rio de Janeiro aos treze anos para fazer carreira no teatro.

Ana Miranda dedicou-se por dois anos à escrita da história de Bambi, protagonista do romance, que muitos críticos acreditaram ser autobiográfico pelo facto de Bambi partir de São Luís do Maranhão para tentar viver o seu sonho de actriz no Rio de Janeiro. As comparações se fizeram com a partida de Ana Miranda do Ceará para

¹⁸ Márcia Guimarães, “O sonho da heroína é vencer no teatro”.

Brasília e depois coincidentemente para a capital carioca, onde estudou artes e seguiu a carreira de atriz. Quando perguntada se o romance era autobiográfico, a escritora respondeu da seguinte forma:

Todo trabalho que o ser humano realiza é autobiográfico. Eu tenho muito de Bambi, assim como tenho do meu Gregório de Matos. Cada personagem é criado através da sensibilidade do autor.

[...]

Como Bambi, também nasci numa cidade sem as características das grandes metrópoles. Como ela, vim para o Rio de Janeiro ainda adolescente. Ainda como ela, fui uma adolescente obstinada pela realização de um sonho, [...]. Mas a vinda dela é muito mais dramática.¹⁹

Talvez Ana Miranda guardasse um desejo íntimo de visitar um universo feminino permeado pelas suas vivências pessoais. Desejo que pode ter sido realizado através da escrita de *Sem Pecado*, e segundo a própria autora, de forma despretensiosa.

Fora do circuito história e ficção, além de *Sem Pecado* e das obras de poesia, Ana Miranda publicou um livro de contos intitulado *Noturnos*, em 1999, e, no ano seguinte, uma antologia de sonhos baptizada como *Caderno de sonhos*, escrita, contudo, em sua mocidade. Colaboradora da Revista *Caros Amigos*, teve, em 2003, as crónicas que escreveu para a revista reunidas e lançadas com o título de *Deus-dará*. O seu primeiro livro infanto-juvenil, *Flor do Cerrado*, foi publicado em 2004.

Em Setembro de 2008, a escritora foi agraciada com o Troféu Sereia de Ouro por projectar o nome do Ceará no Brasil e no mundo, afirmando-se como uma grande romancista, poeta e cronista. Ana Miranda agradeceu com estas palavras:

Com alegria recebo essa homenagem. Sei do imenso prestígio desse troféu, concedido a grandes nomes de pessoas nascidas no Ceará. Tenho-o como algo familiar, mais afetivo, como se fosse mais uma aceitação de minhas origens [...]. A Rachel de Queiroz me dizia que eu não era cearense. Hoje, ela não diria mais, acredito. É uma espécie de título de cidadania, um título poético.²⁰

Depois do período em Brasília e dos trinta anos no Rio de Janeiro, a romancista mudou-se para São Paulo, mas anos mais tarde, regressou ao Rio. Tendo levado uma

¹⁹ Márcia Guimarães, “O sonho da heroína é vencer no teatro”.

²⁰ Anónimo, “Vida marcada pelos livros (Entrevista a Ana Miranda) ”.

vida desenraizada, Ana Miranda teve o desejo de retornar às origens, daí que actualmente resida no Ceará. Ela sempre pareceu nutrir um certo sentimento de dívida para com a sua terra natal e era frequentemente questionada sobre a hipótese de os cearenses virem finalmente povoar suas histórias. Em *Dias e Dias*, há uma rápida passagem por Fortaleza, e a própria autora confessou que os olhos de Feliciano são verdes apenas quando ela olha o mar do Ceará. Aos poucos, Ana Miranda foi chegando perto de sua terra e acaba de lançar um romance sobre o universo de um dos seus:

O Ceará tem figuras impressionantes. Maravilhosas, do ponto de vista dramático.²¹

Em seu último trabalho, recentemente publicado, a escritora presta uma homenagem ao conterrâneo Capistrano de Abreu, historiador cearense, autor de um trabalho intitulado “Hantxa huni kuin” ou “fala do povo verdadeiro”, um vocabulário com depoimentos de índios do Acre, dos povos caxinauás, datados de 1909. Em seu novo romance, que leva o título de *Yuxin, Alma*, Ana Miranda desenvolve a linguagem da narradora e das demais personagens através deste trabalho de Capistrano de Abreu. A romancista apresenta uma jovem índia que vive os conflitos entre a sua cultura e a dos padres catequizadores, no interior das matas do Acre.

²¹ Anónimo, “Vida marcada pelos livros (Entrevista a Ana Miranda)”.

2. O Romance Histórico e Ana Miranda

2.1. Surgimento e Teoria do Romance Histórico

Estudiosos e historiadores apontam o século XIX como o momento em que tem origem o romance histórico, entretanto a maioria dos críticos e teóricos contemporâneos acredita que a arte de entrelaçar História e ficção já exista há muito tempo, antes até mesmo do surgimento do próprio romance no século XVIII. Como observou Alcmeno Bastos:

Tornou-se indispensável reconhecer que as relações entre história e literatura datam do início da própria literatura ocidental. De fato, na epopeia homérica – a *Iliada* e a *Odisséia* –, a matéria narrada combinava uma substância mítica, que carregava consigo o dado maravilhoso, e tinha, para os antigos, o valor de história e o investimento literário da poesia.²²

Ao adoptar este ponto de vista, aquele professor de literatura ponderou a afirmação da *Poética* de Aristóteles, de que poeta e historiador podem ser ambos narradores, distinguindo-se apenas pelos factos que contavam: enquanto o historiador narrava acontecimentos, o poeta contava o que poderia ter acontecido.

Esta reflexão aristotélica, que estabelece uma comparação e uma distinção entre historiador e poeta, tornou-se patente quando surgiu de facto o romance histórico, no princípio do século XIX. O género que se amparava na documentação histórica também trazia consigo matéria ficcional, os dois componentes deveriam fazer ao mesmo tempo parte da construção da narrativa. Havia quem defendesse a ideia de que o romancista poderia preencher as lacunas deixadas pelos registos históricos, mas nunca alterar e distanciar-se por completo daquilo que era considerado “sagrado”. Outros exigiram o corte das rédeas de fidelidade à História, preconizando uma total liberdade para os romancistas, uma vez que se tratava de ficção. O certo é que o romance histórico, ao

²² *Introdução ao Romance Histórico*, p. 9.

herdar “da epopéia uma das duas dimensões constitutivas da matéria épica – a história – e substituído a outra – o mito – pelo ficcional”²³, tornou-se rapidamente um gênero de sucesso no mundo inteiro.

Na Inglaterra, na Alemanha e na França, muito antes do Romantismo, já havia vários registos de romances históricos, mas o responsável pelos parâmetros que vieram a definir o gênero foi o escritor inglês Walter Scott. Depois da publicação de seu romance *Ivanhoe*, em 1819, surgiu por toda Europa e depois pela América uma enxurrada de romances de ficção histórica que seguiam as normas do gênero criadas por Scott. Segundo o escritor inglês, para se escrever um romance histórico era necessário obedecer a dois princípios básicos:

- 1- A ação do romance ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas reais ajudam a fixar a época, agindo conforme a mentalidade de seu tempo.
- 2- Sobre esse pano de fundo histórico situa-se a trama fictícia, com personagens e fatos criados pelo autor. Tais fatos e personagens não existiram na realidade, mas poderiam ter existido, já que sua criação deve obedecer à mais estrita regra de verossimilhança.²⁴

Para além desses princípios, Scott e seus seguidores “costumavam introduzir, na trama ficcional, um episódio amoroso, geralmente desastrado, cujo desenlace podia variar, entre o feliz e o trágico.”²⁵ Era também muito comum que o narrador do romance histórico romântico mantivesse um grande distanciamento das personagens, do espaço e da época da matéria narrada, pois assim estaria o leitor convidado a partilhar da viagem que ele fazia enquanto contava a sua história, como se usufruísse de uma máquina do tempo. Dessa forma, o leitor aderiria ao passado, mas teria a consciência de que era conduzido por um discurso no presente, e assim poderia fazer parte daquele universo remoto sem estranheza. O modelo de romance histórico de Walter Scott ambicionava

²³ Alcmeno Bastos, *op. cit.*, p. 68.

²⁴ António R. Esteves, “O Novo Romance Histórico Brasileiro”, p. 129.

²⁵ *Idem Ibidem.*

ser uma espécie de intermediário entre fantasia e veracidade, e tinha a finalidade essencial de pintar ao leitor um quadro ilusório de realismo, como também de lhe dar o direito de fugir de seu presente e conhecer um passado delineado pelo escritor.

Segundo Alcmeno Bastos, “o realismo, com seu apelo programático à contemporaneidade, sepultou o romance histórico à moda antiga.”²⁶ O modelo definido pelo escritor inglês teve seu primeiro baque, em 1826, quando Alfred Vigny publicou *Cinq-Mars*, um romance histórico que fugia aos moldes de Scott, porque elevava grandiosos feitos históricos ao primeiro plano, enquanto o componente fictício passava a ocupar um lugar menos importante. O rompimento com o esquema proposto por Walter Scott revela-se noutras obras lançadas nessa altura. Os autores que produziam ficção histórica tinham dificuldades em seguir as regras impostas pelo escritor inglês, sendo estas colocadas em causa constantemente. Segundo, Maria de Fátima Marinho²⁷, uma das grandes falhas do esquema scottiano consistia em acreditar na ficção como um ensinamento a respeito do passado, desconhecendo por completo todas as restrições postas à reprodução da História.

Em 1862, com a publicação do romance *Salambô*, de Flaubert, dá-se mais uma reviravolta nos parâmetros definidos por Scott. O leitor de romance histórico pôde constatar “a desumanização da história, reduzida a simples cenário de eventos privados, íntimos e subjectivos.”²⁸ A obra, já realista, de Flaubert inovava também e principalmente por trazer a acção para a Cartago antiga, fugindo da Idade Média ou do próprio país do escritor do romance, como então era de praxe.

Deve-se também assinalar a obra de Tolstoi como grande renovadora do romance histórico tradicional. Quando publicou *Guerra e Paz*, entre 1864 e 1869, o escritor russo trouxe inovações significativas ao modelo scottiano. Em sua obra, o

²⁶ *Introdução ao Romance Histórico*, p. 73.

²⁷ *Vd.* “Tentação diabólica – Sob o signo da ficção”.

²⁸ *Idem* nota 27.

encontro da “história com a ficção produzia uma narrativa muito mais fluida e vital. É provável que a influência directa de Scott em Tolstoi fosse mínima e que o grande narrador russo tivesse descoberto sozinho seu próprio caminho, mas o facto é que, a partir de *Guerra e Paz*, os destinos do romance histórico já não serão os mesmos.”²⁹

Com o passar dos anos, também ocorreram modificações no próprio conceito de romance e na concepção do discurso historiográfico e da História, perturbando os moldes do tradicional romance histórico. A convicção, típica dos autores clássicos do género, de compreender a fundo o passado histórico e de estarem aptos a figurá-lo através da sua escrita perder-se-á ao longo do século XX. Em contrapartida, os autores experimentarão cada vez mais um sentimento de liberdade para suas criações, muito devido “a auto-referencialidade do romance contemporâneo, que colocava em xeque a possibilidade de conhecimento de um objecto exterior ao texto, apresentando o autor como um criador de mundos”³⁰. Com todo o livre arbítrio da contemporaneidade, o autor de romance histórico abusará evidentemente desta autonomia e dará asas à reinvenção de todo e qualquer facto documentado. É necessário atentar, como aqui já foi destacado, que mesmo com todas as inovações implicadas ao género, um dado característico manter-se-á perpetuamente inalterável nesta categoria: os factos históricos sempre serão alicerces para a ficção.

Segundo Alcmenno Bastos, o romance histórico contemporâneo revelou discrepâncias visíveis em relação ao modelo romântico, como, por exemplo, “a ausência de triunfalismo, a diversificada perspectiva temporal do narrador, a explicitação de sua natureza ficcional e conseqüente carácter auto-reflexivo, intertextual, além da frequente recorrência à paródia.”³¹ Dadas todas essas novidades, inovações e modificações na composição do romance histórico, o professor e crítico uruguaio Ángel Rama notou, em

²⁹ Antônio R. Esteves, “O Novo Romance Histórico Brasileiro”, p. 130.

³⁰ *Idem Ibid*, p. 132.

³¹ *Introdução ao Romance Histórico*, p.76.

1981, que estava a surgir na América Latina um novo subgénero e o denominou “Novo Romance Histórico Latino-americano”. Esta ideia defendida por Rama foi discutida e aperfeiçoada por outros críticos, em vários ensaios, durante toda a década de oitenta, devendo-se apontar como crucial para a definição do novo subgénero, o artigo do uruguaio Fernando Ainsa, “El proceso de la nueva narrativa latinoamericana. De la historia y la parodia”. Neste artigo, Ainsa atentou para um novo e peculiar modo de tratar a história e apontou as transformações sofridas pela narrativa latino-americana. O crítico uruguaio destacou neste trabalho dez características a serem observadas na produção do novo romance histórico. Com esta iniciativa, Ainsa abriu caminho para o professor Seymour Menton, que, em 1993, publica *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*, onde Menton reduz as dez características do uruguaio a apenas seis, e marca a diferença entre o novo romance histórico e o tradicional ou clássico. Em síntese, são estas as características definidas por Seymour Menton:

- 1- La subordinación, en distintos grados, de la reproducción mimética de cierto período histórico a la presentación de algunas ideas filosóficas, difundidas en los cuentos de Borges y aplicables a todos los períodos del pasado, del presente y del futuro.
- 2- La distorción consciente de la historia mediante omisiones, exageraciones y anacronismos.
- 3- La ficcionalización de personajes históricos a diferencia de la fórmula de Walter Scott – aprobada por Lukács – de protagonistas ficticios.
- 4- La metaficción o los comentarios del narrador sobre el proceso de creación.
- 5- La intertextualidad. [...] Ésta escribe que “todo texto se arma como un mosaico de citas; todo texto es la absorción y la transformación de outro. El concepto de la intertextualidad reemplaza a aquel de la entresujektividad, y el lenguaje poético tiene por lo menos dos maneras de leerse.”
- 6- Los conceptos bajtinianos de lo dialógico, lo carnavalesco, la parodia y la heteroglosia. De acuerdo con la idea borgeana de que la realidad y la verdad históricas son inconocibles, varias de las Nuevas Novelas Históricas proyectan visiones dialógicas al estilo de Dostoievski, es decir, que proyectan dos interpretaciones o más de los sucesos, los personajes y la visión del mundo.³²

Estas características apontadas por Menton são válidas, mas não se pode definir o novo romance histórico, seguindo apenas a risca os seus parâmetros. Apesar de muitos romances contemporâneos revelarem um total afastamento do modelo tradicional,

³² “Rasgos de La Nueva Novela Histórica”, p. 42 – 43.

resquícios significativos deste mesmo modelo podem ser notados em outras obras actuais, não sendo portanto admissível adoptar uma linha delimitativa excessivamente radical.

Existem, entretanto, controvérsias sobre o momento exacto do surgimento desta nova modalidade do romance histórico. Alguns críticos apontam *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier, publicado em 1949, como o divisor de águas, pois o romance já apresentava muitas características que definem o novo género. Outros críticos preferem eleger *Yo el Supremo*, do paraguaio Augusto Roa Bastos, de 1974, como obra precursora do novo romance histórico, pois a obra ostenta características muito mais relevantes. O mais acertado nesta questão é dar mérito aos dois romancistas, pois ambos contribuíram com inovações significativas para o novo modelo de romance histórico que se difundiu por toda a América Latina.

Seymour Menton reconhece que, além dos chamados novos romances históricos, existem outras obras que seguem uma linha mais tradicional, porém os considera muito menos importantes. Pode-se com certeza discordar da posição por ele assumida e pensar num só termo que possa abranger todas as obras de ficção histórica produzidas na actualidade, pois, de certa forma, todas elas têm valor e importância literária em meio a diversidade de caminhos possíveis. Dada essa multiplicidade de modos de produção da ficção contemporânea, Almeno Bastos considera que “o termo *romance histórico* já não é capaz, hoje, de dar conta do aproveitamento ficcional em prosa da matéria de extracção histórica.”³³ Face a um género que se tornou tão rico, os teóricos mergulharam em definições diversas e assiste-se ao aparecimento de termos alternativos, tais como “romance de fundação” e “metaficção historiográfica”. Os chamados “romances de fundação”, segundo os teóricos, têm a intenção de fixar uma origem nacional, para isso voltam ao passado na procura de princípios fundadores da nacionalidade destinada. Já a

³³ *Introdução ao Romance Histórico*, p.78.

metaficção historiográfica³⁴, como refere o professor Alcmeno Bastos, “é uma modalidade narrativa essencialmente metadiscursiva, que, em momento algum, pretende fazer-se passar por outra coisa que não o que ela não é de modo incontestável: texto.”³⁵ A metaficção historiográfica despreza distinções entre facto histórico e ficção, como também repele a ideia de que somente a história possa ter aspiração à verdade.

Romance de fundação, história romanceada, novo romance histórico, ficção documentada ou metaficção historiográfica são muitos dos termos utilizados para definir as variadas ramificações do romance histórico contemporâneo, porém o que importa neste género é que a matéria narrada seja obrigatoriamente de extracção histórica. Com elementos de registo documental, um romance será histórico em qualquer parte do mundo.

2.2. O Romance Histórico Brasileiro

Quando pensamos em romance histórico tradicional, associamos de imediato o género ao mestre inglês Walter Scott, criador das definições do modelo clássico. Mas se atentarmos na Literatura Brasileira, vamos descobrir que José de Alencar é o maior representante do romance histórico romântico. Consagrado como autor de várias obras que tencionavam contar a História do Brasil, Alencar seguiu alguns passos de Scott em suas obras, porém, em paralelo, adoptou técnicas e estilo que o distinguem do escritor inglês. O romancista brasileiro foi capaz de expandir a matéria narrativa, não ficando preso a uma pequena teia onde a acção era centralizada, como fazia Scott.

Apaixonado pela ideia de criação da literatura nacional, que pouco a pouco ia ganhando mais espaço e afirmação, José de Alencar escreveu um ensaio intitulado “Benção Paterna”, que serviu de prefácio à primeira edição do romance *Sonhos*

³⁴ Termo definido por Linda Hutcheon em *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*.

³⁵ *Introdução ao Romance Histórico*, p. 79 e 80.

D'Ouro. Nele, o romancista revela o seu interesse pela ficção histórica, e divide a matéria da literatura brasileira em três conjuntos: o da fase primitiva, o da histórica e o do período pós-independência do Brasil:

A primitiva, [...] são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada: são as tradições que embalaram a infância do povo. [...] *Iracema* pertence a essa literatura primitiva, [...] para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam.

O segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura. [...] Esse período colonial terminou com a independência. A ele pertencem o *Guarani* e *As Minas de Prata*. Há aí muita e boa messe a colher para o nosso romance histórico.

A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe dêem os últimos traços [...]. *O Tronco do Ipê*, *O Til* e *O Gaúcho*, vieram dali.³⁶

Alencar deu exemplos para cada fase a partir de seus próprios romances. Dentre as suas obras, Rodríguez Monegal³⁷ destaca *Iracema* (1865), *As Minas de Prata* (1862 e 1866), e *Senhora* (1875), como grandes romances históricos tradicionais. *Iracema*, que conta a história da virgem índia dos lábios de mel que se apaixonou e se entregou a Martim Soares Moreno (personagem histórica), pode ser seguramente apontada como uma das obras de maior sucesso do autor. Em nota do próprio romance, Alencar apresentou ao leitor o argumento histórico que serviu de fio condutor para a criação da eternizada história de amor de *Iracema* e do colonizador Martim:

Na primeira expedição foi do Rio Grande do Norte um moço de nome Martim Soares Moreno, que se ligou de amizade com Jacaúna, chefe dos índios do litoral e seu irmão Poti. Em 1608, por ordem de D. Diogo de Meneses, voltou a dar princípio à regular colonização daquela capitania, o que levou a efeito, fundando o presidio de Nossa Senhora do Amparo em 1611.³⁸

O facto de José de Alencar considerar Walter Scott um verdadeiro mestre do romance histórico, não o impediu, contudo, de ir além das regras impostas pelo mestre inglês. A índia não é referida no argumento histórico de Alencar e nem há registos de que tenha cruzado o caminho de Martim. O escritor brasileiro não temeu, portanto, cruzar os caminhos de uma personagem fictícia com o de uma personagem histórica.

³⁶ “Benção Paterna”, p. 34 – 35.

³⁷ Rodríguez Monegal, “La novela histórica: otra perspectiva”.

³⁸ *Iracema*, p. 14.

Além disso, contrariando o modelo definido por Scott, Alencar trouxe figuras históricas para o primeiro plano, não absorvendo assim a preocupação que tinha o escritor inglês de enganar-se na construção dos sentimentos daqueles que realmente viveram.

As modificações do modelo definido por Scott iam surgindo progressivamente em toda parte do mundo. Pouco a pouco as concepções eram alteradas, e o romance histórico começava a ser pensado a partir de novas perspectivas. Na modernidade, por exemplo, o argumento histórico não terá obrigatoriamente a necessidade de ser extraído de um passado remoto, podendo surgir de tempos bem recentes, ou até mesmo de factos actuais ocorridos no presente do autor:

Histórico é também o fato contemporâneo. E não apenas as batalhas sangrentas, os lances diplomáticos de envergadura, as calamidades dizimadoras cabem na denominação, mas também a jornada cinzenta e cotidiana do homem comum. [...] O ficcionista já não se debruça nostálgico sobre os tempos remotos, mas acompanha o nervoso pulsar da vida contemporânea, às vezes antecipa o que a história propriamente dita confirmará (ou não) depois.³⁹

A literatura brasileira pós-romântica e modernista não revelou grande interesse pelo romance histórico, obcecada que estava com a identidade nacional e com a representação de múltiplos aspectos da sociedade brasileira. Porém, a ditadura militar, nos anos sessenta e setenta, fez florescer esse gênero novamente com a produção de narrativas baseadas em factos contemporâneos dos autores, os chamados romances de testemunho. Os tais factos vivenciados outrora pelos escritores na época da ditadura, hoje fazem parte da História do Brasil e estão registados em obras como: *Quarup* (1967) e *Bar Don Juan* (1971), de Antônio Callado, ou *A Região Submersa* (1981), de Tabajara Ruas, e ainda *Tropical Sol da Liberdade* (1988), de Ana Maria Machado, dentre tantos outros. Todos esses romances abordam as múltiplas formas da repressão, bem como retratam os movimentos estudantis da época e as lutas armadas contra a ditadura militar. É importante ressaltar que nem todos os críticos enquadraram essas obras

³⁹ Alcmeno Bastos, *op. cit.*, p. 75.

dentro do género designado como romance histórico, muitos preferem defini-las como romances políticos ou de testemunho. Alcmemo Bastos assim as analisa:

Expressões como “comício de ideias”, “debate público”, “impasses que ainda não vencemos” apontam para uma configuração temática alimentada por um quadro não consolidado. Trata-se, na verdade, da descrição de um romance *político*, espécie de romance que também se apropria de matéria de extracção histórica, mas que, diferentemente do romance histórico, surpreende os acontecimentos ainda de uma perspectiva temporal [...] tão próxima que seus contornos históricos não estão definidos com a desejável nitidez.⁴⁰

Na década de setenta, além dos romances políticos que retratavam a época da ditadura, foram lançadas muitas obras que se aproximavam do subgénero definido por Seymour Menton. No ensaio deste professor, são listados cinquenta e oito romances classificados como “Novo Romance Histórico Latino-americano”, dentre eles, encontramos sete brasileiros: *Galvez, Imperador do Acre*, de 1976, *Mad Maria*, de 1978 e *O Brasileiro Voador*, de 1986, os três de Márcio Souza; *Em Liberdade*, 1981, de Silvano Santiago; *Viva o Povo Brasileiro*, 1984, de João Ubaldo Ribeiro; *A casca da serpente*, 1989, de José J. Veiga; e *Memorial do fim (A morte de Machado de Assis)*, 1991, de Haroldo Maranhão.

Menton também apresenta uma lista de romances históricos produzidos entre 1949 e 1992, (intervalo de tempo em que concentra toda a sua pesquisa) que enquadram vertente mais tradicional, e que considera menos importantes que os outros. Essa lista engloba mais de trezentas obras publicadas na América Latina no período já referido. Dentre esses romances históricos de cunho mais tradicional, sessenta são do Brasil. Muitas outras obras brasileiras poderiam estar incluídas na lista de Menton, não fosse o empecilho do tempo limite de sua pesquisa, pois depois de 1991 observou-se um considerável crescimento na produção de romance histórico no Brasil.

Na década de noventa, os brasileiros decidiram mergulhar profundamente no passado do país. Até aquela altura nunca se havia pesquisado e publicado tanto sobre

⁴⁰ *Introdução ao Romance Histórico*, p. 99 – 100.

história. Nas universidades, os trabalhos de Mestrado e Doutorado duplicaram em relação à última década. Também nas editoras, o número de títulos de História do Brasil publicados cresceu muito. No cinema, *Carlota Joaquina*, de Carla Camurati, um filme sobre aquela princesa do Brasil casada com D. João VI, tornou-se um dos grandes sucessos de produção nacional, com mais de 1,2 milhão de espectadores na mesma década. O crescimento de publicações de ficção histórica nos anos que se seguiram foi cada vez maior. Os leitores demonstravam interesse sobretudo por obras que retratavam a História do Brasil de forma surpreendente. Nos anos noventa, o número de livros deste género chegou a quintuplicar, aumentando ainda mais na década seguinte, com as comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, quando a quantidade de romances históricos publicados ultrapassou todas as marcas de que se tinha registado. Na televisão, grandes produções ficcionais baseadas em factos históricos conquistavam uma legião de telespectadores assíduos. Tal fenómeno televisivo que havia começado discretamente nos anos oitenta com mini-séries como *Lampião e Maria Bonita* (1982) – escrita por Aguinaldo Silva e Doc Comparato, onde os telespectadores acompanharam a trajetória do cangaceiro Virgulino Ferreira e seu bando – conseguiu ganhar mais força, em 1986, com a estreia de *Anos Dourados*, de Gilberto Braga, que mostrou o romantismo dos anos cinquenta, mas também a hipocrisia e a repressão sexual da época. Alcançando sucesso com essas produções, a televisão brasileira investiu cada vez mais no género nos anos seguintes, a título de exemplo podemos pensar na mini-série *Desejo* (1990), de Glória Perez, onde se pôde acompanhar a famosa “Tragédia da Piedade”, o episódio que marcou o fim da vida do escritor Euclides da Cunha, assassinado pelo amante de sua mulher; ou lembrar *Anos Rebeldes* (1992), de Gilberto Braga, onde o telespectador pôde se permitir embarcar numa dura viagem a época da ditadura militar brasileira; ou quiçá uma produção mais amena saída das mãos de Maria Adelaide

Amaral e intitulada *Queridos Amigos* (2008); sob o olhar de Lauro César Muniz, *Chiquinha Gonzaga* (1999) deu a conhecer mais a fundo a história de uma mulher que revolucionou o seu tempo, tornando-se a primeira musicista brasileira; conduzidos por Manuel Carlos, os espectadores acompanharam a trajetória de sucesso da jovem cantora Maysa, como também o seu fim trágico, em *Maysa, quando fala o coração* (2009); pela óptica de Maria Adelaide Amaral, conheceu-se melhor o presidente que construiu Brasília, em *JK* (2006); acompanhou-se o suicídio de Getúlio Vargas, a partir da adaptação de Jorge Furtado do romance *Agosto*, de Rubem Fonseca (1993); conheceram-se os artistas e escritores que estiveram envolvidos na Semana de Arte Moderna de 1922 através de *Um só coração* (2004), também de Maria Adelaide Amaral, com a colaboração de Alcides Nogueira; ou ainda foi possível divertir-se com a vinda da família real para o Brasil pelo olhar irreverente de Carlos Lombardi, em *O Quinto dos Infernos* (2002).

Portanto, com esse escudo do sucesso televisivo do género no país, os romancistas brasileiros marcharam com suas brilhantes e inovadoras ideias para as editoras sedentas de mais e mais obras de ficção histórica. Ao embarcar neste novo e rico universo do romance histórico brasileiro, o leitor poderá acumular ainda mais multifacetadas experiências: conhecer de perto Xica da Silva, em *Rei branco, rainha negra* (1990), de Paulo Amador, ficando com a impressão de que, no Brasil do século XVIII, existia a igualdade dos sexos; viajar para o interior da alma fantástica do povo brasileiro em *O feitiço da Ilha do Pavão* (1997), através das mãos mágicas do mestre João Ubaldo Ribeiro; desvencilhar-se de tiros de canhão, no Rio Grande do Sul, e reviver a Guerra dos Farrapos através de uma perspectiva feminina, em *A casa das sete mulheres* (2002), de Leticia Wierzchowski; ouvir a ópera de glórias e tragédias de Carlos Gomes em *O Selvagem da ópera* (1994), de Rubem Fonseca; acreditar e lutar

pelas mesmas causas de Anita e Giuseppe Garibaldi em *Anita* (1999), de Flávio Aguiar; ou ainda reviver a decadência do mundo rural nordestino em *Cartilha do silêncio* (1997), de Francisco J. C. Dantas.

Tal como aconteceu com as mini-séries televisivas, a avalanche de obras literárias deste género foi bem recebida pelo público. A nostalgia do leitor brasileiro pode ser pensada como “uma tentativa de encontrar, no passado, tanto explicações para o presente em crise, quanto modelos que permitam superar o momento crítico.”⁴¹ Ao mergulhar num enredo de ficção histórica, portanto, o leitor poderá ter a sensação de resgate e preservação de sua tradição, como também ao mesmo tempo poderá encontrar respostas que indiquem um caminho de melhoria para os problemas que em teoria esteja a vivenciar. Toda essa experiência é capaz ainda de despertar o desejo de saber e aprender mais sobre o passado de forma letrada e ao mesmo tempo espairecida.

2.3. A ficção histórica de Ana Miranda

Com o lançamento de seu primeiro romance histórico, em 1989, Ana Miranda tornou-se a grande precursora da popularização do género no Brasil nas últimas décadas, pois *Boca do Inferno* foi um verdadeiro fenómeno de vendas. A obra da escritora apresentava a História muito bem costurada à ficção, sendo além disso empolgante e atractiva. A diferença dos factos documentados expostos no romance de Ana Miranda e de tantos outros escritores da década de noventa, em relação às obras do género publicadas anteriormente, estava na falta de ambição e de interesse em explicar o País e o passado. A mais-valia de obras como *Boca do Inferno* residia em relatar os acontecimentos de maneira simples e não didáctica, mas simultaneamente muito bem elaborada, ao ponto de os leitores conhecerem História de um novo modo e de certo ponto de vista, a par com a possibilidade de se desprenderem de sua realidade e viajar

⁴¹ Antônio R. Esteves, “O Novo Romance Histórico Brasileiro”, p. 139.

num novo universo ficcional. Além de tudo, detalhes preciosos, garimpados em arquivos empoeirados e originais eram oferecidos ao leitor de forma natural e incorporados ao corpo do texto. Tais pormenores detinham muitas vezes a capacidade de prender o leitor à trama, pois aguçavam a sua curiosidade e lhes davam a impressão de que estavam em contacto directo com a matéria bruta de extracção histórica.

Quando Ana Miranda decidiu escrever *Boca do Inferno*, empenhou-se seriamente na leitura de cerca de cem livros que tratavam fundamentalmente do poeta Gregório de Matos e do Padre António Vieira, além de centenas de outras obras relacionadas com o século XVII. Rico em acontecimentos, o romance apresenta uma trama envolvente e deslumbra os leitores com um cuidadoso retrato da Bahia do século do XVII, através da câmara de suas personagens e, em especial, do poeta evocado no seu título.

“Esta cidade acabou-se”, pensou Gregório de Matos, olhando pela janela do sobrado, no terreiro de Jesus. “ Não é mais a Bahia. Antigamente, havia muito respeito. Hoje, até dentro da praça, nas barbas da infantaria, nas bochechas dos granachas, na frente da forca, fazem assaltos à vista.” (BI, 13)

Para coser ficção e História em sua narrativa e tão bem desenhar o espaço e as suas personagens, ela contou com um artifício poderoso na alta-costura da literatura: a intertextualidade. Segundo a professora Maria Christina de Motta Maia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁴², este recurso está associado ao “conhecimento do mundo” que deve ser comum ao produtor e ao receptor de textos. Subentende um universo cultural complexo, implicando a identificação e o reconhecimento de remissões a outras obras ou textos, exigindo do interlocutor a capacidade de interpretar a função daquela citação ou alusão em prova. Este recurso da ficção foi bem utilizado por Ana Miranda em *Boca do Inferno*, observa-se, por exemplo, que a cidade de São Salvador da Bahia é muitas vezes descrita através de versos de Gregório de Matos,

⁴² *Vd.* “Intertextualidade”.

incorporados ao texto de forma natural, sem qualquer menção ao facto de tratar-se de uma citação. De exemplo sirva a seguinte passagem -

Ah, aquela desgraçada cidade, notável desventura de um povo néscio e sandeu. (BI,33)

- que retoma sinteticamente essa quadra de Gregório de Matos:

Notável desventura
De um povo néscio, e sandeu,
Que não sabe que o perdeu
Negócio, ambição, usura.⁴³

Também excertos de cartas e de *Sermões* do Padre António Vieira podem ser encontrados em *Boca do Inferno*, agregados ao discurso do narrador ou das personagens sem qualquer referência à sua proveniência. A título de exemplo, tomemos a passagem do romance, em que Vieira demonstra indignação ao saber do assassinato do alcaide:

“Para isso foi que abrimos os mares nunca dantes navegados?”, disse Vieira cravando seus olhos redondos no rosto do irmão. “Para isso descobrimos as regiões e os climas não conhecidos? Para isso contrastamos os ventos e as tempestades com tanto arrojo, que apenas há baixio no oceano que não esteja infamado com miserabilísimos naufrágios de portugueses? E depois de tantos perigos, depois de tantas desgraças, depois de tantas e tão lastimosas mortes, ou nas praias desertas sem sepultura, ou sepultados nas entranhas dos alarves, das feras, dos peixes, que as terras que assim ganhamos as hajamos de ver assim?” (BI, 52)

Para construção deste diálogo, Ana Miranda intertextualizou o seguinte trecho do *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda*, do Padre António Vieira:

Se esta havia de ser a paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas? Para que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as regiões e os climas não conhecidos? Para que contrastamos os ventos e as tempestades com tanto arrojo, que apenas há baixio no Oceano, que não esteja infamado com miserabilísimos naufrágios de portugueses? E depois de tantos perigos, depois de tantas desgraças, depois de tantas e tão lastimosas mortes, ou nas praias desertas sem sepultura, ou sepultados nas entranhas dos alarves, das feras, dos peixes, que as terras que assim ganhamos, as hajamos de perder assim? Oh! Quanto melhor nos fora nunca conseguir, nem intentar tais empresas!⁴⁴

⁴³ “Juízo anatómico dos achaques que padecia o corpo da República, em todos os membros, e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia – Epílogos”, in *Poemas Escolhidos*, p. 37.

⁴⁴ “Sermão Pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda”, in *Vieira – Sermões*, p. 39 – 40.

A intertextualidade em *Boca do Inferno* transmite ao leitor uma sensação de verossimilhança, mas, por servir-se deste artifício, a escritora foi alvo de diversas críticas, entre as quais a de Maria de Santa Cruz:

Gregório de Matos e Vieira apresentam-se não só como cassetes gravadas com fragmentos de textos seus, vozes desconhecidas e despropositadas, mas como verdadeiros compactos de muitos *bytes*.⁴⁵

As críticas negativas ofenderam Ana Miranda, mas não a abateram. Mesmo quando Alcir Pécora, professor da UNICAMP e especialista nos escritos do Padre António Vieira, afirmou que *Boca do Inferno* apresentava trechos inteiros transplantados dos *Sermões*, sem ao menos citar a fonte, a escritora continuou defendendo sua obra e suas personagens:

Nunca escondi que meu livro fora inspirado nas vidas e nas obras do poeta Gregório de Matos e de seu contemporâneo Padre Vieira. Daí a ter que citar a cada página os trechos que me sugeriram uma ou outra cena, me parece ridículo. Eu não escrevi uma tese, mas uma obra de ficção.⁴⁶

Passado algum tempo, Pécora alterou o seu ponto de vista e declarou não ter acusado a escritora de plágio, mas apenas ter querido levantar o problema do uso das fontes. O certo é que as críticas passaram e o romance permaneceu. Sendo frequentemente adoptado para o estudo do período colonial e do barroco baiano, ele recebeu também vários prémios, como já foi referido.

Sem receio de não conseguir atender às expectativas geradas pelo sucesso de *Boca do Inferno*, Ana Miranda mergulhou com *O Retrato do Rei* no princípio do século XVIII e recriou o início do ciclo do ouro e a Guerra dos Emboabas. O espaço da acção divide-se entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e há lugar na aventura para uma história de amor vivida por Mariana e Valentim. Ela é uma nobre portuguesa, filha de um barão

⁴⁵ “Heróis sem nenhum carácter”, p. 135.

⁴⁶ Alessandro Porro, “A Bela que queria algo com o Boca.”

que deixou o Rio de Janeiro para ir em busca de riqueza em Minas Gerais; ele, um paulista rude que se torna seu protector na viagem até ao pai, que está à beira da morte.

Mais uma vez Ana Miranda consegue dar ao leitor a sensação de estar vivendo junto com as suas personagens na época em que a história se passa, pois a narrativa atrai o leitor para dentro da teia que une a História à ficção. Revelando um total compromisso da escritora com a obra, tal como em *Boca do Inferno*, a trama é bem arquitectada e envolvente, retrata com vigor a Guerra dos Emboabas, servindo-se de uma linguagem sem enfeites, mas ao mesmo tempo graciosa.

Em *A Última Quimera*, de 1995, Ana Miranda conta a história do poeta paraibano Augusto dos Anjos através da voz de um narrador que se diz amigo de infância do poeta. O leitor é conduzido às origens do poeta, conhece seus contratempos no Rio de Janeiro, a convivência com os usineiros no Pau d'Arco, e assiste o seu regresso a Leopoldina, em Minas Gerais, onde morre de pneumonia. Constata-se, portanto, que a romancista é capaz de recriar todo o universo do poeta.

Além de descrever a triste existência de Augusto dos Anjos, Ana Miranda apresentou nesta obra a agitada vida literária do Rio de Janeiro no princípio do século XX. O leitor pôde se encantar com Raul Pompéia, Olavo Bilac e até com as festas organizadas por Ruy Barbosa. Segundo bem notaram alguns críticos, o romance é sobre Augusto dos Anjos, mas é também uma bela homenagem a esta geração brasileira de homens de letras, na qual se distinguiu, com certeza, Olavo Bilac.

Deve-se destacar o talento de Ana Miranda ao dar voz e pensamento a personagens do sexo masculino. Em *Boca do Inferno*, é possível imaginar que é um homem e não uma mulher a escrever, tal é a capacidade da autora para colocar-se no papel masculino. Em *A Última Quimera*, Ana Miranda repete a mesma façanha:

O olhar de desejo para a prostituta no enterro de Augusto, a perturbação sensual ao ver o médico desabotoar a blusa da viúva Esther e descobrir-lhe o ombro para uma injeção,

o sentido de obrigação “masculina” do duelo entre Olavo Bilac e Raul Pompéia são, entre outros, momentos ótimos dessa rara habilidade da escritora.⁴⁷

Desmundo, de 1996, tornou-se uma espécie de divisor de águas em sua carreira, como confessa a própria escritora:

Minha maturidade literária veio aos poucos, e talvez tenha chegado apenas quando escrevi *Desmundo*, o meu primeiro livro que respondeu a questões interiores relacionadas à criação do texto.⁴⁸

Este romance histórico é uma verdadeira obra-prima capaz de superar tudo o que Ana Miranda havia produzido até então. Ela recria de forma brilhante a vida quotidiana de mulheres de triste destino num passado distante, e apodera-se com segurança da linguagem do século XVI. O romance conta a história de órfãs portuguesas enviadas ao Brasil para casarem-se com os portugueses que lá viviam e impedir a miscigenação com as nativas. Mulheres brancas capazes de garantir descendência portuguesa legítima, tais personagens foram criadas a partir da rica imaginação de Ana Miranda e dos poucos registos que obteve sobre este episódio quase esquecido da História do Brasil. Os factos documentados são escassos, não se sabe sequer o nome, origem ou destino dessas mulheres, mas isto não impediu a autora de construir personagens completas em todos os aspectos, como notou a crítica:

Personagem feita de carne e osso, a portuguesa é teimosa e ignorante por fora, imensa e profunda por dentro, repleta de fantasias, conflitos e mistérios.⁴⁹

Essas jovens ficavam a mercê de homens degredados, muitos deles ladrões gananciosos, e tinham o dever de servir-lhes de todas as formas. Esse é o destino de Oribela, uma das órfãs enviadas para o Brasil. Ela é uma mulher decidida que muito irá sofrer devido à sua obstinação, e que muitas vezes nos remete a outras personagens femininas de Ana Miranda. Oribela tentará bravamente voltar para a sua terra, mesmo

⁴⁷ Ivan Ângelo, “O Fantasma do Poeta”.

⁴⁸ João Soares Neto, “Entrevista a Ana Miranda”.

⁴⁹ Cristiane Costa, “Bordarcaica”.

com todos os obstáculos que serão colocados em seu caminho, da mesma forma que a nobre Mariana de *O Retrato do Rei* enfrenta uma longa e perigosa viagem para ir ao encontro de seu pai, e que Bernardina Ravasco de *Boca do Inferno*, por amor e preocupação com seu pai, tenta um acordo com o temível Braço de Prata.

Em 1997, com a publicação de *Amrik*, – narrativa passada no fim do século XIX, inspirada na história dos imigrantes libaneses de São Paulo – Ana Miranda trouxe novamente uma forte figura feminina: Amina, personagem que foi vista por alguns críticos como alter-ego da autora. Em resposta aos críticos que vêem suas personagens femininas, tal como Amina, uma extensão de si mesma, Ana declarou:

Claro, todos os nossos personagens são criados por nossa mente de escritores, e fazem parte de nós. Nesse sentido, são um “outro eu”. Mas esse “ego” literário passa por muitas transformações, e a Amina, dançarina, oriental, moça do século XIX, libertou-se de mim. Conheço-a como alguém fora de mim, como se fosse um ser vivo, com quem convivi e a quem observei, como autora.⁵⁰

A escritora demonstra não só o prazer em criar mulheres tão intensas em seus romances históricos, como também revela, através do conjunto de sua obra, uma forte inclinação em recriar figuras literárias que marcaram época em seu país. Além do poeta Gregório de Matos em *Boca do Inferno* e Augusto dos Anjos em *A Última Quimera*, a romancista recriou a vida da escritora Clarice Lispector – consagrada pelo modo psicológico de abordagem das personagens através de seus momentos de epifania – com a novela *Clarice*, lançada em 1996.

A este conjunto deve-se ainda acrescentar *Dias e Dias*, de 2002, uma narrativa em feição de diário em que Ana Miranda reproduz a vida do poeta romântico Gonçalves Dias. A história se passa em Caxias, no Maranhão, e conta a história de Feliciano, uma menina apaixonada pelos versos de Gonçalves Dias. A romancista cria uma personagem devotada e encantadora, que é capaz de comover o leitor enternecido por aquela jovem que se fascina ao ler um poema e desenvolve um sentimento platônico a partir deste

⁵⁰ João Soares Neto, “Entrevista a Ana Miranda”.

simples gesto. A inspiração de Ana Miranda para escrever *Dias e Dias* nasceu com a leitura de um poema não-publicado de Rubem Fonseca sobre o poeta. Intrigada com os mistérios pessoais de Gonçalves Dias revelados pelo amigo, ela partiu então para a leitura de cartas e documentos sobre o autor e começou a envolver-se de forma apaixonada na sua história. O resultado desta pesquisa e colecta de material se vê no admirável *Dias e Dias*.

Pode-se concluir, pelo conjunto de obras que aqui foi referido, que romance histórico é o género de eleição de Ana Miranda. O sentimento nostálgico dos brasileiros, quase em ebulição, aliou-se ao sucesso da romancista, e os empolgados com o seu bom desempenho não lhe pouparam elogios, mas em contrapartida aqueles não tão entusiasmados assim, criticaram o método de pesquisa e as citações sem qualquer referência, como aqui já foi relatado. Ana Miranda não se envaideceu com os elogios, nem se preocupou com as críticas, a romancista seguiu em frente utilizando o mesmo método de trabalho:

Muitas pessoas elogiam meu trabalho de pesquisa, mas a verdade é que não tenho método nenhum. Vou anotando aquilo que gosto, o que mais me chama a atenção. Mas, depois, não aproveito quase nada.⁵¹

Para a construção de todos os romances históricos aqui citados, a escritora teve de se dedicar a leituras atentas, pesquisas e colectas de informação, que seriam aproveitadas ou não, antes de colocar-se a escrever. O resultado final do trabalho harmónico de Ana Miranda deslumbra os leitores por conscientemente combinar prazer e dedicação. A escritora assume a satisfação por aquilo que faz:

Eu gosto do passado. Quando escrevo é como se estivesse lá. Estudo, faço os levantamentos de época, mas no texto nada disso deve aparecer, porque eu me impregno daquilo tudo, tenho que ser aquilo. Trabalho com as lacunas da história.⁵²

⁵¹ Alessandro Porro, “A Bela que queria algo com o Boca”.

⁵² Biografia de Ana Miranda disponível no sítio <http://www.tirodeletra.com.br/biografia/AnaMiranda.htm>

As tais lacunas da história mencionadas pela escritora são os acontecimentos de que não há qualquer registo. Mesmo fazendo-se uma laboriosa investigação, que reúna informações documentadas e organizadas, só através da imaginação e criatividade é possível aos poucos preencher essas lacunas. Exemplos não faltam nas obras de Ana Miranda, para efeito ilustrativo poderíamos pensar em muitas passagens de *Boca do Inferno*, em que a autora cria situações, diálogos e monólogos a partir de factos documentados aos quais teve acesso. Um exemplo é a personagem António de Souza Menezes, alcunhado de “Braço de Prata”. O governador da Bahia tinha sérias divergências com o Padre António Vieira e esse facto pode ser comprovado através de cartas que o Padre escreveu, nas quais relata as suas diferenças com o governador. Nunca se saberá ao certo os extremos do ódio entre o Braço de Prata e o Padre António Vieira, nunca se conhecerá um diálogo travado entre os dois, uma discussão, nem os encontros que tiveram, pois nada disso está documentado. Contudo, é possível a sua criação, depois de um profundo conhecimento da documentação preservada, onde se detectará um indício de que tal conversa, discussão ou encontro poderia ter acontecido. E se não houver indício algum, isto não é problemático, pois a ficção histórica contemporânea tem todo o direito de dar asas à imaginação.

Em *Boca do Inferno*, podemos acompanhar até mesmo os sonhos do governador, que dormindo, se vê perseguido pelo Padre António Vieira. Nunca em um livro de História encontraríamos referências aos sonhos de um governador, mesmo que estes implicassem desafectos pessoais ou políticos, mas no romance de Ana Miranda isto é perfeitamente possível. Sirva de exemplo esta passagem:

O governador Antonio de Souza contou ao arcebispo João da Madre de Deus um sonho que tivera. Quase sempre sonhava com Vieira. Ele pensava no velho jesuíta com mais frequência do que poderia admitir para si mesmo. Sonhara que encontrava com Vieira ao lado do guindaste. Vieira estava mais velho ainda do que quando Souza o vira pela última vez, as mãos trêmulas, uma cor adoentada e o corpo frágil. Os dois duelavam. (BI, 99)

Para se escrever um bom romance histórico deve-se antes de mais nada ser um bom historiador, ou ao menos colocar-se temporariamente neste papel. O escritor terá a responsabilidade implícita de aprimorar e superar aquele que tentou se igualar outrora, ou seja, o autor de um romance histórico deve tornar-se superior ao historiador. Isso acontece à medida que ele conhece os hábitos pessoais, descreve ao pormenor os sentimentos, as roupas, a alimentação e nos descreve também os sonhos, por que não? Ana Miranda é capaz de tudo isto, e essas habilidades constam no *curriculum* de todo bom autor de ficção histórica contemporânea, como atesta Antônio R. Esteves:

O autor contemporâneo não se sente, de nenhum modo, obrigado a copiar ou reflectir o mundo externo e cria seu próprio mundo sem sujeitar-se nem ao pacto de veracidade que impõe o discurso histórico, nem ao pacto de verossimilhança que mantinha, de certa forma, o discurso ficcional.⁵³

Com a liberdade de uma escritora contemporânea, Ana Miranda cria personagens ficcionais para conviver com suas personagens históricas. Em *Boca do Inferno*, Maria Berco, uma personagem totalmente criada pela autora, que surge no romance com criada de Bernardina Ravasco, personagem histórica, sobrinha do Padre Antônio Vieira, ocupa um espaço muito importante na trama. É evidente que uma jovem nobre, filha do secretário do Estado e da Guerra, Bernardo Ravasco, possuiria uma criada, mas não há registos históricos desta criada em particular. O facto de não haver nada documentado não é impeditivo de que Bernardina Ravasco tenha uma criada ao seu lado em *Boca do Inferno*. A imaginação de Ana Miranda leva-a a criar uma empregada para Bernardina, indo mais longe, pois a personagem protagoniza importantes sequências do romance, entre as quais a incumbência de dar fim a mão decepada do alcaide assassinado.

Como se procurou demonstrar, a romancista em momento algum mostra receio ao não se prender apenas ao que está documentado. Assim ao recriar a Bahia do século

⁵³ “O Novo Romance Histórico Brasileiro”, p. 132.

XVII, em *Boca do Inferno*; o início do ciclo do ouro em Minas Gerais no século XVIII, em *O Retrato do Rei*; ou o Romantismo do século XIX, em *Dias e Dias*, não tem o interesse de reinterpretar ou reconstruir a História de que se tem registros, tem apenas a finalidade cumprida de unir a escrita à leitura de forma livre e harmoniosa.

No artigo de Seymour Menton, já referido, *Boca do Inferno* ocupa um lugar na lista dos romances históricos de vertente mais tradicional. A obra de Ana Miranda não possui muitas das características apontadas por Menton como necessárias para se pertencer ao novo subgênero estudado pelo professor norte-americano. Como observa Antônio R. Esteves:

Na realidade, apesar de a escritora cearense inovar bastante em sua narrativa, muitas das características apontadas como básicas para a nova modalidade de romance histórico não estão presentes em suas obras. Algumas delas são as distorções conscientes da história através de omissões, anacronismos e exageros; a ruptura com o tempo cronológico e a adesão a um tempo cíclico borgiano; ou ainda a utilização, em larga escala, dos conceitos bakhtinianos de carnavalização, paródia e dialogia, em sua maior parte ausentes na obra de Ana Miranda.⁵⁴

Boca do Inferno e as demais obras do gênero, de autoria de Ana Miranda, podem não seguir todas as características do chamado “novo romance histórico”, mas nem por isso despertam menos interesse ou são menos importantes do que aquelas que seguem. Seymour Menton pode julgá-las desinteressantes por não apresentarem as tais características, contudo é mais prudente observar essas narrativas pela riqueza de seu conjunto e englobá-las num só e digno rótulo: Romance Histórico Contemporâneo.

⁵⁴ “O Novo Romance Histórico Brasileiro”, p.143.

3. A Família Ravasco em *Boca do Inferno*

3.1. A estrutura do Romance

Primeiro romance histórico de Ana Miranda, *Boca do Inferno* convida o leitor para uma visita à cidade de São Salvador da Bahia, no século XVII. A romancista, uma grande anfitriã, trata de apresentar e localizar a cidade, para que o público possa sem medo participar da aventura que terá início. Logo nas primeiras páginas da narrativa desenha-se ao pormenor o espaço onde quase toda a trama será desenvolvida:

A cidade fora edificada na extremidade interna meridional da península, a treze graus de latitude sul e quarenta e dois de longitude oeste, no litoral do Brasil. Ficava diante de uma enseada larga e limpa que lhe deu o nome: Bahia.

A baía, de pouco mais de duas léguas, começava na ponta de Santo António, onde tinha sido edificada a fortaleza do mesmo nome, e terminava aos pés da ermida de Nossa Senhora de Monserrate. No meio do golfo estava a cidade, sobre uma montanha de rocha talhada a pique na encosta que dava para o mar, porém plana na parte de cima; este monte era cercado por três colinas altas, sobre as quais se estendiam as povoações. Ao sul, as casas terminavam nas proximidades do mosteiro de São Bento; ao norte, nas cercanias do mosteiro de Nossa Senhora do Carmo. O terceiro extremo da cidade, a leste, era escassamente povoado.

[...] Numa suave região cortada por rios límpidos, de céu sempre azul, terras férteis, florestas de árvores frondosas, a cidade parecia ser a imagem do Paraíso. Era, no entanto, onde os demônios aliciavam almas para povoarem o Inferno. (BI, 11-12)

Ao visualizar a cidade como se a sobrevoasse, o leitor tem a impressão nítida de que acaba de aterrar. Nas voltas que dá pela cidade da Bahia recriada por Ana Miranda, conhecerá antes de qualquer outra personagem, aquela cuja alcunha dá título ao romance: Gregório de Matos – o “Boca do Inferno” – um dos protagonistas da história, de que ainda se falará nos capítulos seguintes. Em seguida, é possível acompanhar as andanças de outras personagens, e logo se vai ouvir falar de António de Souza de Menezes, o governador alcunhado de “Braço de Prata”, como também de outra figura importante, o Padre António Vieira. Esse *incipit* é independentizado, com o título de “A cidade”; trata-se, evidentemente, de uma pequena apresentação das personagens que

terão mais relevância na obra, tal como é também uma tentativa de ambientar o leitor no espaço onde a história se passa.

“A cidade” é a primeira das seis partes em que *Boca do Inferno* está dividido. Na segunda parte – “O crime” – tem lugar o motor da trama: um assassinato. Toda a história gira em torno deste acontecimento, sendo esta portanto uma parte fundamental do romance, na qual outras personagens serão introduzidas. “O crime” é também responsável por dar a conhecer ao leitor o grande dissídio de *Boca do Inferno*: Menezes *versus* Ravascos. Dividida em dez capítulos, esta segunda parte é a mais extensa do romance, seguindo-se, “A vingança”, que apresenta onze capítulos. Neles, dá-se a desforra daqueles que desejam vingar, a qualquer preço, o assassinato do alcaide. O título dado pela autora à terceira parte do romance – “A vingança” – é bem adequado, pois o leitor, aí, testemunha prisões arbitrárias, chantagem e novos assassinatos, em nome da justiça a fazer ao alcaide morto.

Em “A devassa”, quarta parte da narrativa, em que estes abusos serão podados, surge uma nova personagem: o desembargador Rocha Pita, responsável pelo processo do assassinato do alcaide. Este mostrar-se-á imparcial face as duas facções que dividem a cidade da Bahia naquela altura. Aí o leitor recuperará a confiança na justiça, pois inicia-se uma nova investigação do crime que impulsiona a história. Em apenas cinco capítulos, a romancista consegue caminhar para o fechamento da obra, e dá para o leitor a satisfação que ele busca.

A quinta parte é baptizada de “A queda”, porque descreve a derrocada de uma das facções que protagonizou o romance. Mesmo sendo curta, é caracterizada pelo forte teor esclarecedor e conclusivo. Os seus dois capítulos colocam um ponto final no episódio do crime do alcaide, e fecham um ciclo na Bahia do “Boca do Inferno”: o fim do governo do Braço de Prata.

Faltava apenas um sinal na Lua para que se confirmasse o texto *Erunt signa in sole et luna et stellis*. Assim terminou o governo tirânico do Braço de Prata. (BI, 317).

Com o término do governo de António de Souza Menezes, chega também ao fim a história contada por Ana Miranda, porém a romancista sente a necessidade de um último remate que é dado no “Epílogo – O destino”. Sexta e última parte de *Boca do Inferno*, esta é como a cereja em cima de um bolo, pois presenteia o leitor curioso que acompanha todo o relato, sabendo que a matéria narrada é de extração histórica, com a resposta a uma pergunta que certamente ele faz: “O que será que aconteceu a todos eles depois?” A cereja, como deleite para a sobremesa, e para o sossego do coração do leitor, “O destino”, capítulo posterior à resolução da trama central do romance, narra o que aconteceu às personagens, sejam elas históricas ou puramente ficcionais, e à cidade da Bahia. Assim a obra termina como começa: com a cidade da Bahia e o seu grande poeta.

A CIDADE DA BAHIA cresceu, modificou-se. Mas haveria de ser para sempre um cenário de prazer e pecado, que encantava todos os que nela viviam ou a visitavam, fossem seres humanos, anjos ou demônios. Não deixaria de ser, nunca, a cidade onde viveu o Boca do Inferno. (BI, 331).

3.2. O acontecimento histórico que move a trama

Constituindo-se título do romance, a alcunha de Gregório de Matos, “Boca do Inferno”, permite pensar que ele trata da vida do poeta. Verifica-se, contudo, que a intriga é impulsionada por um acontecimento histórico não directamente ligado a ele. Na verdade, o assassinato do alcaide-mor da Bahia, Francisco Teles de Menezes, é o real motor da acção de *Boca do Inferno*. Todos os episódios desenvolvidos na história, tal como a participação do poeta na trama, têm relação com este crime, e o grande conflito Menezes *versus* Ravascos é acirrado depois de sua ocorrência.

Mesmo com presença activa em todo o acontecimento, Gregório de Matos está colocado em segundo plano, enquanto o Padre António Vieira com sua família e o

governador com seus aliados acabam por protagonizar o romance, já que constituem as duas facções que se combatem ao longo da história. Daí a necessidade de uma análise pormenorizada do assassinato do alcaide, pois é este facto que desencadeia todos os acontecimentos que se seguem na história.

Francisco Teles de Menezes foi apanhado numa emboscada que envolvia oito homens encapuzados e assassinado no dia 4 de Junho de 1683. É o facto que está em registos históricos, como atesta J. Lúcio de Azevedo:

Sexta-feira, 4 de Junho de 1683, vindo o alcaide-mor, entre as 10 e 11 horas do dia, para sua casa, perto do colégio lhe saíram ao encontro oito mascarados, que o atacaram disparando-lhe bacamartes. Dos tiros caíram dois negros, de três que acompanhavam o alcaide; neste não acertaram os pelouros, mas os assassinos deram-lhe a morte, a cutiladas e um golpe de chuço. Cometido o crime, refugiaram-se na casa dos jesuítas.⁵⁵

A História mostra que Teles de Menezes não era um poço de virtudes, pois era conhecido pela prepotência e pelas práticas violentas. Antes de comprar, por muito pouco, o cargo de alcaide-mor da Bahia cometeu alguns desatinos e até esteve preso em Lisboa, sendo depois libertado por nada ter sido comprovado. De volta ao Brasil⁵⁶ numa posição importante, Francisco Teles de Menezes começou a despertar desafectos, tal como observa Rocha Pita:

Com esta dignidade voltou para a pátria, afetando uma autoridade maior que a que tiveram os seus antecessores no lugar, e pesada aos que o julgavam menos benemérito dela. Por este motivo e por ódios mais antigos tinha muitos émulo, granjeando-os sempre mais o alcaide pelo defeito de uma língua imodesta e de um ânimo vingativo, que vieram a ser a causa da sua ruína.⁵⁷

O alcaide, aparentado com o governador, aproveitou-se deste parentesco para vingar-se de todos os seus inimigos. A lista de seus opositores era longa, pois incluía António de Brito e Castro e seu irmão André, provedor da alfândega da Bahia; Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque, sobrinho do Padre António Vieira; António de Moura Rolim; Manuel de Barros da Franca; João de Couros Carneiro, escrivão da

⁵⁵ *História de António Vieira, II Volume*, p. 197 – 198.

⁵⁶ O alcaide Francisco Teles de Menezes era natural da Bahia, como atesta Rocha Pita.

⁵⁷ *História da América Portuguesa*, p.192 – 193.

Câmara; Francisco Dias do Amaral; e os capitães de infantaria do presídio, Diogo de Sousa da Câmara e José Sanches. Podia-se ainda acrescentar todos os amigos e parentes dos últimos citados, tal como o Padre Vieira e seu irmão Bernardo Ravasco, e também todos os desafectos do Braço de Prata, entre os quais se coloca Gregório de Matos, que em uma de suas sátiras chamara o alcaide de ladrão, e zombara da deficiência física do governador, censurando-o também pelos seus actos pouco correctos no governo. Ligado à facção dos Ravasco, o poeta era muito amigo de Gonçalo e tinha grande respeito pelo seu pai, Bernardo, e só por estes fortes vínculos já era considerado opositor do alcaide, nem precisando de que as suas sátiras tivessem provocado a ira de Teles de Menezes e de António de Souza.

De todos os desafectos do alcaide, deve-se destacar os irmãos André e António de Brito Castro, pois estes haviam sofrido um atentado em que o alcaide esteve de certa forma envolvido, como refere o historiador Pedro Calmon:

Quanto ao alcaide, o ódio aos Castros pressupunha luta de morte, pois um sobrinho dele armara uma emboscada ao Tenente António e seu irmão, o provedor da alfândega André de Brito de Castro, de que escaparam, malferido o primeiro, com a espada na mão o outro.⁵⁸

Supõe-se, portanto, que o assassinato de Teles de Menezes deveu-se a uma vingança bem architectada. A participação dos inimigos do alcaide no crime é creditada ao facto de já estarem homiziados no colégio dos jesuítas, pelo menos dois deles, Gonçalo Ravasco e André de Brito, quando se deu o ocorrido, podendo portanto planear juntos o assassinato, como pondera J. Lúcio de Azevedo:

No colégio achava-se hóspede, também homiziado, o provedor da alfândega André de Brito, incluído em uma devassa pelo crime de morte, praticado em dois negros do assassinato do alcaide, e de que tinham sido os executores punidos, um com forca, outro com degredo. Estava igualmente acoutado com os jesuítas o sobrinho de Vieira, Gonçalo Ravasco, que por ter acutilado um meirinho fora sentenciado a degredo para África. Daqui nasceu dizer-se que o homicídio do alcaide fora planeado na cela onde vivia o provedor, em conciliábulo a que tinham assistido o secretário de Estado, o filho,

⁵⁸ *História do Brasil – Século XVII*, p. 869.

e o irmão António Vieira. Era o que publicavam os da facção do alcaide, e os inimigos dos jesuítas, como sempre numerosos aceitavam.⁵⁹

O governador temia pela vida do alcaide, pois estava ciente de seus numerosos inimigos. Na manhã em que Teles de Menezes foi assassinado, o Braço de Prata havia-lhe oferecido soldados para sua protecção, mas este os recusara, pois duvidava que seus opositores tivessem tamanha audácia. Relatam alguns historiadores que António de Souza de Menezes ao ser informado do crime e do lugar onde estavam refugiados os possíveis assassinos, sentiu-se tomado por um ódio imenso e encarregou-se pessoalmente de vingar seu parente e amigo, o alcaide, sem medo de fazer justiça a qualquer preço:

Excedeu-se o governador no ódio explosivo. Pois os jesuítas asilavam os criminosos, mandou cercar-lhes a casa.
Prendeu quantos suspeitos houve na Cidade. Desconfiou da tropa e de seus mestres de campo, escreveu para Lisboa, tudo se devia aos “conselhos que se faziam no Colégio, à vista do padre António Vieira e seu irmão o Secretário de Estado, e sobrinho, Gonçalo Ravasco...”⁶⁰

O Padre Vieira protestou veementemente contra as acusações que a esta altura já caíam sobre si e sua família, mas o governador levou-as adiante, com o pretexto de punir todos os envolvidos no assassinato de Teles de Menezes. Sabe-se, na verdade, que o Braço de Prata desejava castigar acima de tudo o ilustre jesuíta, pois já há algum tempo havia um grande desentendimento entre os dois.

Com base neste episódio, Ana Miranda desenvolveu sua ficção servindo-se das figuras históricas envolvidas, entre as quais sobressaem o Padre António Vieira, seu irmão e sobrinho, e o governador António de Souza de Menezes – mas a par disto incorporou diversas personagens de sua livre criação. A romancista usa e abusa de sua liberdade de autora contemporânea, uma vez que, sobre o assassinato relatado, as informações são um tanto escassas e superficiais. Investigadores e estudiosos da vida do

⁵⁹ Pedro Calmon, *História de António Vieira, II Volume*, p. 198.

⁶⁰ *A vida espantosa de Gregório de Matos*, p. 66.

Padre António Vieira admitem que este episódio da existência do jesuíta foi muito pouco aprofundado.

Como se sabe, limitações em relação a matéria de extracção histórica não são empecilho para a ficção histórica contemporânea, muito pelo contrário, são antes um salutar desafio. Ana Miranda aceitou-o e recriou o assassinato do alcaide da Bahia ao seu modo com algumas pinceladas de sátira. A romancista, talvez influenciada pelo poeta de versos satíricos que dá título a sua obra, apresenta o alcaide, horas antes de ser assassinado, vivendo uma breve relação sexual, sem sequer despir-se:

Num impulso premonitório o alcaide-mor levantou-se, foi até a janela e abriu-a. A rua estava quase deserta. Um molecote magro permanecia em pé numa esquina. Teles de Menezes pressentiu alguma coisa estranha mas não lhe deu importância. Viu seus lacaios descansando, encostados na parede, ao lado da liteira. Fechou a janela com cuidado e estirou-se ao lado de Cipriana. Ela jamais o vira nu. “Não temos muito tempo”, ele disse, cobrindo-a com seu corpo. Os conspiradores meteram os capuzes, guardaram as adagas na cintura. Um pacto estava selado entre eles. “Está quase na hora. Um patife daqueles deve fornicar como um coelho, bem depressa.” Os homens riram. “Acho que ele é castrado.” (BI, 23)

É uma situação no mínimo caricata, o que se revela como marca interessante da ficção histórica contemporânea: antes de matar o alcaide, os assassinos esperam que ele tenha a sua última relação sexual. Até este momento, o leitor não sabe quem são esses conspiradores. Mas em seguida tem conhecimento de que Teles de Menezes sentia um certo medo de que seus opositores lhe preparassem uma emboscada. Porém altivo e prepotente, preferia não acreditar nisto:

O alcaide suspirou. Os Vieira Ravasco – Bernardo, seu filho Gonçalo e António, o padre – podiam aliar-se aos Brito, afinal eram aparentados. Mas não se meteriam em negócios dessa natureza. Se tinham motivos políticos para se oporem à facção dos Menezes, não possuíam por outro lado, uma tradição sangrenta. [...] Os Ravasco eram também, afinal, uma espécie de maricas. Não ousariam. [...] Teles de Menezes sentia-se onipotente, tinha ao seu lado todas as tropas, oficiais, espadachins, arcabuzeiros, todos os canhões, navios, todas as fortalezas. Quem tentasse algo contra ele, teria essas forças em seu encalço. (BI, 25)

Os acontecimentos mostram que o alcaide estava enganado, pois um grupo de conspiradores saiu do colégio dos jesuítas e escondeu-se na rua de Trás da Sé, à espera de Teles de Menezes para o assassinar. Um dos conspiradores decepou a sua mão direita e António de Brito cortou-lhe a garganta, mas ele ainda conseguiu arranjar força para dizer: “O Braço de Prata vai me vingar.” (BI, 27) Essa última frase de Teles de Menezes antecipa o que acontecerá na narrativa.

Tal como se pode constatar através dos registos documentados sobre este episódio, nota-se, em *Boca do Inferno* que o governador lucra com este crime, pois encontra o motivo de que precisa para perseguir a família Ravasco e, mais precisamente, o Padre António Vieira. Quando informado do crime, o governador logo quis saber se as testemunhas reconheceram os matadores:

“Os matadores eram oito”, disse o Mata. “Um deles foi o António de Brito. Temos testemunhas.”

[...] “Essas testemunhas reconheceram os outros matadores?”

“Apenas o António de Brito, senhor governador”, disse o Mata. “Os outros estavam encapuzados. Homizaram-se no colégio.”

“Foram aqueles malditos Vieira Ravasco. Malditos!” Deu uma outra pancada na mesa, dessa vez com força. “Vão pagar caro pelo que fizeram.” (BI, 29)

E apesar de nenhuma delas ter reconhecido qualquer membro da família Ravasco, o Braço de Prata trata imediatamente de acusá-los. A partir deste momento, é iniciada a perseguição aos Ravasco e aos seus aliados, desenrolando-se uma série de acontecimentos e principalmente a disputa entre a facção dos Menezes e a dos Ravasco. Chega-se assim a conclusão de que o assassinato do alcaide-mor, Francisco Teles de Menezes, é o acontecimento histórico responsável pelo desenvolvimento da intriga, porque, a partir dele, novas personagens são introduzidas, outras relações são destacadas, valores são discutidos, ideias são afloradas e sentimentos são muitas vezes sobrepostos à razão.

3.3. Os Vieira Ravasco: História e Ficção

A História ainda hoje revela lacunas quando se vai em busca da genealogia da família Vieira Ravasco. O primeiro representante de que se tem registo é Rui Lourenço Ravasco, vindo para Portugal, provavelmente procedente de Espanha, no tempo de D. Afonso V, e com residência estabelecida na vila de Moura, no Alentejo. Rui Ravasco casou-se nesta mesma vila com uma senhora que, nas fontes aparece designada por nomes diferentes: D. Maria de Moura, D. Leonor de Pinho ou Antónia Coelha, filha de Martin Afonso Coelho. Historiadores crêem que a família tenha se ramificado por todo o território português, como também atravessado o oceano e chegado até o Brasil.

Acredita-se que Cristóvão Vieira Ravasco – pai de António Vieira e Bernardo Ravasco – seja descendente daquele primeiro Ravasco de que se tem registo, pois Cristóvão nasceu em Moura, no Alentejo. É bem provável que seja filho de uma mulata ou de uma índia, “também houve quem dissesse mourisca, de toda a maneira mulher de cor.”⁶¹ O facto é que esta mestiça, enquanto criada na casa dos condes de Unhão, apaixonou-se por Balthasar Vieira Ravasco, também serviçal na casa. Os condes não teriam visto com bons olhos o relacionamento dos dois empregados, e acharam por bem demitir a mulher. Mesmo com os senhores não concordando com a ligação, os dois se casaram sem abater-se, pois a união “fizera esquecer tal turvação da pureza da raça.”⁶²

O seu filho, Cristóvão Vieira Ravasco, acabou por tornar-se também criado dos Condes de Unhão, mas serviu igualmente nas armadas, e, por dois anos, foi escrivão das devassas dos pecados públicos da cidade de Lisboa. Casou-se com Maria de Azevedo, lisboeta, que, por ser filha de Brás Fernandes, armeiro da Casa Real, obteve uma carta de lembrança de um ofício de justiça ou fazenda para o seu marido. Em 1609, gozando portanto da carta de que dispunha sua esposa, Cristóvão partiu para o Brasil, mais

⁶¹ J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira, I Volume*, p. 14.

⁶² Hernâni Cidade, *P.e António Vieira – a obra e o homem*, p. 13.

precisamente para São Salvador da Bahia, a fim de exercer o cargo de escrivão no Tribunal da Relação. Maria de Azevedo, que a esta altura já era mãe de António Vieira, permaneceu em sua casa, na rua de Nossa Senhora dos Mártires, cuidando de iniciar a alfabetização de seu filho. Segundo o historiador J. Lúcio de Azevedo, a senhora raramente saía de sua casa:

Na ausência do marido Maria de Azevedo vivia muito recolhida, saindo raras vezes a não ser para a missa, toda consagrada ao filho, de quem foi mestra de ler e escrever.⁶³

Não tardou muito para que todos pudessem estar novamente reunidos: após três anos, Cristóvão voltou a Portugal para buscá-los, partindo então toda a família para o Brasil em 1614⁶⁴. Além de António Vieira, o casal teve ainda mais cinco filhos⁶⁵: Bernardo Vieira Ravasco; Ignacia de Azevedo Ravasco; Catharina Ravasco de Azevedo; Leonarda de Azevedo Ravasco; e Maria de Azevedo, a filha mais nova do casal que levava o mesmo nome de sua mãe.⁶⁶

⁶³ *História de António Vieira, I Volume*, p. 15.

⁶⁴ J. Lúcio de Azevedo, Luís Leal Filho, José Eduardo Franco, Paulo Meksenas, Luís Machado de Abreu, Hernâni Cidade, entre outros estudiosos e investigadores apontam o ano de 1614 para a chegada de Maria de Azevedo e de António Vieira ao Brasil, mas Manuel J. Gandra (investigador, licenciado em Filosofia pela Universidade Clássica de Lisboa) indica que os dois embarcaram em 1615, e que em 1616 o navio em que navegavam rumo ao Brasil enfrentou uma violenta tempestade, encalhando nos baixios da Paraíba a 20 de Janeiro e quase naufragando.

⁶⁵ J. Lúcio de Azevedo, em *História de António Vieira, II Volume*, apresenta um quadro genealógico da família Ravasco, onde se pode constatar que os pais de António Vieira, além do jesuíta, tiveram mais cinco filhos. O historiador Pedro Calmon, em *O crime de António Vieira*, também afirma que Cristóvão Ravasco e Maria de Azevedo tiveram seis filhos ao todo, porém no documento de licença para transferir o emprego, datado a 15 de Novembro de 1623, emitido pelo rei para Cristóvão Ravasco, temos a informação que este tinha na altura dois filhos e duas filhas apenas. Manuel J. Gandra, investigador já mencionado em nota 64 desta dissertação, afirma que Vieira é o primogénito de quatro filhos do casal.

⁶⁶ Para que conste, vale registar o destino das irmãs de António Vieira e Bernardo Ravasco: Ignacia de Azevedo Ravasco, a primeira filha de Cristóvão e Maria, casou-se com Fernão Vaz da Costa Dória, bisneto de um irmão do governador Duarte da Costa, e teve com ele um único filho, o sargento-mor Francisco de Abreu da Costa Dória. Catharina Ravasco de Azevedo casou-se com o sargento-mor Rui de Carvalho Pinheiro, não deixando descendência. Leonarda de Azevedo Ravasco casou-se com o desembargador Simão Álvares de Lapenha (Deus-dará) e com ele teve um filho e quatro filhas, porém toda a família foi vitimada num terrível naufrágio quando iam em viagem para o reino. Por fim, Maria de Azevedo, que depois dos quarenta anos, casou-se com o mestre de campo Jeronymo Sodré Pereira e teve um único filho que fora baptizado com o mesmo nome do pai, contudo a filha mais nova de Cristóvão Ravasco prematuramente morreu, deixando o filho e o marido. Jeronymo casou-se novamente com D. Francisca de Aragão, filha de Balthazar de Aragão e irmã do coronel Manoel de Araújo de Aragão.

Em 1623, Cristóvão obteve do rei uma licença para transferir seu emprego para um dos filhos ou para aquele que viesse um dia a casar com uma de suas filhas. Este é um trecho da licença emitido pelo rei a 15 de Novembro de 1623:

Eu El Rey faço saber ao que este alvará virem que avendo respeito a Cristovão Vieira Ravasco, escrivão dos agravos e apellaes siveis da Rellação do Brasil, ir em quinze annos que serve os ditos officios com satisfação sem ser culpado em nenhuma de quatro devasas trienais que se tirarão dos officiaes de justisa, e ser velho e muito pobre e ter dous filhos e duas filhas, [...] hey por bem de lhe fazer mersse de licença pera que em sua vida ou por sua morte possa nomear os ditos officios em hum seu filho ou filha, pera a pessoa que com ella cazar, pello que mando aos meus dezembargadores do paço que nomeando em filho o examinem, e achando que he apto e não tem empedimento algum pera aver de servir o dito officio lhe farão passar Carta em forma delle, e nomeando em filha a pessoa que com ella ouver de cazar será obrigada, antes que o faça, a se vir aprezenar antes os ditos meus dezembargadores do paço.⁶⁷

No ano seguinte, em 1624, os Vieira Ravasco passaram por um mau momento, quando portugueses atearam fogo à casa da família, por razões pouco esclarecidas. Segundo Pedro Calmon, citando Frei Vicente do Salvador, “queimaram-lhes a casa os portugueses, porque a usassem os flamengos para inquieta-los.”⁶⁸ Pouco mais de dez anos passados, em 1635, Cristóvão Ravasco obteve uma boa nova: a nomeação para escrivão do Tesouro da Capitania. Só então a família veio a se aproximar da fidalguia:

Provisão porque V.S.^a fas mercê a Cristovão Vieira Ravasco da serventia do officio de escrivão do Thesouro desta Capitania, para que o sirva emquanto V.S.^a o houver por bem e S. Majestade não mandar o contrario. Ficão carregados quatre mil reis em que foi avaliada a meia anata desta Provisão sobre o Thesouero Braz da Costa. Bahia, dois de Janeiro de seiscentos e trinta e seis annos.⁶⁹

Para o estudo, em *Boca do Inferno*, desta família de origens humildes e modestas, que com o passar dos anos na Bahia alcançou certa ascensão, despertaram interesse apenas quatro de seus integrantes: António Vieira e Bernardo Ravasco, tal como dois descendentes deste último.

⁶⁷ Arquivo Nacional Chancel. de D. Filipe 3.º, Livro 9.º, fol. 315.

⁶⁸ *O crime de António Vieira*, p.14.

⁶⁹ Doc. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

António Vieira

O primeiro filho de Cristóvão Ravasco e Maria de Azevedo nasceu em Lisboa, na Rua dos Cónegos, na vizinhança da Sé, no dia 6 de Fevereiro de 1608. Foi baptizado no dia 15 de Fevereiro, tendo como padrinho um dos senhores de seu pai, D. Fernão Teles de Menezes, conde de Unhão. Embarcou com os pais para o Brasil quando tinha apenas seis anos, residiu na zona sul de Salvador, local actualmente próximo da Praça Castro Alves. Nesta época, António tinha de atravessar a maior parte do povoado até o Terreiro de Jesus para chegar ao Colégio dos jesuítas, “principal se não único foco da vida intelectual no Estado”⁷⁰, onde ele, como também mais tarde seu irmão Bernardo, puderam obter instrução literária.

No Colégio dos jesuítas, descobriu sua verdadeira vocação, quando ainda gozava seus frescos quinze anos, pois era “muito grande o fascínio exercido sobre ele pela exemplar dedicação dos padres.”⁷¹ Hernâni Cidade comenta esse momento importante da vida de Vieira:

No Colégio dos Jesuítas do Salvador continuou os estudos, nele recebeu os estímulos que lhe teriam inclinado o espírito, decerto logo reconhecido como superiormente dotado, para o ingresso na Companhia.

Não tardou isto a verificar-se. Contava apenas 15 anos, quando, uma noite, diz ele que sob a sugestão de uma prédica sobre os tormentos do Inferno, abandona secretamente a casa paterna e corre a pedir aos padres seus mestres o acolham na Ordem.⁷²

Inicialmente, os pais de Vieira demonstraram preocupação com a decisão do filho de ingressar na Companhia de Jesus. Mas sabiam que nada podiam fazer, afinal tinham consciência da impulsividade e inteligência do filho, e, portanto, acabaram por dar-lhe o seu consentimento.

Em 1626, Vieira já estava ensinando Retórica como Mestre de Humanidades no Colégio de Olinda, em Pernambuco, e neste mesmo ano, no mês de Setembro, termina a

⁷⁰ *História de António Vieira, I Volume*, p. 15.

⁷¹ Luís Machado de Abreu, “Moldura para um retrato de Vieira”, p. 34.

⁷² *P.e António Vieira – a obra e o homem*, p.14

redacção da *Carta Annuã ao Geral dos Jesuítas*, o seu primeiro escrito conhecido. Em 1633, prega seus primeiros sermões em Salvador: *Sermão da Quarta Dominga da Quaresma*, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia; *Sermão XIV do Rosário*, na Irmandade dos Escravos de um engenho; e o *Sermão do Nascimento do Menino Deus*, na Igreja do Colégio. Nos anos seguintes, aumentado o número de seus textos, ganha fama e também inimizades. Em 1641, segue para Lisboa, tornando-se amigo e confidente do rei D. João IV. Na capital portuguesa reside até 1646, no ano seguinte parte para a França, “numa missão diplomática com o objectivo de tratar de um possível casamento de D. Teodósio”⁷³. Estende a sua viagem até Haia, onde permanece por três meses, e faz uma tentativa de negociar certos aspectos relacionados com a presença dos holandeses no Nordeste do Brasil. Três anos depois, é denunciado à Inquisição pelo padre jesuíta Martim Leitão por fazer profecias julgadas pouco ortodoxas, mas esta denúncia é arquivada, tal como uma outra, feita no mesmo ano, pelo capucho Frei António de Serpa. Em 1650, Vieira vai para Roma em nova missão diplomática: propor o casamento de D. Teodósio com D. Maria Teresa de Áustria, filha do rei de Espanha, porém a missão não se cumpre. Em 1651, ele é outra vez denunciado ao Santo Ofício, agora por Lourenço de Castro, e um ano depois por Manuel Álvares Carrilho e D. José de Ethi. Volta então ao Brasil “na qualidade de superior dos missionários jesuítas do Maranhão e Pará.”⁷⁴ Em 1656, morre o rei D. João IV, seu amigo e confidente. Estando no Maranhão, Vieira reafirma o que havia declarado no *Sermão de Salvaterra*, que D. João IV haveria de ressuscitar.

Passados alguns anos, a rainha D. Luísa de Gusmão é afastada da corte e D. Afonso VI passa a governar, tendo o Conde de Castelo Melhor como seu primeiro-ministro. Descontente, Vieira começa a fazer oposição ao rei, e é desterrado para o

⁷³ Manuel J. Gandra, “Padre António Vieira: paralelo da sua vida e obra com o providencialismo, o milenarismo e o messianismo coetâneos”, p. 277.

⁷⁴ *Idem, ibid*, p. 280.

Porto. Neste período, o jesuíta encontra-se com a saúde um tanto debilitada, pois sofre de malária. Em 1663, Vieira é chamado a depor na Inquisição de Coimbra, a respeito do escrito *Esperanças de Portugal*. Ao afirmar para os “inquisidores que uma imagem de Bandarra⁷⁵ estivera exposta num altar da Sé de Lisboa no dia 1 de Dezembro de 1640”⁷⁶, é proferida sentença contra o jesuíta. Desterram-no para Coimbra com proibição de se ausentar para o Brasil. Dois anos depois, Vieira é preso pela Inquisição e mantido em custódia no Colégio de Coimbra, contudo, logo é colocado em regime de prisão preventiva na cadeia do Tribunal do Santo Ofício, até acabar o processo. Em 1667, é dada a sentença condenatória que obriga o Padre António Vieira a silêncio ininterrupto e à clausura numa casa da Companhia de Jesus. O jesuíta é então levado para o Mosteiro do Pedroso no Porto.

Em menos de um ano, o Santo Ofício o absolve de suas penas. Em liberdade, Vieira é transferido para o noviciado de Lisboa e assume o posto de Confessor do regente, reavendo igualmente o direito de pregar, mas com certas limitações face às matérias de que fora indiciado. Ainda em 1668, António Vieira segue para Roma desapontado com D. Pedro II, e lá permanece até 1675. Na capital italiana, o padre critica os métodos da Inquisição portuguesa, obtendo do Papa Clemente X a suspensão de todas as actividades da Inquisição em Portugal, como também o direito dos cristãos novos de recorrerem das decisões deste tribunal. Com a sua volta a Portugal exigida por D. Pedro II, Vieira retorna ilibado das penas passadas e dispendo de uma imunidade perpétua contra a Inquisição portuguesa.

⁷⁵ Gonçalo Anes, o Bandarra, foi um profeta popular, natural de Trancoso (Portugal). Bandarra era sapateiro de profissão, mas dedicava-se à divulgação em verso de profecias de carácter messiânico. Possuía um conhecimento notável das Escrituras do Antigo Testamento, e deste, por conseguinte, costumava fazer as suas próprias interpretações. Foi acusado pela Inquisição de judaísmo justamente pelo acto de transmitir as suas visões particulares do Antigo Testamento, tendo suas trovas incluídas no Catálogo de Livros Proibidos.

⁷⁶ Manuel J. Gandra, “Padre António Vieira: paralelo da sua vida e obra com o providencialismo, o milenarismo e o messianismo coetâneos”, p. 284.

Em 1681, António Vieira regressa em definitivo a Salvador da Bahia e passa a residir na Quinta do Tanque, propriedade campestre da Companhia de Jesus, nas proximidades da cidade de Salvador. Segundo J. Lúcio de Azevedo, “Vieira saíra da Bahia aos trinta anos, com direito a todas as esperanças, sentindo-se capaz de querer grandes coisas e de poder ainda mais: volta acabrunhado pela idade e doenças, desenganado de muitas vaidades, descontente do mundo e dos homens.”⁷⁷ Nesta altura, D. Pedro II e os bispos portugueses pressionavam constantemente o Papa para o restabelecimento do Santo Ofício em Portugal. Não tardou muito para que obtivessem sucesso em suas persistentes pressões e conseguissem o retorno da Inquisição. Para comemorar tal feito, alguns jovens em Coimbra queimaram uma efígie de António Vieira. O jesuíta comentou a decepção pela queima de sua imagem numa carta ao Marquês de Gouveia, pois não deixava de ser frustrante o facto de ser humilhado em praça pública no país onde nasceu, enquanto estudantes da Universidade do México celebravam o seu nome:

E posto que da empresa da fênix, das palmas e das trombetas nenhum caso faço, porque tudo é vento e fumo, não posso deixar de me magoar muito que no mesmo tempo uma universidade de portugueses se afronte a minha estátua e em outra universidade de castelhanos se estampe a minha imagem.⁷⁸

É neste período de desgaste e frustração que o leitor encontra o Padre António Vieira em *Boca do Inferno*. Na seguinte passagem a ser citada, pode-se observar como o romancista utiliza da intertextualidade para esboçar o descontentamento sentido pelo jesuíta:

“No ano passado houve uma arruaça em Coimbra, onde um grupo de estudantes e gente baixa simulou um auto-de-fé queimando a minha figura. O que mais podem fazer contra mim? Queimar-me vivo? Honradas exéquias. Enquanto isso, na Universidade do México me dedicaram umas conclusões de teologia. Não faço caso das palmas e das trombetas, porque tudo é vento e fumo. Mas não pode deixar de me magoar muito que ao mesmo tempo em uma universidade de Portugal me afrontem, como no Brasil, e em outra universidade de castelhanos me homenageiem. Por certo que nem a uns nem a

⁷⁷ *História de António Vieira, II Volume*, p.193.

⁷⁸ Hernâni Cidade, *P.e António Vieira – a obra e o homem*, p. 134.

outros merecia eu semelhantes correspondências. Fosse eu sueco, ou espanhol, aqui não me estariam tratando assim.” (BI, 187-188)

Na narrativa, Vieira é construído nesta difícil fase de desilusão vivida. Ofendido pelos afrontes sofridos no país onde nasceu. O jesuíta ainda será acusado de participação num assassinato, facto que deixará os seus dias ainda mais inquietantes e agitados em *Boca do Inferno*.

Segundo Antonio Candido⁷⁹, é através das personagens que o romance ganha vida, pois são elas que dão fôlego ao enredo. António Vieira, em *Boca do Inferno*, é responsável por movimentar boa parte do enredo, dado que a sua personagem está implicada de forma directa no desenvolvimento da trama, visto que ocupa a posição de mandante do assassinato do alcaide. O leitor tenderá a vê-lo quase como um herói injustiçado. Obrigado a defender-se da acusação de líder de uma facção, o jesuíta não assume a condição de quem está em guerra, porque foi, na verdade, colocado à sua revelia nesta situação.

Eis o que se sabe de concreto em *Boca do Inferno*: a ocorrência de um crime em que o sobrinho de Vieira esteve envolvido e mais nada. Desavenças anteriores, porém, impulsionarão, a partir deste acontecimento, o grande conflito que ocupará quase todas as páginas da narrativa.

Phillipe Hamon definiu as personagens históricas como referenciais, porque “remetem para um sentido pleno e fixo, imobilizado pela cultura, e têm a sua legibilidade dependente directamente do grau de participação do leitor nesta cultura. Servirão essencialmente de ‘ancoragem’ referencial remetendo para o grande Texto da ideologia, dos *clichés* ou da cultura; assegurarão o que R. Barthes chama ‘efeito do real’ e, muito frequentemente, participarão da designação automática do herói.”⁸⁰ Ao recriar

⁷⁹ “A Personagem no Romance”, in *A Personagem de Ficção*, p. 53.

⁸⁰ “Para um estatuto semiológico da personagem”, p. 96.

o Padre António Vieira em idade avançada e numa fase de frustração, em que se sentia ultrajado e insultado de todas as formas, além de acusado de um crime de assassinato, Ana Miranda tinha consciência da imagem preferencial que o grande público teria do Padre. A maioria o conheceria pelos seus belos sermões, pela defesa dos índios contra os colonos que os escravizavam e pela sua luta em favor da paz com os holandeses. A romancista, portanto, tinha o conhecimento de que o imaginário colectivo era positivo em relação ao jesuíta. Valendo-se disto, Ana Miranda dá a Vieira (a par com Gregório de Matos), de acordo com a terminologia de Phillipe Hamon, distribuição, autonomia e funcionalidade diferencial⁸¹ face às demais personagens. Assim sendo, o jesuíta surge em momentos marcantes da narrativa, e reflecte com sabedoria sobre a sua vida em longas passagens do romance, a que se lê a seguir:

“Vê, meu amigo, o que foi minha vida. Passei-a a viajar pelos outros reinos e fiquei tanto tempo viajando que acabei por me tornar estrangeiro em qualquer terra. Já fui, sim, fui um homem de meu país, que afinal nem sei mais qual é, se é onde nasci, onde vivi, ou por onde minha imaginação vagou. Estou homiziado em mim mesmo, derrotado. Já decidi pendências entre papas e reis, até mesmo pendências divinas, creio. [...] Sim, meu amigo, sei que muita coisa pode ser feita. Mas estou cansado.” (BI, 146)

As suas observações são certamente as mesmas que faria o narrador-autor. Além disso, Vieira age como figura mediadora, buscando resolver os problemas colocados no decorrer da história, e consegue, com sucesso, liquidar o problema crucial da trama: a liberação de sua família da acusação de assassinato. Para bem entender essa personagem e sua dimensão, observemos de forma pormenorizada os primeiros passos do jesuíta no romance, a sua acção no desenvolvimento da história e o seu famoso conflito com o governador António de Souza Menezes, para que assim se comprove a sua importância em *Boca do Inferno*.

Sabe-se que o romance inicia-se com o assassinato do alcaide, e que, de imediato, o governador trata de acusar o Padre António Vieira e sua família. Até este

⁸¹ Estas constantes que diferenciam o protagonista face as outras personagens de um romance são apontadas por Phillipe Hamon no ensaio já referido em nota anterior.

momento, o jesuíta só fora mencionado por outras personagens, mais precisamente pelo governador e pelo alcaide. Nas páginas seguintes, o narrador onisciente revela as impressões de Bernardo Ravasco sobre Vieira:

Mesmo não sendo jesuíta considerava-se mais religioso que seu irmão António Vieira, este sim, um verdadeiro político. O padre estava velho e não queria mais saber da política, levava uma vida de filósofo e escriba.
“Mas ainda é uma raposa”, disse o secretário. (BI, 40)

Tais reflexões estão sem dúvida relacionadas com vivências passadas do jesuíta: suas missões diplomáticas, sua intervenção em propostas de casamento do interesse do Reino, suas viagens a países em guerra com tentativa de paz. Facetas que muitos estudiosos e historiadores destacam, entre os quais Fernando Cristóvão:

Como diplomata e político, fez-se embaixador para defender a restauração portuguesa e D. João IV, de 1642 a 1652, junto das cortes de França, Holanda, Itália, especialmente em Roma. Não foi alheio à diplomacia da guerra, do comércio, das alianças, advogando o regresso a Portugal dos judeus expulsos, viajando incansavelmente, apesar de não ser essa a sua verdadeira vocação.⁸²

Como já foi referido, Ana Miranda, de forma sucinta e sagaz, usufrui da matéria histórica e aos poucos oferece ao leitor dados sobre a personagem. Através dos pensamentos de Bernardo Ravasco fica-se a saber que o padre estava velho, já não se metia em política, dedicando-se apenas a escrever. Nesta época, Vieira já passava dos setenta anos e nada mais natural que estivesse cansado e fugisse ao envolvimento na vida social, política e económica. Isto lhe permitia tempo de sobra para total dedicação à escrita, actividade que desde muito cedo despertara-lhe interesse, sabendo-se que seu primeiro texto importante foi produzido quando tinha apenas dezoito anos. Atenta a todos esses pormenores, a romancista vai desenhando a figura de Vieira de forma bastante verosímil, pois tudo nela (como também nas demais) é bem concebido.

Mencionado até então pelas demais personagens, na primeira vez em que o Padre Vieira surge em cena, o leitor já consegue visualiza-lo perfeitamente:

⁸² “Vieira: a grandeza de um imperador”, p. 61.

Bernardo Ravasco ajoelhou-se diante do altar. [...] Depois de alguns instantes apareceu António Vieira pela porta lateral. Trajava um simples hábito que já fora negro, amarrado à cintura por uma corda fina. Trazia na mão direita uma pena como se tivesse parado de escrever naquele momento. (BI, 46)

Pobre e modestamente vestido, ele entra na igreja, à primeira vista distanciado da religião, posto que transporta uma pena que não teria tido tempo de pousar ao ir ao encontro do irmão. Nesta passagem, Ana Miranda parece ter o intuito de mostrar ao leitor a humildade e a humanidade de um homem que já fora amigo íntimo do rei e que tinha fama em toda Europa. Sugere também a relação de amizade e cumplicidade que mantinha com seu irmão, Bernardo Ravasco, bem como a sua reacção face ao assassinato do alcaide:

“Sabes o que aconteceu hoje, não sabes? Creio que tudo por minha causa”, disse Bernardo Ravasco.

“Tenho acompanhado os fatos. O pecado faz parte da natureza do homem. [...] A virtude está subordinada aos interesses do reino. A religião já não significa alheamento ao mundo, não para mim. O maior pecado é a omissão. Portanto, não sofras com o que está acontecendo. Cabe a Deus julgar os atos dos homens mas cabe aos homens agir conforme a sua consciência.” (BI, 46)

Vieira demonstra serenidade, mas também praticidade ao reconhecer que o pecado faz parte da natureza do homem, porém era importante saber se esse pecado fazia também parte da natureza de seu sobrinho Gonçalo:

“Gonçalo era um dos encapuzados no crime?”

“Bem... ele não me disse nada, mas sabes como é o meu menino, sempre quer apagar com sangue as nódoas das injúrias passadas. [...]” (BI, 47)

No decorrer da história pode-se observar que a romancista insiste em transmitir a imagem de um Vieira apegado à família. Opção que pode suceder de suas pesquisas para composição da obra, pois alguns historiadores, entre os quais Pedro Calmon, apresentam o jesuíta como um homem de fortes ligações familiares:

Apesar de tudo, por velho e doente, não sentira forças para acabar com as ligações da família, que eram as últimas que o prendiam à agitação dos interesses e ao mercado das ideias, nessa capital da América lusitana.⁸³

⁸³ *O crime de António Vieira*, p.7.

Desta sequência pode-se concluir que Vieira pouco se interessava pelas coisas do mundo e que reservava tempo somente para a rotina na Quinta do Tanque, a par com a actividade da escrita. Mas não esquecia a família, e quando necessário aplicava parte de seu tempo a cuidar dela. Assim o vemos em *Boca do Inferno*, lutando não somente para defender-se da acusação de participação no assassinato do alcaide, como também em prol do irmão e sobrinhos, aos quais buscará proteger. Zeloso e absorvido pelos problemas da família, deixa perceber o seu desassossego durante o desenrolar dos acontecimentos conflituosos que envolvem o seu sobrinho Gonçalo. Do seu cuidado para com a sobrinha, Bernardina, dá exemplo a seguinte passagem:

“Uma mulher honrada não deve andar na rua a não ser para seu batismo, casamento e enterro. Sabes que não gosto de mulheres aqui na quinta”, disse Vieira. (BI, 145)

Mesmo aterrado com os acontecimentos, Vieira ainda se lembra de preservar a reputação de senhora honrada da sobrinha, revelando-se um tio muito atencioso. Ana Miranda é meticulosa ao reconstruir esses momentos de intimidade familiar do jesuíta, conseguindo assim reforçar a ideia de que Vieira colocava a família num alto pedestal e preocupava-se realmente com o bem-estar, a segurança e a imagem da mesma. São várias as passagens em *Boca do Inferno* em que se pode constatar a boa e saudável relação familiar dos Ravasco, como no momento em que Vieira demonstra preocupação com a viagem clandestina de seu sobrinho:

“Tenho pensado muito nessa tua ida a Portugal, Gonçalo. A navegação representa riscos, há tempestades, inimigos, calmarias, mares grossos e infestados de corsários, tu o sabes muito bem, perdestes tios, primos, amigos em naufrágios e descargas de artilharia. Mas se uma viagem por si só é arriscada, o que dizer de uma viagem como clandestino? Não, Gonçalo, pensei bem, creio que não deves arribar.” (BI, 217)

Ao criar essa cena e a fala de Vieira, Ana Miranda, além de reiterar os fortes laços que o unem à família, utiliza subtilmente fontes históricas para tornar sua ficção bem verosímil. Quando Vieira alerta Gonçalo para os perigos dos mares, menciona os

tios e primos que o jovem havia perdido em desastres no oceano, e, como se sabe, toda a família de uma das irmãs do jesuíta foi vitimada num triste naufrágio. Esta passagem mostra bem como a romancista, portanto, é capaz de introduzir na narrativa pequenos factos documentados de forma muito natural, conferindo credibilidade à matéria narrada. O mesmo ocorre quando menciona o período em que o jesuíta fora confessor da rainha Cristina da Suécia:

Vieira lembrava um cervo abatido numa calçada em Sintra, quando entrou na sege. Pensava se devia seguir os conselhos de seus amigos e partir do Brasil. Talvez devesse ter ido para a Suécia, onde a rainha Cristina o prendera para seu confessor. (BI, 187)

Recorde-se que Vieira começou a frequentar a Academia da corte da rainha Cristina da Suécia em 1669, e que passados menos de quatro anos, esta o convidara a tornar-se seu pregador. Datado de 1673, o primeiro sermão pregado para a rainha Cristina foi *5ª Terça-feira da Quaresma*. O facto de Ana Miranda fazer referência a este momento da vida de Vieira de maneira tão ténue, comprova mais uma vez a escrita cuidadosa de uma atenta romancista de ficção histórica. Nota-se que, em *Boca do Inferno*, por repetidas vezes, António Vieira, através de seu diálogo ficcional, transmite ao leitor matéria de extracção de histórica misturada à ficção, contudo, a costura de Ana Miranda é tão bem atada, que é possível ter a ilusão de estar-se a conhecer aquilo que realmente um dia se passou na vida do jesuíta, e não o que poderia ter-se passado ou que está a passar apenas nas páginas criativas de uma romancista. Em toda a obra, há inúmeros exemplos deste modo engenhoso de criação de Ana Miranda, mas veja-se a sequência do encontro de Vieira com o Rabino Samuel da Fonseca, em que ambos recordam acontecimentos verídicos e fictícios:

“Em Amsterdã”, continuou o rabino, “tive o prazer de assistir a prédica do afamado Manasseh ben Israel, à qual, com muita cordialidade, fostes também ouvir. Sabendo do ouvinte que tinha na assembleia, Manasseh procurou exhibir seus dotes de orador e tentou provar a superioridade da antiga lei. Soube que vós procurastes o *hakham* Manasseh à saída e que se deu uma disputa retórica que durou longo tempo e à qual, infelizmente, fui privado de assistir. Dois mestres de teologia, dois sábios. Ambos possuíam igual força de argumentação, igual amor pela disputa de ideias, ambos

versados na Escritura e, vencidos pelo cansaço, saíram sem um poder convencer ao outro.”

“Sim, recordo-me. Esse foi um tempo de duras provas para mim”, disse António Vieira. (BI, 170 – 171)

Neste trecho, a romancista introduz, através da memória das duas personagens, um pouco da vivência de Vieira na Holanda, mostrando quer ao leitor que conhece melhor a trajetória do jesuíta, quer ao que a ignora, o seu conhecimento aprofundado dessa fase da vida da personagem histórica que está a ficcionalizar. Segundo Luís Machado de Abreu, “por ocasião das viagens à Holanda, Vieira não só se avistou com membros da comunidade de judeus portugueses de Amesterdão, para estudar as modalidades do seu apoio financeiro a Portugal, como manteve disputas teológicas com o Rabino Menassés ben Israel⁸⁴ sobre a esperança na vinda do Messias. Pretendia Vieira que o Messias já veio há muito, na pessoa de Jesus Cristo. Ensinava o Rabino que viria em breve novo Messias para realizar a salvação temporal e reconduzir à Terra Santa as dez tribos perdidas de Israel, de cujo aparecimento recente nas Américas tinham chegado rumores a Amesterdão.”⁸⁵ De facto aconteceu este conflito de opiniões entre Vieira e o Rabino, pois está documentado. Valeu-se Ana Miranda, portanto, até mesmo de pequenos atritos da vida do jesuíta para enriquecer a sua ficção e ampliar a figura de sua personagem. Com isso, fortificou a imagem de Vieira como bom argumentador e defensor de suas ideias.

Ao recriar uma figura facilmente reconhecida pelo grande público – afinal o Padre Vieira tem até hoje grande sucesso pelos seus sermões – a romancista foi cuidadosa também na caracterização do vestuário da personagem: os trajes modestos ajudam a moldar a personalidade de um homem pouco apegado a coisas materiais. Por

⁸⁴ Em *Boca do Inferno*, o nome do Rabino é Manasseh ben Israel, o que pode indicar que a romancista tenha provavelmente se valido de uma fonte histórica onde ele assim aparece.

⁸⁵ Luís Machado de Abreu, “Moldura para um retrato de Vieira”, p. 38 e 39.

outro lado, os gestos e o modo de expressar-se, com sabedoria, definem a sua marca de grande conhecedor das palavras e da alma humana:

“Nossos homens públicos são ou contemplativos ou ladrões. Roubar uma moeda faz um pirata, roubar uma cidade e seus palácios faz um Alexandre. O mundo está cheio de ladrões. E aqui a coisa parece pior. Não que as pessoas daqui sejam diferentes, piores do que as outras. O homem é o mesmo em qualquer lugar. Aqui, todavia, não há vergonha de se cometer um ato delituoso, não há remordimento de consciência. Uns dons fulanos rápidos, esses seronatos de hoje.”

Quando António Vieira falava sua voz se erguia, engasgava-se, levantava-se novamente; as sobrancelhas subiam e desciam, os olhos pareciam encher-se de luz. (BI, 64 – 65)

A voz do narrador é quase como um pincel a desenhar as feições do jesuíta enquanto ele fala. Os olhos a encherem-se de luz parecem transmitir a verdade que aquelas palavras significam e emanam para o próprio António Vieira. Este sinal reforça a ideia de que a personagem não atira simplesmente palavras no ar, acredita antes de tudo naquilo que diz. Os sentimentos de Vieira são aflorados naturalmente no decorrer de uma conversa, e transmitem a sensibilidade de um homem que poderia ser tachado de santo, porém era comum e humano como qualquer outro:

“O senhor não deve ficar assim irritado, vai acabar doente de novo. O senhor precisa ficar retirado dessas baixeiras do mundo.”

“Retirado das baixeiras entre os padres? Achas que não são homens? Só me retirarei das baixeiras dos homens quando morrer, padre Soares. Os padres hoje em dia não prestam, são como leigos.” (BI, 68)

Ana Miranda ilustra constantemente a insatisfação e aborrecimento de António Vieira nesta fase de sua vida. Depois de tanto ter feito e na idade em que estava, sentia que mais ninguém lhe dava ouvidos. A frustração da personagem residia principalmente na falta de gratidão por parte da Coroa Portuguesa e na falta de valor atribuído às suas palavras, como se pode concluir neste excerto:

Não existia gratidão nem lealdade, não mais. Ele mesmo, que arriscara sua vida tantas vezes em fidelidade à Coroa, via-se agora como um exilado. [...] Quando jovem, António Vieira acreditava nas palavras, especialmente nas que eram ditas com fé. No entanto, todas as palavras que ele dissera, nos púlpitos, nas salas de aula, [...] nos ouvidos dos reis, clérigos, inquisidores, duques, [...], desses milhões de palavras ditas com esforço de pensamento, poucas – ou nenhuma delas – haviam surtido efeito. (BI, 184 – 185)

Em *Boca do Inferno* descobre-se um Vieira consumido, cansado, doente e decepcionado com as iniquidades do mundo. A personagem tem a consciência de que muito lutou e realizou em sua jornada de sacerdote e até de político, mas ao mesmo tempo tem a sensação de que tudo foi inútil, porque não tem o reconhecimento daqueles de quem sempre esteve ao lado. O narrador reitera constantemente esse desgaste emocional do velho jesuíta, bem como a depauperização física que o atingia devido a idade avançada. Com a saúde debilitada, ele já não era capaz de enxergar através de um dos seus olhos, e a sua memória já não funcionava bem, como se confirma nesta passagem:

Sua saúde estava muito pior do que quando o geral da Companhia de Jesus o escusara do governo da Casa Professa. Sua idade passava dos setenta anos, tinha perdido totalmente uma das vistas e a outra se debilitava a cada dia; a memória já não funcionava como antes; a perna direita sentia uma antiga doença da qual fora acometida. Roma era um lugar frio e úmido, e seu estado não lhe permitiria suportar outros invernos europeus. Lisboa tinha o inconveniente da Inquisição, dos velhos inimigos, das velhas maledicências. Apesar de tudo, a Bahia era o lugar onde podia, com certo conforto, continuar o trabalho de escrever seus sermões. (BI, 187)

Minuciosamente o narrador vai transmitindo ao leitor todos os agravantes do estado de saúde da personagem. Nota-se que não há um limite para as referências deste estado, há, pelo contrário, uma necessidade de explicar que o jesuíta não estava bem pela agregação de diversas enfermidades, às quais se deve somar as emocionais. O seu único prazer – dedicar-se a escrita de seus sermões – era, apesar de tudo, ao menos passível de ser realizado na Bahia. Na então capital da colônia portuguesa, Vieira podia contar com o clima favorável à sua saúde e também com o alívio de não ser perseguido pela Inquisição. Como documenta a sua correspondência com o Marquês de Gouveia, Vieira sentia ao menos que no Brasil poderia morrer em paz:

Tendo-se recolhido a um deserto, a fim de melhor se aparelhar com a morte, ali mesmo não o deixavam viver nem morrer.⁸⁶

⁸⁶ Hernâni Cidade, P.e António Vieira – a obra e o homem, p. 134.

Contudo, até mesmo essa vontade de morrer, gozando de uma certa tranquilidade, foi colocada em risco com a acusação de envolvimento no assassinato do alcaide-mor da Bahia, Francisco Teles de Menezes. Na verdade, a suposta participação de António Vieira neste crime, como é sabido, não passava de uma consequência de suas desavenças com o governador António de Souza Menezes.

Comprova-se, através de registos históricos, que o desentendimento entre o governador e o Padre António Vieira começou quando António de Souza Menezes proibiu os moradores de saírem à noite embuçados nas suas capas, pois assim facilitava a prática de delitos, que ficavam impunes a tal disfarce. Os moradores da cidade, que a esta altura já tinham como tradição o hábito nocturno de saírem envoltos em suas capas, manifestaram protestos face a tal proibição. Este descontentamento é referido por J. Lúcio de Azevedo:

Os homens tiveram de andar em corpo, disposição adequada ao clima, mas que ia de encontro ao uso inveterado; os amigos da capa murmuraram, e os poetas da terra disseram *mil lindezas*, refere António Vieira sobre a novidade. Nem sempre, porém, falaram neste tom. Em breve Gregório de Matos o expunha no pelourinho da sátira, infamado de veniagas.⁸⁷

As tais “mil lindezas” – expressão que o historiador atribui a Vieira – constam, segundo Pedro Calmon, de uma carta do jesuíta ao marquês mordomo-mór, datada de 23 de Julho de 1682. Nela, Vieira teria dito que “sobre se tirarem as capas aos homens, têm dito lindezas os poetas, sendo a maior novidade deste ano, nestes engenhos, do que foi nos de açúcar.”⁸⁸ A partir daí então, o poeta Gregório de Matos foi atizado a escrever sobre o governador e seus despautérios, compondo as suas primeiras sátiras sobre António de Souza Menezes. O Padre António Vieira, por sua vez, aproveitava para ir mais fundo em seus comentários, como salienta J. Lúcio de Azevedo:

⁸⁷ *História de António Vieira, II Volume*, p. 197.

⁸⁸ *O crime de António Vieira*, p. 18.

O jesuíta exprime-se acerca dele em tom agridoce: “Eu não posso presumir mal de António de Menezes, porque a madureza dos seus anos promete grandes acertos, e o não ter herdeiros igual desinteresse.”⁸⁹

Com certeza, o ânimo do Braço de Prata deveria estar exaltado com os comentários irónicos do Padre Vieira. Pedro Calmon entende, contudo, que este conflito poderia ter raízes ainda mais profundas e antigas, fincadas em desentendimentos dos Vieira Ravasco com Francisco Teles de Menezes. É provável que o alcaide e o governador fossem parentes, mas não se sabe ao certo o grau deste parentesco. O mesmo historiador acredita que Francisco Teles de Menezes tenha se valido desta ligação para impor ao Braço de Prata seus inimigos. Dentre eles estavam os Ravasco, que tinham amizade com os Brito de Castro e que eram os maiores adversários do alcaide.

A dada altura, o governador decidiu que os vencimentos do secretário de Estado, Bernardo Ravasco, poderiam ser reduzidos em proveito da Fazenda Real. Abusando de seu poder, e de maneira arbitrária, anulou o regimento do príncipe que concedia a Bernardo Ravasco 400\$ e as propinas do provedor da Fazenda, para que voltasse a circundar as regras senis do conde de Óbidos. Vieira saiu então em defesa de seu irmão, enviando uma carta ao Marquês de Gouvêa, transcrita em parte por Pedro Calmon, onde se lê:

O que só digo a V. Ex. é que se ao conselho de estado subir um memorial do secretário deste, estimarei muito que se não saiba que é meu irmão, porque bastará esta notícia para que lá se não emendem as injustiças que cá se lhe fazem só por essa causa, porque não há outra.⁹⁰

Gregório de Matos também defendeu o amigo e secretário de Estado, Bernardo Ravasco, em versos que desrespeitavam o governador e até zombavam do braço perdido de forma honrosa. Com isso, o poeta não conseguiu só provocar o riso de seus

⁸⁹ *História de António Vieira, II Volume*, p. 197.

⁹⁰ *O crime de António Vieira*, p. 23.

companheiros nas ruas da cidade de Salvador da Bahia, mas também despertar a ira do Braço de Prata. Sirva de exemplo as seguintes estrofes:

Dizem que eu sou um velhaco,
e mentem por vida minha,
que o velhaco era o Governo,
e eu a velhacaria.

Quem pensara, e quem dissera,
quem cuidara, e quem diria,
que um braço de prata velha
pouca prata e muita liga;⁹¹

A partir do momento em que o poeta ridicularizou o governador, e que Vieira escreveu para o Marquês de Gouveia relatando as arbitrariedades do governo do Braço de Prata, é estabelecido o conflito. O desentendimento entre o jesuíta e António de Sousa Menezes agravou-se, quando Vieira decidiu ir ao Palácio falar directamente com o governador em defesa de seu irmão Bernardo, sendo de lá expulso, como explica Pedro Calmon baseado em um relato do jesuíta ao ex-governador Roque da Costa Barreto:

E parecendo aos padres que era retiro escandaloso não acudir eu a meu irmão neste estado, fui falar ao governador, na ante-véspera do Natal, e lhe disse desta maneira: [...] “Venho dar antecipadamente as boas festas a V.S. e também pedir V.S. uma mercê; o que não fizera se não entendera servia também nisto a V.S., por ser matéria de justiça e consciência.” Entendeu logo qual era a matéria, e enfurecido respondeu que ele ainda não era padre da Companhia tinha melhor consciência que eu, e conhecia melhor a Deus que eu. E isto com vozes desentoadas. [...] E com isto me disse com a mesma fúria: “Vá-se daqui, e não me entre mais em palácio.” [...] e eu rindo-me para todos disse: “Por certo que será matéria de grande sentimento não entrar nesse palácio quem com tão diferente respeito tem entrado no de todos os reis e príncipes da Europa.” Voltou costas dizendo: “Bem sei onde entra, bem sei onde entra.”⁹²

Ana Miranda reproduz esse acontecimento em *Boca do Inferno*, no episódio em que Vieira decide escrever para Roque da Costa Barreto referindo a audácia do Braço de Prata quando de sua visita ao Palácio, a fim de tentar impedir o seu destempero depois

⁹¹ “Ao ‘Braço Forte’ estando preso por ordem do governador Braço de Prata (Antonio de Sousa Menezes)”, in *Poemas escolhidos*, p. 176.

⁹² *O crime de António Vieira*, p. 29 – 30.

do assassinato do alcaide. Observa-se nesta passagem como a romancista intertextualiza quase integralmente o relato de Vieira transcrito por Calmon:

E, parecendo aos padres que era retiro escandaloso não acudir eu a meu irmão neste estado, fui falar ao governador na ante-véspera de Natal, e lhe disse desta maneira, para que a V.S. seja presente de todo o diálogo. *Venho dar antecipadamente as boas festas a V.S. e também pedir a V.S. uma mercê [...]*
E com isto me disse com a mesma fúria: *Vá-se daqui e não me entre mais no palácio. [...]* e eu rindo-me para todos disse: *Por certo que será matéria de grande sentimento não entrar neste palácio quem com tão diferente respeito tem entrado nos de todos os reis e príncipes da Europa.* Voltou as costas dizendo: *Bem sei onde entras, judeu. Bem sei onde entras, judeu.* (BI, 148)

Deve-se notar que este relato é feito pelo jesuíta, e que é preciso ponderar se o seu diálogo com o Braço de Prata de facto se passou assim, já que não há outra fonte para o conhecimento deste episódio. Ana Miranda credita verdade à versão do Padre António Vieira, e até acrescenta na última frase do Braço de Prata a palavra “judeu”, que no contexto soa como uma ofensa, e mostra que naquela época a boa relação do jesuíta com os judeus não era bem vista, tendo sido inclusive um dos motivos da perseguição a Vieira em Portugal.

A discussão entre o governador e o jesuíta gera inúmeras consequências, entre as quais, a acusação de participação de Vieira no assassinato do alcaide. Mas, em *Boca do Inferno*, nada é apontado para o seu envolvimento neste crime. Sabe-se apenas que, dentre os oito homens encapuzados, que prepararam uma emboscada para assassinar o alcaide, estava o seu sobrinho Gonçalo Ravasco. Nem se pode afirmar que o jesuíta se reuniu com tais homens para ordenar o assassinato. O que acontece em *Boca do Inferno* é também o que consta em registos históricos, porém a falta de provas não foi empecilho para o Braço de Prata architectar a sua vingança. Ana Miranda esforça-se para mostrar o seu autoritarismo e os brutais métodos que utilizou para castigar o jesuíta e a sua família. A romancista é habilidosa na recriação desse dissídio, pois a disputa entre o jesuíta e o governador é conduzida, de um modo cuidadoso, para que o leitor tome o partido de Vieira de forma quase automática. A personagem do jesuíta é

moldada através das vestes bem simples, da atenção dedicada à família, das palavras sábias, da timidez por faltar-lhe os dentes e da modéstia que é vista em seus actos. Já o Braço de Prata é construído numa linha de carácter prepotente, mostrar-se-á orgulhoso, tirano e inundado de soberba, despertará o medo e admiração ao seu redor de forma simultânea, como se pode confirmar nesta passagem:

Quando passou o governador Antonio de Souza montado no seu ginete muitas pessoas fugiram amedrontadas.

“É o Braço de Prata! É o Braço de Prata!”

Outros, vencendo o medo contemplavam, transidos, o aspecto assustador do homem cujo braço duro estava pousado sobre o colo, a mão enluvada de negro aparecendo sob o punho. (BI, 50)

Conta a História que António de Souza Menezes perdeu o braço direito em combate nas guerras pernambucanas contra os holandeses e que o substituiu por um braço de prata de contornos perfeitos, excelente obra de um ourives do Porto. Ana Miranda utilizará essa deficiência do governador para reforçar a construção de alguns traços da personagem. António de Souza Menezes vive angustiado devido à feiura física, mas mostra-se ao mesmo tempo arrogante no seu andar, justamente pelo peso da peça de prata que carregava no lugar do braço direito. Era um homem tão altivo que fazia questão de que todos se curvassem a sua passagem, ainda que não tivesse direito a isto, pois não era bispo ou arcebispo. Esta atitude chama atenção quando confrontada com a de Vieira, que demonstra humildade, embora gozasse de um prestígio tanto na Europa, como noutros países do mundo, inclusive no México, como se observou. O leitor é conduzido, portanto, a apoiar todo o tempo Vieira e a sua facção, e em muitos episódios pode mesmo sentir-se indignado face as atitudes do Braço de Prata, como nesta passagem:

O governador comandava pessoalmente as buscas. Vinha diante da companhia, o rosto impassível.

Arremetia o cavalo contra a multidão que se espalhava praguejando amedrontada, entre os dentes, ou dando vivas. [...]

Quando não lhes permitiam entrar nas residências onde habitavam pessoas ligadas aos Ravasco arremetiam à força contra as portas, arrombando-as. Saquearam casas

despedaçando o que não lhes interessava, jogando móveis na rua e incendiando-os. Muitos dos partidários dos Ravasco foram se abrigar no mato, sob as árvores, em casebres estreitos, em currais, nos engenhos, alguns em roupas de dormir, descalços, levando, quando muito, um saco de valores. (BI, 50 – 51)

Sem provas reais e logo sem o direito de acossar pessoas inocentes que relação alguma tiveram com o assassinato, o governador vai abusando do poder, em nome da justiça reclamada pela morte do alcaide. O único crime cometido por essas famílias perseguidas era, na verdade, a boa relação que mantinham com os Ravasco, mas isso fazia-as, aos olhos do governador, partidárias de Vieira e inimigas do Braço de Prata e do seu parente assassinado, Francisco Teles de Menezes.

Tal cenário permite supor que Ana Miranda apoia a construção de sua ficção histórica no raciocínio de Pedro Calmon, pois, este constantemente sustenta a ideia de que o desentendimento entre os Ravasco e os Menezes teve origem no ódio do alcaide. Segundo o historiador, “as responsabilidades do conflito cabiam decerto ao alcaide-mor Francisco Teles de Menezes”⁹³, que teria influenciado o governador contra os Ravasco, que já eram seus inimigos.

Pedro Calmon sugere ainda que o atentado, já aqui mencionado, que envolveu o sobrinho do alcaide e os Brito de Castro, agravando uma inimizade já existente, alcançando depois os Ravasco pelas relações que mantinham, teria sido causado por uma misteriosa mulher de identidade desconhecida:

No fundo do drama se recorta um formoso perfil de mulher. Estranha, vaga figura feminina, que palpitava na sombra dalguma rotula, no mysterio dalguma *serpentina*, debaixo do bioco e dos rosários da piedade, que davam então à beleza uma forte suggestão religiosa. Seu nome? Os personagens dessa velha história não o revelaram, pois naquelle tempo ainda as regras da gentileza se emparelhavam com as da cavallaria, e os homens calavam, como túmulos, o que os olhos e a espada disputavam.⁹⁴

Segundo o mesmo historiador, António Vieira seria padrinho de António de Brito de Castro, e teria defendido o afilhado na ocasião do tal atentado. Ana Miranda

⁹³ *O crime de António Vieira*, p. 19.

⁹⁴ *Idem, ibid*, p. 21.

absorve e intertextualiza essas suposições de Calmon, transpondo para sua narrativa ainda mais motivos para a existência do conflito Menezes *versus* Ravasco, como se pode concluir da seguinte passagem:

O alcaide Teles [...] descobriu, depois de alguns anos da morte do irmão, que as primeiras desavenças entre os Menezes e os Ravasco haviam sido causadas por uma mulher fidalga entrevista na sombra de alguma rótula, ou no mistério de uma serpentina. Supõe-se que tenha sido dona Bernardina Ravasco. (BI, 328).

Quando a romancista coloca a possibilidade de que essa mulher seja Bernardina Ravasco, sobrinha do Padre António Vieira, resolve algumas questões que o leitor poderia ter em mente, pois apresenta uma linha lógica de raciocínio em que finalmente tudo parece fazer sentido. Se os Menezes tornaram-se inimigos dos Brito de Castro por causa de uma mulher, e os Ravasco apoiaram os Brito de Castro pelas boas relações que cultivavam, os Menezes declarariam guerra contra os Ravasco por eles simplesmente apoiarem seus inimigos? Mas, se essa tal mulher pertencesse à família de Vieira, o ódio dos Menezes contra os Ravasco teria mais fundamento, já que um motivo muito mais concreto aparece: o orgulho ferido de um amor não correspondido, e tampouco aceito pela família da amada.

Ana Miranda é engenhosa ao agarrar-se nas suposições de Pedro Calmon e transformá-las em afirmações, uma vez que o historiador, ainda que servindo-se de uma escrita romanceada, em momento algum oferece nomes ou pistas que conduzam a dita mulher. Diferentemente, a romancista assume o livre poder de criação da ficção histórica contemporânea, quando dá ao leitor a resposta que ele tanto desejaria: o conflito era tão acirrado entre as duas famílias, porque a mulher misteriosa envolvida era Bernardina Ravasco.

A ficcionista consegue ampliar ainda mais o campo de invenção, ao apresentar um motivo possivelmente não documentado para o conflito entre Menezes e Vieira, mas apontado neste excerto:

Antonio de Souza Menezes [...] jamais esqueceu seu ódio por Vieira. Viveu o resto de seus dias atormentado pelo rancor e pelo arrependimento de seu pecado cometido nos que passou recolhido na quinta de Olivais. Vieira foi o único homem a saber que perversão fora essa, porém nunca a revelou. Ouvira-a em Lisboa, quando o Braço de Prata, então nomeado governador de Campo Maior, o procurara para que intercedesse a favor de um marujo preso pelo assassinato de uma marquesa. (BI, 327 – 328)

Pela investigação que foi realizada para este trabalho, pode-se afirmar que é pouco provável que o episódio acima referido tenha de facto assim sucedido. J. Lúcio de Azevedo e Hernâni Cidade, historiadores que relatam o embate entre o jesuíta e o governador, não o referem. Contudo, Pedro Calmon, que esmiúça o dissídio embarcando muitas vezes em suposições, transcreve um relato de Vieira ao ex-governador Roque da Costa, aqui já referido, em que dá conta da sua expulsão do palácio pelo governador, quando ali fora protestar contra a redução dos vencimentos de seu irmão, o secretário de Estado. J. Lúcio de Azevedo também o menciona, porém não o reproduz na íntegra. Neste relato, fica-se a saber que Vieira estivera em Portugal pelo menos uma vez em companhia de António de Souza Menezes, e que, nesta altura, o governador havia lhe pedido um certo favor. O episódio pode ser melhor analisado através desta passagem:

“Que antes porque Sua Senhoria podia tudo, tivera confiança para lhe pedir aquelle favor, lembrado também de que, quando eu podia alguma cousa, tinha servido a Sua Senhoria.” Alludia nisto a uma intercessão para com o duque, que este fidalgo me foi pedir a Santo Antão a única vez que o vi em Portugal. Aqui se levantou dizendo com as mesmas vozes: “Nunca lhe pedi nada, nunca lhe pedi nada!” E eu a elle: “Sim pediu, sim pediu: nem tem que se desconfiar disso; porque naquele tempo se podiam valer de mim, e eu fazer serviços a outros maiores, tirando o príncipe.”⁹⁵

Calmon menciona uma intercessão de Vieira junto ao duque em benefício de António de Sousa Menezes, mas não esclarece o motivo da mesma. O historiador não é claro ao transmitir certos factos, porém Ana Miranda sabe preencher as suas lacunas, dando na narrativa explicações que não se encontram na História. Neste episódio em particular, é de supor que a romancista tenha se valido da pequena brecha deixada por

⁹⁵ *O crime de António Vieira*, p. 30 – 31.

Pedro Calmon, criando uma motivação, que não consta nos registos históricos, para agravar a falta de entendimento entre o jesuíta e o governador. Entretanto, deve-se atentar para o facto de o historiador mencionar claramente, neste relato de Vieira a Roque da Costa, que existiu uma intercessão do jesuíta em favor do Braço de Prata e de a romancista também o referir, porém com riqueza de detalhes. Agarrando este pequeno indício de que o governador deveria algum favor a António Vieira, ela desenvolve a ideia, e com a liberdade de ficcionista dá ao combate muito mais intensidade e interesse.

Contribui também, em *Boca do Inferno*, para a explicação da disputa entre os Ravasco e os Menezes, Gregório de Matos, que relata ao arcebispo João da Madre de Deus como o conflito teve início. Através do relato do poeta, muitos factos históricos, já aqui referidos, são transmitidos quer ao arcebispo, quer ao leitor. Fica-se assim a saber que o alcaide se aproveitou da posição do parente para vingar-se de seus opositores. Menciona-se o episódio em que o governador expulsou Vieira do Palácio, e a emboscada armada pelo sobrinho de Teles de Menezes aos irmãos Brito de Castro. Em apenas um parágrafo, a romancista apresenta um quadro geral do conflito pela voz do poeta Gregório de Matos, que se coloca sempre ao lado dos Ravasco.

Ana Miranda desenha António de Souza Menezes como um ser altamente egoísta: a personagem está sempre focada na destruição de seus inimigos, sendo Vieira o primeiro da lista. Nas manifestações de cólera do governador, a romancista apresenta uma escrita criativa para referir que para o Braço de Prata, a família Ravasco seria definida em termos actuais brasileiros como “bandidos de colarinho branco”, como sugere este excerto:

“Os grandões estão muito bem acobertados. Um grandão de verdade usa luvas e aluga braços. [...] Têm prestígio – ou dinheiro – suficientes para convencer – ou comprar – os outros. Um Ravasco fica no gabinete e passa o verão na quinta. Um Ravasco gasta a tarde nos jogos ou no campo, caçando, tangendo guitarras e machinhos; um Ravasco não se defende, contrata advogado. Não falam palavras obscenas, não chicoteiam seus escravos, usam meias de seda, camisas da Holanda e têm secretário. Até mesmo seu cachorro anda de liteira. Padre Vieira não toma parte pessoalmente em qualquer

violência, talvez nunca tenha matado uma mosca. Comanda. Mas vamos pegá-los, custe o que custar.” (BI, 135)

Ainda que sem prova alguma, o Braço de Prata insiste na ideia de que o Padre António Vieira fora o mandante do assassinato de Teles de Menezes, e nesta presunção, abusa de seu poder e comete várias arbitrariedades, tais como decretar a prisão de Bernardo Ravasco, irmão do jesuíta, e jogar a inocente Bernardina Ravasco na enxovia. A partir daí, Vieira entra na luta pela defesa de sua honra e dos seus familiares, tudo fazendo para obter a ilibação das acusações proferidas pelo governador e a salvação dos que lhe são caros.

A romancista apresenta assim outra faceta do jesuíta: o seu espírito persistente e lutador. Vieira vivia cansado dos sofrimentos e injustiças de sua vida, frustrado pela falta de reconhecimento de seu reino e pelo desinteresse que pareciam ter ganho as suas palavras, entretanto o jesuíta reúne forças para lutar contra as falsas acusações que recaíam sobre si e parte de sua família, ainda que, pelo menos Gonçalo Ravasco estivesse realmente envolvido na emboscada ao alcaide.

Em conversa com o Padre José Soares, ele decide escrever para pessoas influentes no reino, numa tentativa de travar os actos ilícitos do governador, como se pode observar em mais essa passagem:

“Está bem, se é isso que eles desejam, não hei de arrefecer. Tenho um irmão na enxovia e um sobrinho condenado ao degredo. Já que a guerra começou, travarei mais uma batalha.”

“O que o senhor fará, meu padre?”

“Irá um mensageiro a Portugal. Vai levar cartas minhas aos poderosos.” (BI, 146)

Neste momento em que Vieira se mostra tão decidido a ajudar a família, mostra-se também humilde, pois não fica incomodado por pedir que o Padre Soares fique encarregado de escrever tais cartas, pois a sua letra, segundo ele, “não passa mais de garranchos de um estudante rudimentar.” (BI, 147) No relato que dita ao Padre Soares,

o jesuíta dá pouca ênfase ao assassinato do alcaide, preocupa-se primeiramente em narrar todos os pormenores de desentendimentos anteriores com o governador, para que assim os tais poderosos fiquem com a ideia de que a acusação de envolvimento no assassinato de Teles de Menezes é apenas fruto da perseguição e desejo de vingança do governador. A romancista revela, através desta atitude de Vieira, que ele é senhor de muita astúcia e esperteza, pois desenha todo um cenário anterior de desavenças, para somente no fim referir o assassinato do alcaide, hesitando mesmo em fazê-lo:

“Devo falar da morte do alcaide, padre Soares?”

“Sim, creio que deve.”

[...] “Não me resta mais tempo para dormir, nem tempo para toscanejar, nem tempo para encruzar os braços em repouso. [...] Veremos quem sai ferido nessa refrega”, disse Vieira. (BI, 149)

Vieira ainda era uma “raposa”, como havia dito seu irmão Bernardo Ravasco, no princípio da narrativa. Comprova-o ainda o encontro do jesuíta com o rabino Samuel da Fonseca, em que, muito perspicaz, Vieira pede-lhe que interceda em favor de um desembargador de postura imparcial no embate Menezes *versus* Ravascos para assumir as investigações do assassinato do alcaide, como se pode constatar neste excerto:

“Os autos da morte do alcaide-mor não passam de um estratagema para destruir os que se opõem ao atual governo. E o Palma, ouvidor geral, filiado ao Braço de Prata, tem sido a arma principal. Não me importo que haja uma devassa do crime, desde que seja levada de maneira honesta. Um desembargador neutral seria mais justo.”

[...] “Creio que o único homem limpo de toda a Relação é o João da Rocha Pita. Dirá a verdade, doa a quem doer.”

“Talvez eu tenha uma maneira de conseguir que Rocha Pita seja o ouvidor geral do crime e faça as investigações. Vossos procuradores devem jurar a suspeição do Palma, e eu me encarrego de fazer com que o chanceler acolha.” (BI, 173)

Agindo de acordo com a lei, Vieira tenta provar a sua inocência e a dos seus parentes. A romancista mais uma vez reitera o bom carácter da personagem, afirmando que ela pretende simplesmente que uma correcta investigação seja realizada, para que assim os culpados possam ser punidos e os inocentes ilibados de todas as falsas acusações.

Enquanto isso, António de Souza Menezes continua a se valer de métodos pouco honestos para punir Vieira e todos os Ravascos. Neste sentido, tenta impedir que as cartas do jesuíta chegassem a Portugal, como se lê:

“Nem sempre é num púlpito que se faz política. Precisamos mantê-lo calado, mudo. [...] Que nenhuma carta de Vieira seja levada na frota. Traze o carteiro-mor à minha presença.”

O alcaide mantinha os olhos no rosto de Antonio de Souza com desconfiança. Não estava contente com o estratagemas do governador para burlar o inimigo. Antonio de Souza parecia distante e desinteressado, preocupado apenas com o Padre Vieira. (BI, 190).

Ana Miranda transmite constantemente ao leitor a ideia de o governador é um vilão sem escrúpulos, que persegue Vieira, a grande vítima nesta história. O Braço de Prata queria acima de tudo castigar seu inimigo, o jesuíta, não tendo a preocupação real em punir os verdadeiros assassinos do alcaide. Ao acompanhar este quadro, o leitor tem a natural tendência de esperar finalmente pelo castigo do governador, pois este, ao contrário de Vieira, é uma personagem desleal, arrogante e sem nenhuma humildade, como refere o narrador:

Antonio de Souza [...] nunca se interessara pela opinião dos outros a não ser que fosse a mesma que a sua. Jamais se metia em questões e negócios problemáticos, insolúveis ou fadados ao fracasso. [...] Tinha o maior desprezo pela riqueza – apesar de adquirir a cada dia mais bens –, assim como pela humanidade. Tinha desprezo também pelos jesuítas, com seu ranço retórico e letrado. Padre Vieira sempre fora conhecido em Portugal como um homem rendido ao poder económico. (BI, 77)

O Braço de Prata considerava nada ter a perder, dado que ocupava o cargo de governador e tinha ao seu lado o arcebispo, entretanto estava enganado em seu julgamento. Através de ligações com pessoas importantes do reino, Vieira consegue a entrada de Rocha Pita nas investigações, e com isso, o abuso de poder de António de Souza é podado. O jesuíta pouco a pouco vai conseguindo ilibar a si e aos seus do assassinato do alcaide. Bernardo Ravasco é libertado e restituído ao cargo de secretário do Estado e da Guerra, Bernardina também sai da enxovia, e Gonçalo consegue embarcar para Portugal, levando uma carta de Vieira para o rei.

A obsessão do governador pela família Ravasco valeu-lhe o afastamento do cargo. Diante de prisões arbitrárias decretadas, de tantas testemunhas inocentes inquiridas e de todas as queixas de Vieira, António de Souza Menezes recebe uma carta régia a 9 de Março de 1684. A carta informa que o governador deve voltar para Portugal, para assim poder desfrutar de um merecido descanso no reino, sendo então sucedido pelo Marquês das Minas. Ana Miranda transcreve com exactidão esta carta régia, como também é fiel à História, quando esclarece que apesar do Braço de Prata ter sido deposto, isto só aconteceu por pressões políticas e a contra-gosto do rei, como se observa:

Na verdade, não se sabia bem o que el rei pensava sobre aqueles acontecimentos. Decerto ouvira coisas horrendas a respeito dos Ravasco aqueles anos todos. No primeiro navio da frota, viera uma carta relatando que sua majestade, dirigindo-se a Gonçalo Ravasco, dissera que estava muito mal com Antonio Vieira porque este havia decomposto o seu governador.
[...] A decisão de sua majestade em depor Antonio de Souza parecia ser fruto de pressões políticas, e não de seu próprio discernimento. (BI, 314 e 316)

J. Lúcio de Azevedo refere que Vieira contou de forma diversa o tal episódio em que o governador o expulsa do palácio. O historiador acredita ser possível que António de Souza Menezes tenha se queixado para a corte e exagerado nos pormenores desta discussão, colocando assim o rei ao seu favor e, ao mesmo tempo, aborrecido com Vieira, que estaria infamando o Braço de Prata. Quando o rei diz que está mal com o jesuíta, isto se dá pela difamação de seu governador na corte através das cartas de Vieira, como se pode constatar através de J. Lúcio de Azevedo:

Replicou, e seguiu-se um diálogo em que, se o fidalgo se excedeu no tom da voz e furor das palavras, o padre nas respostas nada menos mostrou que mansidão. Isto se pode inferir do que disse D. Pedro a Gonçalo Ravasco, quando este, chegando a Lisboa, teve dele uma audiência: “Estou muito mal com seu tio António Vieira, porque descompôs o meu governador.”⁹⁶

Apesar de demonstrar uma inclinação favorável à família Ravasco, e principalmente ao Padre António Vieira, Ana Miranda manifesta uma certa

⁹⁶ *História de António Vieira, II Volume*, p. 200.

imparcialidade ao incluir em sua narrativa o desfecho das investigações. A romancista poderia simplesmente ter dito que o Braço de Prata fora deposto e a família Ravasco ilibada das acusações, mas optou por mostrar ao leitor que isto não ocorreu tão facilmente. O desfecho das investigações é referido por J. Lúcio de Azevedo:

Por fim, também António Vieira se achou no rol dos culpados, sendo advertidos os superiores para lhe darem castigo, visto possuir imunidade do foro secular. Exigiam os do bando contrário que ele fosse desterrado para o Colégio do Espírito Santo, mas nem isso nem outra qualquer satisfação conseguiram, porque a inocência do padre continuou impoluta para os da sua comunidade.”⁹⁷

Em *Boca do Inferno*, a facção dos Menezes nada conseguiu realizar contra Vieira, pois, mesmo contrariado com as cartas do jesuíta que chegavam a corte a relatar a sua versão do desentendimento com o governador, o rei viu-se obrigado a depor António de Souza Menezes.

No desenlace do episódio, nota-se portanto, que Vieira é o responsável pela resolução do problema nuclear da narrativa: a ilibação da acusação de assassinato que recaía sobre si e sua família. O jesuíta consegue ainda que o governador, que abusava do poder que detinha graças ao cargo que ocupava, tenha seu mandato encurtado. Assim, cabe a Vieira a função de protagonista que resolve a questão principal da trama, segundo a teoria já referida de Phillippe Hamon.

Protagonista da narrativa ao lado do poeta Gregório de Matos, Vieira é recriado por Ana Miranda como um homem que prefere não julgar os actos dos outros, visto que esta tarefa deve competir somente a Deus. A romancista desenha um jesuíta que leva uma vida modesta, dedicando-se quase apenas a escrita de seus sermões; a personagem revela ainda muita humildade e sabedoria em suas atitudes; como também dá muito valor aos laços familiares, demonstrando verdadeiro afecto pelo seu irmão e sobrinhos. A sua figura contrasta com a daquele que protagoniza a história ao seu lado, o “Boca do

⁹⁷ *História de António Vieira, II Volume*, p. 201.

Inferno”, bem como com a de seu maior opositor, o “Braço de Prata”. Gregório faz uso de suas palavras não só para encantar as diversas mulheres pelas quais se apaixona -

“Meu espírito anda inquieto, meu coração de cera arde em labareda de fogo. Ando sem sossegar, sempre tremendo, e não de frio. Mal posso dormir. As asas do desejo voam mais que as asas do tempo. Desde que recebi vosso recado sobre esse encontro as nuvens e as estrelas foram vagarosas, os relógios mudos, as horas eternas.” (BI, 163)

mas também para produzir sátiras em que ataca o governador, provocando sua ira:

“O doutor Gregório de Matos disse-o muito bem, quando descreveu em sua sátira o Braço de Prata: ‘Xinga-te o negro, o branco te pragueja, e a ti nada te aleija. Por teu sensabor e pouca graça, és fábula do lar, riso da praça, até que a bala, que o braço te levava, venha uma segunda vez levar-te a cara.’” (BI, 41)

Por sua vez, António de Souza Menezes se caracteriza pela carga de coacção, ódio e orgulho que dá às palavras:

“Se não queres participar isso é contigo. Mas será uma traição. Onde está a tua cólera? Estás temeroso? Se não participares serás responsabilizado da mesma maneira. Todos sabem de nossas ligações. Tu também tens interesse nisso, e além do mais não há como me negares nada. Vieira seria bem capaz de planejar a minha morte. Vamos acabar com ele. Faríamos um favor a muitos poderosos.” (BI, 54 – 55)

Diferente deles, Vieira demonstra a sabedoria de sacerdote através do discurso:

“Já não existe a ideia de que *Si quis non odit patrem suum, et matrem, et uxorem, et filios, et fratres et sorores, adhuc et animam suam, non potest meus esse discipulus*, de quem não odiar ao seu pai, e mãe e mulheres, e filhos, e irmãos, e à sua própria alma, não pode ser meu discípulo, esse ideal de virtude medieva, dos que abandonavam tudo para seguir a Deus.” (BI, 46)

As palavras também eram fruto de seu desapontamento, pois tão conhecedor que era das mesmas, já ninguém interessava-se por elas:

“Ele pensou que movera sua língua tantas vezes, abrira e fechara a boca milhares e milhares de vezes e disso tudo restava apenas uma sensação de vazio aterradora. E a certeza de não ser compreendido. Como pudera ter sido tão prolixo?” (BI, 185)

A sensação de que muito do que fez em sua vida não valera a pena, assola a personagem ao longo da história. Vieira demonstra decepção pela falta de reconhecimento por tudo o que havia feito pelo reino e desapontamento pelo desrespeito

à sua imagem em Portugal, e ainda como se isso não bastasse, se ver envolvido numa acusação de assassinato na idade avançada em que já se encontrava, muito o perturbou e o deixou desacreditado: “Para mim seria o suficiente provar a minha inocência.” (BI, 174) Apesar de tudo, observa-se que Vieira, em *Boca do Inferno*, é obstinado, posto que mesmo desapontado com os acontecimentos, consegue vencer.

A romancista cria a personagem adoptando uma imagem positiva, pois nota-se que mesmo com todas as perseguições sofridas por parte da facção do governador, Vieira é ainda capaz de abençoar aqueles que encarceraram o seu irmão:

“O jesuíta saiu, depois de abençoar o carcereiro. Amai vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem, pensou Vieira. Era difícil seguir os ensinamentos cristãos. O serviço de Deus exigia abnegação.” (BI, 194)

Ana Miranda é extremamente cautelosa na caracterização da personagem, e este cuidado vai desde o gesto louvável do jesuíta de abençoar o carcereiro de seu irmão, tal como bendiz o seu sobrinho antes de sua viagem, até aos seus trejeitos quando fala, ou ainda a simplicidade em que se veste, se estendendo à sua timidez ao sorrir pela sua falta de dentes. O leitor bem consegue visualizar este Padre António Vieira em suas andanças e conflitos na cidade de São Salvador da Bahia do século XVII.

Bernardo Ravasco

O segundo filho de Cristóvão Vieira Ravasco e Maria de Azevedo nasceu em São Salvador da Bahia em 1617. Bernardo Ravasco, tal como o irmão, o Padre Vieira, cursou humanidades e filosofia no Colégio dos jesuítas de Salvador, porém optou pela carreira das armas, como destaca Pedro Calmon:

Bernardo [...], desde 1638 [...], como capitão de infantaria, ajudou a pôr fora os holandeses; até a proeza de Itaparica, em que saíu ferido, e ao auxílio que em 1651 levou ao mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco, em luta acesa no Paraguassú com quatro naus flamengas.⁹⁸

⁹⁸ *O crime de António Vieira*, p. 7.

Após importantes trabalhos de guerra, Bernardo Ravasco veio a merecer a Comenda de Cristo com o cargo de secretário de Estado e Guerra do Brasil. Conta a História que o irmão de Vieira exercia as funções do cargo de forma pacífica e sem qualquer problema com o governo, mas essa tranquilidade seria abalada com a tomada de posse de António de Souza Menezes em 1682. O governador tomou os Ravasco por desafectos em função do conflito que envolveu o alcaide Teles de Menezes e os Brito de Castro, e, conseqüentemente, também a família de Vieira. Nesta disputa, Bernardo Ravasco foi o primeiro atingido, como indicam vários historiadores, e como também afirma Pedro Calmon:

Bernardo Vieira Ravasco devera ser attingido por primeiro. Além de suas relações de amizade com os Brito de Castro, pontificava na roda dos homens de intelligencia onde a bandurra de Gregorio desafinava com escândalo. Era, pela posição, pela idade, pelos serviços ao throno, pelo irmão célebre, o mais temível delles.⁹⁹

O governador – que apoiava o alcaide em suas inimizades, uma vez que este era seu parente – tinha ainda outros motivos para perseguir Bernardo Ravasco: a inveja que lhe causava o prestígio de sua família; a boa relação do irmão de Vieira com o poeta Gregório de Matos, cujos versos satíricos o ridicularizavam; como também o despeito pela sua posição social e política. Movido, portanto, por essas supostas razões, o Braço de Prata decide reduzir os vencimentos do secretário de Estado em proveito da Fazenda real, agravando, como se sabe, o desentendimento entre ambos.

Em *Boca do Inferno*, a disputa entre Sousa Menezes e os Ravasco é travada principalmente entre o primeiro e Vieira, pois como se verifica na narrativa, Bernardo Ravasco é impedido de combater os desmandos do governador, uma vez que, é jogado na enxovia sob a pretensa acusação de envolvimento no assassinato do alcaide.

⁹⁹ *Idem, Ibid*, p. 22.

Ana Miranda desenha Bernardo Ravasco com muitas qualidades à semelhança de seu irmão jesuíta. Ele revela-se um bom pai, muito atencioso, afectuoso e preocupado com a sua prole:

Ele abraçou a filha. “Estás abatida, minha querida”, disse, beijando-a na testa. [...] “O senhor precisa fugir logo. Para bem longe, não para a quinta.” Bernardo Ravasco abaixou a cabeça. “Não posso deixar meu filho sozinho num momento como esse.” (BI, 34)

Além de tentar proteger os seus filhos, Bernardo se mostra sábio ao aconselhá-los. É o que se nota no momento em que pede a Gonçalo que lhe entregue as suas armas depois do assassinato do alcaide, dando uma verdadeira lição de vida ao jovem:

Não são para nós tais artes, filho. Temos um nome a zelar. Sei que estamos sendo perseguidos e compreendo teus sentimentos, mas a força de nossa família é a do pensamento e do saber. Que se aviltem em atos violentos os que vieram de outra educação. Deves ter paixão pelos livros e pela retórica, e não por esses mecanismos inventados para a destruição, pois à vida dedicamos nossos valores e aspirações maiores. Eu te pedi tanto que deixasses esses intentos. Não podias atender a minha súplica? (BI, 44)

A romancista ilustra uma boa relação entre pai e filho, uma vez que Bernardo não se limita simplesmente a aconselhar Gonçalo, ele transmite a sua experiência de vida. Pede, e não exige de forma abusiva, que o filho entregue as armas. Muito absorvido pelos problemas dos seus filhos, o irmão de Vieira pensa sempre em primeiro lugar em Gonçalo e Bernardina. É o que ocorre nesta passagem:

“E quando nos vermos de novo, meu pai?” disse Bernardina Ravasco. “Não sei. Espera que te mandarei buscar. Esconde-te em casa, não quero que apareças nem à janela. Pedirei ao doutor Gregório de Matos que te leve ao engenho. [...] O fidalgo deixou ao lado do relógio um surrão com algumas moedas de ouro e patacas de prata. “Para qualquer sucesso, Bernardina. Na certa vais precisar”, ele disse. (BI, 37)

De acordo com registos documentados, todos os filhos de Bernardo Ravasco são ilegítimos. J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, apresenta um quadro genealógico da família Vieira Ravasco que confirma esta ilegitimidade¹⁰⁰. Em *Boca do*

¹⁰⁰ Este está reproduzido nos anexos desta dissertação.

Inferno, o facto é igualmente referido, quando Bernardo expõe ao irmão jesuíta o seu desejo de seguir o caminho religioso:

“Sabes em que tenho pensado? Em entrar para a Companhia.”

“Sempre pensaste nisso, Bernardo. Por este motivo nunca te casaste, deixaste teus filhos todos ilegítimos.”

“Jamais perdoei Filipa. Mas não vamos falar nisso, estou cheio de problemas mais sérios para agora.” (BI, 47)

Quando Vieira diz que o irmão não se casou, deixando os filhos ilegítimos, motivado pelo desejo de um dia entrar para a Companhia, Bernardo responde-lhe fazendo uma vaga referência a uma mulher chamada Filipa. O leitor pode imaginar que a tal mulher seja a mãe dos seus filhos, mas, no diálogo, não há indícios claros que apontem para essa conclusão. Todavia, mais adiante, se terá a certeza de que Filipa é a mãe de Gonçalo:

Filipa, a mãe de Gonçalo, fora irmã da formosa Maria por quem Francisco Manuel de Melo se apaixonara durante seu desterro na Bahia. (BI, 217)

Nesta passagem estão os únicos dados da existência de Filipa oferecidos ao leitor de *Boca do Inferno*. Sobre ela nada mais diz a narrativa, e, de facto, pouco há registado na História a respeito desta mulher. De todas as fontes de pesquisa utilizadas para este trabalho, apenas na obra de Pedro Calmon encontrou-se referência à sua presença na vida de Bernardo Ravasco. Observa-se, portanto, que a romancista muito se vale deste historiador para compor a sua ficção histórica. Em *O crime de António Vieira*, Pedro Calmon menciona esta mulher nebulosa, de nome Filipa, quando explica aos seus leitores a ilegitimidade dos filhos de Bernardo:

Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, que lhe herdou cargos e fazenda, [...] o houve de mulher solteira e fidalga, irmã de outra, por quem D. Francisco Manuel de Mello se apaixonou na Bahia, durante o seu desterro, e foi freira preeminente em Odivellas – D. Filippa Cavalcanti de Albuquerque.¹⁰¹

¹⁰¹ *O crime de António Vieira*, p.7.

Por este excerto pode-se perceber que Ana Miranda apropria-se deste texto de Calmon, porém observa-se que não há qualquer informação sobre o nome da irmã de D. Filipa mencionada pela romancista. Isto porque o historiador o refere em uma nota de rodapé dedicada à mãe dos filhos de Bernardo, como aqui se pode constatar:

Filha de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e D. Úrsula Feio do Amaral, [...] era neta paterna de Antonio de Olanda Vasconcellos e D. Filippa de Albuquerque. Lourenço, natural de Goyana, em Pernambuco, onde tinha dous engenhos de assucar [...] foi depois governador de Cabo Verde. D. Maria, sua filha, a quem D. Francisco Manuel amou, era cinco annos mais velha que D. Filippa, mãe dos Ravasco.¹⁰²

Tais informações permitem concluir-se que Filipa, uma fidalga, foi a mãe de todos os filhos de Bernardo, mas nada explicam sobre a relação entre o irmão de Vieira e esta senhora. Se eles nunca se casaram, não pode existir, portanto, documentação alguma que venha comprovar tal união e que dê margem para aprofundar o envolvimento entre os dois. Ana Miranda, em *Boca do Inferno*, nada refere sobre esse relacionamento, embora pudesse ter inventado uma história para explicar a não existência desse casamento. A romancista prefere instigar o leitor a penetrar no campo das possibilidades. Vieira diz que o irmão não se casou com a mãe de seus filhos, pelo desejo de um dia entrar para a Companhia, e ele em resposta diz que nunca perdoou Filipa, mas não relata qual o motivo que teria para não perdoá-la. Não seria Filipa que deveria tentar perdoá-lo, uma vez que ele não se casou com ela pela vontade de ser jesuíta? Essas questões não ficam resolvidas na narrativa, e todos os leitores têm a liberdade para pensar o que quiserem a esse respeito.

Ana Miranda mostra constantemente o quanto Bernardo Ravasco é um homem devotado à religião, e, afinal, esta característica da personagem indicia que este é o possível motivo de não se ter casado. O irmão de Vieira chega a confessar o sonho frustrado de não ter sido um jesuíta, como também revela ter a consciência do quão religioso é:

¹⁰² *O crime de António Vieira*, p. 15.

“Sabeis meus caros”, disse Bernardo Ravasco, “quando muito jovem sonhei ser jesuíta como meu irmão, mas segui, afinal a carreira militar, levado por sentimentos e ambições que desconhecia [...]”

Mesmo não sendo jesuíta considerava-se mais religioso que seu irmão Antonio Vieira, este sim, um verdadeiro político. (BI, 40)

Em *Boca do Inferno*, Bernardo Ravasco é também apresentado como um homem muito sábio, que tem atitudes ponderadas, demonstrando a larga experiência de vida, como se confirma:

“Na minha idade não se pode temer mais nada. Se somos capazes de fazer os maiores males, também o somos de fazer os maiores bens. Tenho pensado muito sobre o justo, o digno e seu oposto. Acerca de que às vezes se deve cometer uma injustiça para se fazer justiça.” (BI, 39)

Ao tomar conhecimento do crime, corre até o Colégio dos jesuítas, onde os conspiradores, incluindo seu filho, estão refugiados, para assumir o comando da situação. A intenção era aconselhá-los da melhor maneira possível, não se restringindo apenas a seu filho Gonçalo, afinal, Bernardo abrange nos seus cuidados, todos os envolvidos no assassinato do alcaide. Com isso, a romancista acentua o carácter generoso da personagem, como se observa nesta passagem:

“Havemos que nos precaver como nunca. O fato de estarmos todos aqui reunidos pode facilitar as coisas para eles. Cuidemos de voltar às nossas vidas como se nada houvesse acontecido. João de Couros, Piçarro, Francisco Amaral, Barros de França, Rolim e António de Brito continuam no colégio, pois já vêm sofrendo perseguições. O doutor Gregório de Matos também não está nas graças do governador, seria bom precaver-se, mas creio que não há motivo para permanecer no homizio. [...]”

Meu filho Gonçalo continua aqui por causa da sentença de degredo. Eu irei para a quinta dos padres até as coisas se acalmarem. Quanto às vossas famílias, devem ser levadas para lugares seguros onde ninguém as moleste.” (BI, 42 – 43)

Ele poderia ter o cuidado de defender apenas o filho, mas preocupa-se com todo o grupo envolvido no assassinato e também com a família de cada um deles. Não trata de evitar apenas que o seu nome seja ilibado, assumindo a iniciativa de dar assistência a todos os homiziados. Ana Miranda pinta uma imagem positiva de Bernardo Ravasco, construída de maneira a desenvolver no leitor um sentimento de admiração e respeito.

Não estando entre os encapuzados que realizaram o crime, decide encarregar-se de dar fim a mão decepada do alcaide assassinado, poupando os homiziados de uma tarefa, que os poderia pôr mais em risco. Demonstrando seu carácter afectuoso, antes de deixar o Colégio para tratar de dar fim à mão de Teles de Menezes, objecto que liga o seu filho e os amigos ao assassinato do alcaide, tem ainda a preocupação de dar alento a cada um deles:

Surgiu entre os panos a mão arroxeadada e rígida do alcaide, com um anel de esmeralda no dedo anular. Fez-se um longo instante de silêncio, todos observavam a mão mutilada, sinistra. [...]
Bernardo Ravasco envolveu-a novamente nos panos.
“Cuidarei disto.”
Despediu-se de cada um com uma palavra de conforto. (BI, 44)

Ana Miranda apresenta ao leitor um retrato do irmão de Vieira pintado quase em exclusivo por ela, dado que as características da personalidade de Bernardo Ravasco são em sua maioria imaginadas pela romancista, uma vez que, pouco há documentado sobre a vida do secretário de Estado da Bahia que revele algum resquício de carácter ou temperamento. O que de facto consta em registos históricos, e também é mencionado em *Boca do Inferno*, é o prazer que Bernardo Ravasco tinha em escrever¹⁰³. Segundo Pedro Calmon, o irmão de Vieira “foi poeta de excelente estro, no que se revelou superior ao padre, de cujos versos torturados motejou Camilo.”¹⁰⁴ Em *Boca do Inferno*, constata-se a paixão que Bernardo nutria pelos seus versos, como também o desejo de que os mesmos fossem lidos, que esta passagem sirva de exemplo:

“Vou terminar os escritos na quinta”, disse Bernardo Ravasco [...]. “Sim, sim, estão quase terminados. Talvez jamais sejam lidos por alguém. Antes de ir para a quinta vou passar na Secretaria para pegá-los.”
“Não é arriscado?”
“Talvez. Mas não posso deixá-los lá.” (BI, 35)

¹⁰³ No catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa pode ser encontrada uma de suas composições, que assim aparece registada: *Glosa de Bernardo Vieira Ravasco, irmão... do Padre António Vieira, ao soneto de Camões Horas breves do meu contentamento com antelóquio do professor... Pereira Caldas.*

¹⁰⁴ *O crime de António Vieira*, p. 110.

A personagem se preocupa com seus escritos tal como o faz com seus filhos. Da mesma forma que se arrisca quando decide dar fim a mão decepada do alcaide – tarefa de que depois incumbirá a Maria Berco, criada da sua filha – para poupar de tal problema o filho e os demais envolvidos no crime, o secretário de Estado decide correr riscos, voltando ao seu gabinete para resgatar os seus escritos. Nesta tentativa de resgate, Bernardo Ravasco é preso por ordem do governador António de Souza Menezes. Este é um dos melhores episódios da narrativa, pois propicia ao leitor situações de perigo emocionantes. Em primeiro lugar, é criada uma situação de suspense, em que um noviço tem visões de ameaças que pairam sobre a cidade da Bahia:

Um noviço de rosto melancólico parecia ausente, sem dizer as orações, com os olhos virados para o alto, a boca aberta, confrangido, tropeçando nas pedras com sandálias mal amarradas. O noviço parou como um sonâmbulo. Os padres que vinham atrás dele, na fila, pararam também, intrigados com o comportamento desenxabido do jovem. O coadjutor aproximou-se e interpelou o noviço.
“Tive uma visão”, disse o jovem.
[...] “E o que viste dessa vez?”
“Deus. Deus de armadura com uma espada em fogo contra a cidade da Bahia.” (BI, 49)

Ao criar esse momento de tensão, Ana Miranda capta a benevolência do leitor e o deixa à espera de que uma guerra seja possivelmente iniciada. Seguem-se, assim, actos de abuso de poder praticados pelo governador, que manda invadir e saquear casas de pessoas inocentes, devido as boas relações que mantinham com os Ravasco. Dá-se a grotesca empreitada de Maria Berco para dar fim à mão do alcaide assassinado e as terríveis consequências daí surgidas para ela. Dá-se igualmente a missão do secretário de Estado, envolta em muita tensão e expectativa:

O prédio estava às escuras e tudo parecia calmo. Bernardo Ravasco ia levantar-se para entrar quando Vieira o segurou pelo braço.
“Não estás achando tudo quieto demais? Não era para ter uma sentinela aqui?”
[...] “Não estás ouvindo um nitrido de cavalos?”, disse Vieira. [...] “Acho melhor irmos embora. Depois mandamos alguém pegar teus escritos.”
“Ah, não, ninguém saberá encontrá-los. Já estamos aqui, vou entrar.” (BI, 66)

Ana Miranda reitera nesta passagem a paixão de Bernardo pelos seus versos, mostrando que ele é capaz de pôr a liberdade em risco apenas para conseguir ter seus

escritos em segurança. A romancista é também cuidadosa no emprego de cada palavra para que seja bem conseguida a sensação de que uma emboscada estava a ser preparada para Bernardo Ravasco. Não há luz e nem soldados vigiando o Palácio, o que seria de esperar, já que o governador, a esta altura, andava a perseguir todos os Ravasco. O clima de suspense desfez-se com a chegada dos soldados e a violência do seu ataque:

O secretário percorreu os corredores sem acender nenhuma luz. No escuro foi tateando pelas paredes até chegar à escada. Subiu os degraus com cuidado até a sua sala. Abriu um compartimento secreto em sua escrivaninha. Lá estavam os papéis que buscava. Quando o ruído dos cascos dos cavalos, do retinir dos metais, das vozes agitadas soou lá fora, Bernardo Ravasco compreendeu logo do que se tratava. Guardou os escritos novamente no compartimento secreto e trancou-o. Foi olhar à janela. Uma patrulha chegava. Suspirou, empinou o corpo, ajeitou as roupas e aguardou. (BI, 66)

Bernardo Ravasco fora cauteloso ao entrar no Palácio, tomando todo cuidado para não ser descoberto e conseguir levar seus escritos, no entanto quando percebe que o governador e seus soldados estão no seu encaço, opta por não esconder-se ou fugir. A primeira preocupação do irmão de Vieira é guardar novamente seu maior tesouro, os escritos, para que ao menos estes fiquem em segurança. A postura de Bernardo é de um homem corajoso que não procura escapar aos seus inimigos, aguardando dignamente o destino que lhe foi reservado. Em contraste com o seu comportamento, António de Souza Menezes assume uma atitude prepotente, como se nota nesta passagem:

Antonio de Souza olhou-o friamente.
“Vossenhô matou o alcaide-mor da cidade da Bahia.” A sua mão de prata caída ao longo do corpo balançou levemente, brilhando com reflexos vermelhos.
“Não podem provar nada. Nunca poderão. Sou inocente. À hora do crime eu estava com meu irmão na quinta do Tanque. Todos sabem disso.”
“Todos sabem muito mais coisas.” (BI, 66 – 67)

O governador responde com ironia às explicações do secretário, demonstrando seu carácter presunçoso. Desta forma, a conduta do Braço de Prata desperta no leitor um sentimento de desaprovação, que permite-lhe associar a imagem de um vilão à personagem, que se sente triunfante por fazer do secretário seu prisioneiro, mandando-o levar pelos soldados como se fosse um criminoso:

Bernardo Ravasco foi levado pelo terreiro, a pé, entre soldados que o cercavam em filas laterais a cavalo. Na frente ia Antonio de Souza, altivo, como se exibisse um troféu de caça. (BI, 67)

Estes acontecimentos estão em conformidade com o que diz J. Lúcio de Azevedo: “António de Souza, ao ter notícia do crime, perdeu de todo a serenidade. Correu à secretaria, e increpando a Bernardo Ravasco de matador, mandou-o prender e encerrar na cadeia comum.”¹⁰⁵ Também o historiador Rocha Pita assinala o episódio. Segundo ele, o governador foi autor de “acções indignas do seu cargo e sua pessoa, mandando meter na enxovia o secretário do Estado, Bernardo Vieira Ravasco, tratando indecorosamente os oficiais de guerra assistentes na sua sala, pondo-os de infieis.”¹⁰⁶ Hernâni Cidade refere igualmente a prepotência do governador ao dar voz de prisão ao irmão de Vieira. De acordo com ele, o governador “mandou arbitrariamente encarcerar o secretário, porventura cevando velhos rancores contra ele e contra o jesuíta.”¹⁰⁷ Idêntico ponto de vista é partilhado por Pedro Calmon, que oferece, contudo, uma impressionante riqueza de detalhes, reveladoras de uma imaginação verdadeiramente romanesca:

Estava àquela hora o governador em companhia do arcebispo D. frei João da Madre de Deus, na galeria do palácio. Tratavam, talvez, da situação difícil por que passava o Estado. Apenas ouviu a novidade, tremulo, tartamudo, apoplético, lançou-se à secretaria, onde por acaso se encontrava Bernardo Vieira Ravasco, afastado de seu serviço desde 12 de Maio. E fora de si, depois de muitos nomes affrontosos mandou metter o secretario na enxovia, com a proibição de que ninguém falasse com elle, nem escrevesse.¹⁰⁸

De acordo com Calmon, o Braço de Prata recebeu a notícia do assassinato do alcaide, quando estava no palácio, sendo que, naquele momento, lá também estava o secretário de Estado, que recebeu imediatamente uma ordem de prisão do governador. O mesmo quadro é descrito pelos demais historiadores, porém a romancista optou por

¹⁰⁵ *História de António Vieira, II Volume*, p. 198.

¹⁰⁶ *História da América Portuguesa*, p. 194.

¹⁰⁷ *P.e António Vieira – a obra e o homem*, p. 135.

¹⁰⁸ *O crime de António Vieira*, p. 38.

criar um clima de suspense e de perseguição para a captura de Bernardo Ravasco, dando mais extensão e emoção à narrativa. É importante esclarecer que, quando Pedro Calmon afirma que o secretário estava afastado do cargo, desde o dia 12 de Maio, este afastamento diz respeito à tal redução ilegal que o governador havia feito aos seus rendimentos. Bernardo Ravasco deixou o seu gabinete em protesto, nesta altura, e escreveu ao rei para denunciar mais esta arbitrariedade de António de Souza Menezes, como também o fez António Vieira, seu irmão.

De acordo com a História, Bernardo Vieira Ravasco foi um homem corajoso e defensor de suas ideias. Pela sua postura e carácter, era muito admirado pelo poeta Gregório de Matos, que escreveu um poema dedicado ao amigo, do qual se reproduz estes versos:

Deixem-se os gregos já do seu Eliano,
Condenam a silêncio um Xenofonte,
Não louve a Alexandria Herodiano,
Que na Bahia tem Timocreonte:
O qual pode ensinar Quintiliano,
Camões, Terêncio, Énio, Anacreonte,
Platões, Anaximandros e Muséus,
Acusilaus, Priscianos e a Timéus.¹⁰⁹

Nesta estrofe, Gregório de Matos glorifica o ilustre amigo, ao afirmar que ele poderia ensinar não só Camões, o autor de *Os Lusíadas*, mas também Quintiliano, famoso escritor e retórico latino, Terêncio, dramaturgo e poeta romano, ou ainda Platão, o grande filósofo grego, discípulo de Sócrates. A profunda admiração que o poeta cultivava por Bernardo Vieira Ravasco revela-se neste poema, quando aponta a sabedoria de seu amigo como superior a das demais renomadas figuras da cultura ocidental. Ana Miranda transmite reiteradamente ao leitor o sentimento de respeito e admiração de Gregório de Matos por Bernardo Ravasco. Quando o poeta tem em mãos os escritos do irmão de Vieira, recuperados por Gonçalo Ravasco, procura de imediato

¹⁰⁹ “Oitavas canto agora por preceito”, in *Se souberas falar também falaras – Antologia Poética*.

colocá-los em segurança, pois tinha a consciência do que significavam para o amigo e o quanto eram valiosos:

“Estes aqui são escritos de Bernardo Ravasco. Foram confiscados ao secretário pelo governador e, com muito risco, Gonçalo Ravasco os resgatou. Não podem ser publicados em Portugal, os Ravasco temem que sejam destruídos. A mim me foi confiado entregá-los a vossenhoria e lhe solicitar a mercê de guardá-los.”
Samuel da Fonseca, zeloso, pegou o pacote que Gregório de Matos lhe estendeu. [...] “Mas é valioso como o tesouro de uma noiva rica de Rouen. Como podem estar querendo destruí-lo? Mandarei isto, com muito desvelo, para Amsterdã.”
“Creio que seria de bom grado a dom Bernardo se os imprimisse em seu nome. Esta é a última cópia que resta. [...] Foi dado o original como perdido.” (BI, 205)

Apesar de todo o zelo do poeta para com os escritos de Bernardo, eles serão destruídos depois pelo governador, que os consegue reaver enquanto o secretário ainda se encontrava na enxovia. Em *Boca do Inferno*, a importância dos escritos para Bernardo é descrita pelo seu filho:

“Meu pai ficaria doente se soubesse da perda, pois há anos colige, pergunta, recopila, escreve, lê, discute, sonha com os escritos. Relê trechos para os amigos, coleta opiniões, modifica. Para ele nada mais valem suas comendas e honrarias, seus bens, mulheres, seus filhos. Perder os escritos seria pior do que a enxovia onde se encontra.” (BI, 94)

O amor de Bernardo Ravasco pela escrita é apenas referido pelo historiador Pedro Calmon, mas a romancista considerou válido enfatizar essa faceta, pois assim coloca em evidência aspectos positivos de sua personalidade. Afinal o prazer da leitura e da escrita é uma característica a ser admirada por qualquer leitor. Também se deve acrescentar que o facto de seus escritos terem sido dados como perdidos, ocasionando uma busca perigosa de Gonçalo pelo palácio, a que se segue o assassinato do judeu que tentava transportá-los para a Holanda, dá a narrativa um vigor a mais.

Ana Miranda está atenta aos pormenores, quando recria os momentos passados por Bernardo Ravasco na enxovia. É possível visualizar o ambiente em que ele padece, num lugar frio, sujo e solitário. O estado físico e emocional da personagem é também descrito em detalhe. Toma-se conhecimento de suas angústias e preocupações neste período terrível:

Vieira chegou à cadeia, vindo do colégio. Bernardo Ravasco, com suas roupas de veludo de Manchester sujas, cabelos desarrumados, recebeu o irmão com uma alegria desesperada. Tinha o ar ligeiramente turvado pelo medo. A solidão da enxovia o atormentava, a umidade o fazia tossir e sentia dores no peito. “Como está minha filha?”, perguntou Bernardo Ravasco. [...] “Temo por sua saúde.” (BI, 191 – 192)

Mas, apesar dos sofrimentos vividos na enxovia, o Secretário de Estado não se esquece de sua filha, e mesmo tendo tanto com o que se preocupar, teme primeiramente pela saúde de Bernardina, pois esta é a primeira informação que deseja receber do irmão. Nesta passagem, também se pode observar como a imagem de fidalguia de Bernardo é degradada na prisão, pois tem as suas roupas de veludo sujas e os seus cabelos desarrumados. Este quadro entra em contraste com a primeira descrição do aspecto da personagem realizado pelo narrador ainda no princípio da história, como se pode notar nesta passagem:

O secretário vestia-se como um fidalgo da Corte, gibão colante, calções de pano macio, sapatos de bico fino. (BI, 34)

Bernardo Ravasco, que conservava a elegância de um fidalgo da corte, estava neste momento jogado na enxovia como um criminoso qualquer. A romancista ressalta o bom carácter da personagem também neste momento difícil, pois ilustra o sentimento piedoso de Bernardo por aqueles que sofriam na enxovia como ele:

“Neste lugar também os inocentes padecem de violências”, disse Bernardo Ravasco, com o pensamento distante. “Ouço gritos todas as noites.”
“Pobre rebanho, tão desamparado e perseguido. Saberá Deus que esta colónia existe?” (BI, 193)

Nesta visita de Vieira à prisão, o secretário toma conhecimento de que o rumo das investigações do assassinato do alcaide poderia finalmente ter alguma alteração, pois Rocha Pita¹¹⁰ fora nomeado como novo desembargador do caso, e mostrava-se imparcial face aos acontecimentos e disputa entre as facções. Antes de sua nomeação, o

¹¹⁰ O desembargador João da Rocha Pita é tio daquele que se tornou o primeiro historiador do Brasil, já citado nesta dissertação através da obra *História da América Portuguesa*.

ouvidor-geral do crime era Manuel da Costa Palma, que cultivava boas relações com os Menezes e por isso favorecia os caprichos e desmandos do governador. Bernardo Ravasco recebe com alegria e espanto a novidade trazida pelo irmão, como se nota nesta passagem:

“O Palma foi retirado do caso.”

“Retirado? Não posso acreditar”, disse Bernardo Ravasco. “Como aconteceu isso?”

“ Fizemos umas petições na Justiça. Depois, o povo criou tumulto na Bahia. Todos conhecem as ligações desse desembargador com os Menezes, havia muitos testemunhos falsos e não restou ao chanceler senão designar outro magistrado para prosseguir nas investigações.”

“E quem vai ficar no lugar do Palma?”

“O Rocha Pita”, disse Vieira, com ar aliviado.

“Rocha Pita, o baiano.” (BI, 192)

Toda a esperança estaria depositada na imparcialidade de Rocha Pita, que chegava em meio às tantas arbitrariedades realizadas pelo governador e apoiadas pelo antigo ouvidor-geral, Manuel da Costa Palma. A romancista é bastante fiel à História na reconstrução desses acontecimentos, pois todos os registos históricos apontam para uma virada nas investigações depois da chegada de Rocha Pita. Este tratou imediatamente de libertar Bernardo Ravasco, como atesta J. Lúcio de Azevedo:

Na Baía iniciara a devassa um dos amigos do alcaide e familiares do governador, o ouvidor-geral Manuel da Costa Palma. Com afã, em que o desejo de ferir desafectos sobrelevava à justiça, inquiriu testemunhas, decretou prisões, e já o processo prometia abranger quantos inimigos tivera em vida o assassinado, que eram infinitos, quando o arguido de suspeição o substituíram, passando a função ao desembargador João da Rocha Pita. O novo inquiridor mandou pôr em liberdade a Bernardo Ravasco, o que era o implícito reconhecimento de sua inocência.¹¹¹

Em *Boca do Inferno*, observa-se igualmente que tão logo Rocha Pita assume o controlo das investigações, o Secretário de Estado é libertado. Tanto o governador quanto o desembargador Palma tinham consciência de que essa prisão era arbitrária, mas ambos preferiram colocar suas desavenças à frente da justiça. Ana Miranda tenta mostrar através do diálogo de António de Souza e seus apoiantes, que tais personagens

¹¹¹ *História de António Vieira, II Volume*, p. 198 – 199.

são tão criminosas como aquelas que emboscaram e assassinaram Francisco Teles de Menezes:

“Logo vai chegar o Rocha Pita”, disse Antonio de Souza. Ao seu lado o Mata torcia as mãos. “Vai nos dar trabalho, Mata. Vai nos custar mais que os outros. Mas conseguiremos, os Ravasco estão iludidos quanto a este homem. No caso do chanceler, este não tem poderes maiores que os meus, e vou acusá-lo de concorrer para a morte de Francisco Teles de Menezes.” [...] “Todas aquelas justiças estão suspensas com o alcaide Teles?” “Sim, senhor governador.” “Não quero que nada aconteça aqui nos próximos dias.” “Devemos libertar Bernardo Ravasco, senhor governador?” “Vamos aguardar. Podemos ter alguma surpresa.” (BI, 243 – 244)

Conclui-se desta passagem que o governador sabia que não devia ter dado ordem de prisão a Bernardo Ravasco, uma vez que não existia prova alguma contra ele, porém a detenção foi efectuada sob a protecção do desembargador Palma que estava do lado do Braço de Prata, contando com a falta de qualquer outra autoridade na cidade que pudesse impedir tal desatino. Quando Rocha Pita decide libertar o secretário de Estado, o governador constata que, contra essa decisão nada pode fazer. Contudo, segundo conta a História, ele vingou-se usando outros meios. Veja-se o que afirma Pedro Calmon:

O desembargador João da Rocha Pita ia ver na enxovia Bernardo Vieira Ravasco. Os testemunhos arrolados não o attingiam. Estava detido pela só razão de ter o filho comprometido no assassinato. [...] Assim, o ouvidor lhe passou carta de soltura. Antonio de Souza Menezes não mais tolerou a benevolência, [...], do magistrado. Porque não podia obstar-lhe o acto, decretou a expatriação do secretário. Devia, quanto antes, deixar a Bahia. Como a deixaria, porém, sem ninguém que lhe zelasse a fazenda [...] Preferiu Bernardo Vieira acolher-se, com os carmelitas descalços, no seu convento de Santa Thereza, vizinho da casa e terras que possuía aquém da Preguiça, a cavalleiro do porto de Balthazar e onde uma grossa gameleira [...] ensombrava a ladeira. Dahi se corresponderia com o irmão e o filho.¹¹²

Também J. Lúcio de Azevedo entende que o governador estava impedido de perseguir o secretário judicialmente, e por isso “fez uso da própria autoridade, impondo-lhe sair imediatamente do estado.”¹¹³ A solução encontrada por Bernardo para a não expatriação foi então refugiar-se no convento de Santa Teresa, de onde poderia trocar

¹¹² *O crime de António Vieira*, p. 47 – 48.

¹¹³ *História de António Vieira, II Volume*, p. 199.

correspondência quer com o irmão jesuíta, quer com o filho, Gonçalo, que já estava em Lisboa. Na narrativa de Ana Miranda sabe-se da libertação de Bernardo Ravasco seguida de mais uma demonstração de excesso de poder do governador, que ordena que o secretário deixe a Bahia, através do padre Soares que leva as notícias a Vieira:

“Rocha Pita esteve na enxovia com Bernardo Ravasco e passou-lhe uma carta de soltura por não ter testemunho contra ele, detido por ter o filho comprometido no crime.”

“Então meu irmão está solto! E onde se encontra agora?”

“Antonio de Souza, furioso com a benevolência do magistrado, decretou a expatriação de Bernardo Ravasco. [...] Bernardo Ravasco está na Bahia. Como não tinha ninguém para lhe velar a fazenda, preferiu acolher-se com os carmelitas descalços no convento de Santa Teresa.”

“Fez bem [...]. O convento fica vizinho da casa e terras que possui aquém da Preguiça, a cavaleiro do Porto de Balthazar Ferraz, onde há aquela gameleira. Dali poderá se corresponder comigo.” (BI, 287)

Nota-se claramente, através desta passagem, que a romancista se apropria de muito da obra de Calmon em sua narrativa. Até a gameleira referida por ele, reaparece no romance de Ana Miranda. Essa árvore, segundo o historiador, foi enfeitada com fitas de todas as cores por Bernardo Ravasco, quando os carmelitas se mudaram para a nova igreja de Santa Teresa, e por isto dá ainda hoje nome a uma rua de Salvador. A romancista refere praticamente tudo que é mencionado por Pedro Calmon, buscando com isto tornar a sua narrativa ainda mais verosímil. Vieira praticamente indica aos leitores o caminho do convento onde está refugiado o seu irmão, dando inclusive alguns pontos de referência, como a gameleira. Isto possibilita ao leitor localizar perfeitamente o novo espaço em que se situa Bernardo Ravasco.

Segundo registos históricos, o irmão de Vieira, que teve o ordenado reduzido pelo governador antes mesmo do assassinato do alcaide, foi restituído ao cargo com o ordenado regularizado em Dezembro de 1683, e pôde assim deixar o homízio, de acordo com carta de livramento emitida pelo rei. Nesta altura, já governava a Bahia o Marquês das Minas, partidário da família de Vieira. Mesmo com o favorecimento do novo governador, Bernardo Ravasco não continuaria por muito tempo à frente da secretaria

do Estado, pois o irmão do alcaide assassinado tentava, em Lisboa, arruinar os Ravasco de algum modo. Sobre esses acontecimentos afirma J. Lúcio de Azevedo:

“Por outra parte sucedeu que, se o novo governador era amigo de António Vieira, o sindicante, sem favorecer as partes de António de Souza, prestava ouvido ao que os parciais do assassinato diziam. E assim foi que anulou a devassa anterior, pronunciou novamente a Bernardo Ravasco e, desprezando a carta de livramento, passou ordem de prisão contra Gonçalo, que desta vez se refugiou no Mosteiro de São Bento, juntamente com o pai.”¹¹⁴

Somente em 1687, o irmão de Vieira pôde regressar às suas funções, quando foi constatado que não existiam provas reais contra os Ravasco. A sua reabilitação coincidiu com o fim do mandato do Marquês das Minas.

Em *Boca do Inferno*, observa-se uma situação semelhante, pois a romancista explora esta possível virada da facção dos Menezes no final da narrativa com a chegada do novo sindicante. Mas não fica claro o facto de Bernardo Ravasco não ter permanecido em seu cargo, mesmo com a ordem inicial do rei da restituição de suas funções. Entretanto, na última parte da narrativa, “O destino”, tem-se a informação de que Bernardo e António Vieira, em 1687, receberam “sentença favorável no caso do crime do alcaide” (BI, 325). Mas não é referido que Bernardo Ravasco esteve afastado da secretaria do Estado durante quatro anos, período que compreende de 1683, o ano em que ocorreu o assassinato de Teles de Menezes, até que a sentença fosse decretada. Talvez a romancista tenha optado por omitir esse facto, porque assim pareceria que o Braço de Prata fora o único a perder com o episódio, e que pagara por todos os seus actos arbitrários cometidos no decorrer da história, conseguindo assim a família Ravasco, indiscutivelmente, o livramento das atrocidades sofridas.

Através de seu modo de criação, Ana Miranda é capaz de despertar a compaixão do leitor por Bernardo Ravasco, que, visto como um pai cuidadoso, um bom irmão e um homem religioso, é injustamente preso e afastado de seu cargo, sob a acusação de

¹¹⁴ *História de António Vieira, II Volume*, p. 201.

assassinato do pedante Teles de Menezes. Já libertado, o irmão de Vieira demonstra certo cansaço e desgaste devido ao tempo passado na enxovia, mas ainda nutre esperanças no novo governo:

Com seus dedos grossos, as mãos velhas e trêmulas, Bernardo Ravasco segurava um maço de papéis. Estava mais magro, com as marcas do sofrimento passado na cela subterrânea; a pele maltratada, os olhos amarelados e tristes. Informou, emocionado, que havia chegado o novo governador, o marquês das Minas. “Teremos paz novamente”, disse. (BI, 313 – 314)

O padecimento de Bernardo Ravasco pelos dias passados na prisão são visíveis tanto no seu corpo, como no seu olhar, que demonstra a tristeza dos horrores lá presenciados, pois, como se mostra, muitos presos eram torturados. Um exemplo é a personagem Maria Berco que deixa a enxovia desfigurada. O secretário de Estado não teve o rosto deformado, porém teve a sanidade comprometida, como se observa nesta passagem:

Seus olhos estavam embaçados e suas mãos tremiam levemente. Nos últimos tempos que tinha passado na enxovia fora acometido de males. Tornara-se um homem sobressaltado com frequentes rebates de delírio. (BI, 316, 317)

Depois de acompanhar violências contra homens e chocantemente contra mulheres, como Maria Berco, e ouvir gritos que lhe impediam o sono durante a noite na fria cela subterrânea da enxovia, Bernardo Ravasco teve o seu lado psicológico fortemente atingido e tornou-se um homem apavorado que chega a delirar. Este é o desenho do irmão de Vieira no final da narrativa, um contraste com a imagem inicial de Bernardo, pois a personagem se mostrava corajosa, enfrentando a sua prisão arbitrária com toda dignidade, sem medo da audácia do governador. Era um homem obstinado que de tudo fez para recuperar seus escritos, como também se mostrou totalmente equilibrado, quando soube do assassinato do alcaide, aconselhando seu filho e todos os envolvidos da melhor forma possível.

A criação de Ana Miranda surpreende, portanto, por toda essa dinâmica de certa alternância. A romancista consegue transmitir ao leitor um retrato preciso e nítido do que foi ou poderia ter sido o secretário de Estado e da Guerra do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco, no episódio do assassinato do alcaide Francisco Teles de Menezes.

Gonçalo e Bernardina Ravasco

Bernardo Vieira Ravasco teve três filhos: Cristóvão Vieira Ravasco de Albuquerque, capitão de infantaria, nomeado a 8 de Junho de 1670 pelo governador Alexandre de Sousa Freire, que morreu em combate ainda jovem ao serviço do rei¹¹⁵; Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque; e Bernardina Maria de Albuquerque. Todos eles ilegítimos, pois, como já foi referido, o irmão de Vieira nunca chegou a casar-se. Seus filhos provavelmente nasceram de seu envolvimento com D. Filipa Cavalcanti de Albuquerque.

Em *Boca do Inferno*, os filhos de Bernardo Ravasco participam de forma directa e indirecta no acontecimento histórico que move a trama. Gonçalo Ravasco actua na emboscada que dá fim a vida de Francisco Teles de Menezes, enquanto Dona Bernardina, se vê, de forma involuntária, no meio do conflito entre Menezes e os Ravasco pela participação do irmão no assassinato do alcaide, que acaba por desencadear a prisão de seu pai.

Notar-se-á em toda a narrativa que os dois irmãos apresentam personalidades bastante distintas, porém com alguns traços semelhantes. Bernardina, uma jovem viúva, de saúde frágil, é superficialmente apresentada ao leitor ainda no princípio da história:

A filha única do secretário ficara viúva, sem filhos e, embora fosse ainda uma jovem senhora, inspirava muitos cuidados por ter uma saúde frágil. (BI, 31)

¹¹⁵ O filho mais velho de Bernardo Ravasco e D. Filipa é mencionado em *Boca do Inferno* na página 217, quando Vieira, focalizado interiormente pelo narrador onisciente, lamenta a perda prematura de muitos amigos e de quase todos integrantes de sua família, dentre eles o sobrinho Cristóvão.

Já o seu irmão, Gonçalo Ravasco, mostra-se um rapaz corajoso que defende com vigor as suas ideias. No princípio da história encontra-se homiziado no Colégio dos jesuítas, para escapar do degredo decretado pelo desembargador João de Gois, por conta de um delito cometido, como se constata nesta passagem:

Há noites o jovem Gonçalo Ravasco não dormia em casa, refugiado no colégio dos jesuítas para escapar a uma condenação de degredo emitida pelo desembargador João de Gois, que poderia ser chamado de braço direito do governador, caso este não tivesse um de prata. (BI, 32)

Conta a História que o sobrinho de Vieira nesta altura, “por ter acutilado um meirinho fora sentenciado a degredo para África, por isso estava acoutado com os jesuítas.”¹¹⁶ Gonçalo Ravasco teria golpeado o rosto do meirinho diante de testemunhas, portanto para fugir a condenação refugiou-se no Colégio dos jesuítas, de onde pôde planejar juntamente com André de Brito a emboscada para assassinar o alcaide Teles de Menezes que os perseguia. Segundo a própria personagem, em conversa com seu amigo o poeta Gregório de Matos, a fama de sua coragem deteria da sua juventude:

“Como começou essa tua fama de corajoso, Gonçalo?”
“Um dia tive que brigar com um bando de estudantes”, disse Gonçalo Ravasco.
“Estavam armados e acabei derrubando todos eles no chão, nem sei bem como. Também andei em torneios de espada. Mas apenas por divertimento. Meu pai diz que força é estruturar raciocínios, disputar ideias, criar controvérsias. (BI, 95)

A coragem atribuída por Ana Miranda ao filho de Bernardo Ravasco baseia-se em fontes de pesquisa da romancista, posto que todos os historiadores referem a bravura de Gonçalo Ravasco, como o faz Pedro Calmon:

E o filho, Gonçalo Ravasco, de súcia com os rapazes destemidos e façanhudos, espaldeirando rondas e dispersando reuniões, bravo e generoso, mas violento e afoito – amedrontava os adversários...¹¹⁷

Em *Boca do Inferno* essa coragem mistura-se a um sentimento generoso, quando tenta recuperar os escritos do pai, sem se preocupar com o facto de pôr em risco a

¹¹⁶ J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira, II Volume*, p. 198.

¹¹⁷ *O crime de António Vieira*, p. 22.

liberdade e a própria vida. Pensa apenas em não decepcionar Bernardo Ravasco que considera esses escritos tão importantes quanto sua família. Gonçalo Ravasco é um filho devotado, demonstra admiração e respeito pelo pai, posto que, quando toma conhecimento de que os escritos de Bernardo estão no poder do governador, decide recuperá-los de qualquer maneira. O jovem tem a consciência do que eles significavam para o seu pai, como se lê:

“Ele encontrou os escritos de meu pai e se apoderou deles”, disse Gonçalo Ravasco. [...] “É preciso, então, reavê-los.”
“Isso mesmo, poeta. Eu próprio desejo desembaraçar meu pai dessa tristeza mas ele e meu tio não permitiriam que me aventurasse pelo paço adentro. Portanto, que tudo seja feito em segredo.” (BI, 94)

A romancista constrói uma personagem extremamente corajosa, humana e bondosa. Gonçalo tem consciência do perigo que lhe reserva o Palácio, mas não o teme e se arrisca por um bem muito maior. Sabe que a finalidade desta empreitada é impedir que o pai tenha o desgosto de ver seus textos perdidos ou destruídos. Quando a personagem deixa o esconderijo e disfarça-se para ir ao Palácio em busca do tesouro de Bernardo Ravasco, tem a oportunidade de assassinar o maior inimigo de sua família, o Braço de Prata. O momento na narrativa seria de tensão, se o governador não estivesse na altura a urinar, o que torna o episódio caricato, como se observa nesta passagem:

O governador Antonio de Souza Menezes estava ali, sozinho, certamente de costas para Gonçalo Ravasco e desarmado, talvez até mesmo sem o seu braço de metal, que lhe servira de arma em qualquer ocasião. Era o momento que Gonçalo Ravasco esperava. Encostou a mão na empenhadura fria da faca em sua cintura. [...] Em alguns segundos poderia saltar em cima de Antonio de Souza e matá-lo.
Gonçalo Ravasco ouviu um ruído de líquido caindo no recipiente de metal. Antonio de Souza estava urinando. [...] Gonçalo Ravasco podia saltar sobre ele e cortar seu pênis. Perderia a coragem sem seu membro? Não perdera sem seu braço direito. Certamente tinha dificuldades para urinar, para comer, para escrever. Para fornicar. Como faria para equilibrar-se sobre uma mulher, num braço só? (BI, 109)

Neste excerto, nota-se mais uma vez as pinceladas de sátira da romancista, que opta por mais uma vez ridicularizar a imagem do governador através de outras personagens. Neste caso, a figura de Gonçalo Ravasco, que imagina como o inimigo

faria para ter uma relação sexual. Ana Miranda satiriza sem perder o fio da história. Na sequência acompanha-se o sobrinho de Vieira a desistir de assassinar o governador, e conseguir recuperar os escritos de Bernardo Ravasco. A personagem põe a satisfação do pai à frente da vontade de destruir o prepotente Braço de Prata. Gonçalo Ravasco, em toda a narrativa, demonstra afecto, cuidado e preocupação com Bernardo, conforme o diálogo:

“Quer dizer que pretendes mesmo procurar o príncipe?”
“Sim”, disse Gonçalo Ravasco, sem hesitar. “Farei o que for preciso para tirar o meu pai da enxovia e meu tio da desgraça.” (BI, 96)

Gonçalo vai clandestinamente em viagem para Lisboa, a fim de relatar ao Príncipe, os abusos do Braço de Prata no decorrer das investigações do assassinato do alcaide, o que incluía principalmente a prisão arbitrária do pai. O sobrinho de Vieira nada receia, quando se trata da família. Esta característica de personalidade coincide com a da irmã, pois a jovem frágil e de saúde debilitada tem a coragem de ficar frente a frente com o temível governador António de Souza Menezes, para tentar livrar o pai da enxovia. Isto acontece quando Dona Bernardina é chamada ao Palácio para ouvir uma proposta do Braço de Prata para libertar Bernardo Vieira Ravasco:

Bernardina Ravasco, ao vê-lo, sentiu um leve tremor.
[...] “Vamos direto a matéria”, disse o governador. “Interessa-me encontrar Gonçalo Ravasco. Sabeis onde está o jovem?”
“Não.”
Antonio de Souza passou delicadamente a mão no bigode de pêlos escuros. Pensou no quanto eram orgulhosos os Ravasco, mesmo as fêmeas da família.
“Podemos fazer uma troca”, disse o governador. [...] “Se o jovem se entregar darei livramento ao secretário vosso pai”, disse Antonio de Souza.
[...] “Pensarei no que fazer. Meu pai está bem? [...] É que o lugar é muito úmido, ele sofre dos pulmões.”
“A senhora pode fazer muito por ele. Espero que sejais uma boa filha.”
“E uma má irmã?” (BI, 144)

Aflita com a proposta, Bernardina Ravasco decide aconselhar-se com o tio, porém Vieira convence-a da inutilidade da acção, pois, o que o governador mais queria era punir todos os Ravasco pelo ódio e despeito que sentia pelo velho jesuíta. Apesar de

a personagem chegar ao ponto de ponderar a promessa feita pelo Braço de Prata, nota-se que ela também preocupa-se com o irmão, posto que mesmo sabendo que ele esteve de facto envolvido no assassinato do alcaide, não opta de imediato pela troca oferecida pelo governador. Não há registos históricos que venham a comprovar que António de Souza Menezes tenha feito qualquer proposta deste teor a Dona Bernardina. Certamente a romancista ao criar esta sequência teve mais uma vez o intuito de mostrar ao leitor o quão cruel poderia ser o governador, iludindo uma jovem frágil, que deseja a liberdade do pai, com mentiras sórdidas que só favoreciam o plano de vingança contra a família de Vieira. Contudo, falha a tentativa de António de Souza Menezes de prender Gonçalo Ravasco usando a inocente Bernardina, portanto para compensar essa perda, o governador joga a delicada filha do secretário de Estado na enxovia, que este excerto sirva de exemplo:

“Quem pode ser?”, disse Bernardina.

“Será dom Gonçalo?”

A criada abriu a porta. Era um homem muito gordo, de uniforme castanho com botões dourados e chapéu. A casa estava cercada por soldados do governador.

Bernardina foi levada para a enxovia. Lá, jogaram-na numa cela onde estavam sentadas algumas mulheres. Eram as esposas e irmãs dos Brito. (BI, 186)

Na pesquisa que fora realizada para esta dissertação, não foi encontrado qualquer registo histórico desta prisão. A detenção de Bernardina Ravasco em *Boca do Inferno* é pouco explorada. Sabe-se apenas que os soldados cercaram a casa e levaram a filha do secretário de Estado para enxovia, onde esteve encarcerada com as mulheres da família dos Brito de Castro. O seu período na prisão passa-se em branco na narrativa, pois Bernardina só volta a cena quando é libertada. Talvez Ana Miranda tenha encontrado o registo de sua prisão em alguma fonte de pesquisa de forma bastante superficial, e por isso tenha assim reconstruído o acontecimento em *Boca do Inferno*. Porém, como se sabe, tudo é possível na ficção histórica contemporânea, por isso não se deve descartar a possibilidade de a romancista ter também inventado o encarceramento

de Bernardina Ravasco. Desta forma, dramatizaria ainda mais as atitudes do governador. A imagem da única filha do secretário de Estado é pintada de maneira suave e singela, logo quando é atirada numa cela, um sentimento de piedade é quase automaticamente despertado no leitor que acompanha a história.

A suavidade na figura de Bernardina Ravasco é pincelada pela romancista através dos trejeitos, vestes e acessórios da personagem, tal como atitudes que demonstram desapego aos bens materiais:

Roupas de veludo, seda, linho, se espalhavam pela cama. Maria Berco tirou a saia de Bernardina Ravasco. Desmontou em seguida a armação do arame bojudá como uma pêra, que caiu ao chão; ferrou-lhe as pernas nos quadris e soltou as fitas do espartilho. Acocorou-se depois para tirar-lhe as meias soltando as ligas abaixo dos joelhos, por último vestiu-lhe a camisa de dormir.

“Ah, que conforto”, disse Bernardina Ravasco. “Odeio roupas.”

“Vossas roupas são lindas, senhora.” (BI, 161)

A romancista descreve em pormenor as vestes de uma Fidalga, para depois evidenciar que o luxo não é algo que a personagem exalte. Bernardina Ravasco demonstra valores mais importantes do que as belas roupas que usa, revela-se uma filha amorosa e preocupada em todo o episódio do assassinato do alcaide. Tem o bonito gesto de enviar para o pai uma corrente de ouro com uma medalha com a intenção de protegê-lo de algo ruim que pudesse acontecer. O gesto é em vão, pois como se sabe Bernardo Ravasco é preso. Quando informada da detenção de seu pai, apesar das recomendações de que se refugiasse no engenho, desiste da viagem, uma vez que não aguentaria o afastamento da cidade sem notícias de Bernardo Ravasco, como se pode observar nesta passagem:

“Meu pobre pai”, disse Bernardina Ravasco com voz plangente. [...] “Senhor, não irei para o engenho” [...]

“Mas é o desejo de vosso pai”, disse Matos.

“Não posso ir. Ficaria por demais ansiosa sem saber notícias.” (BI, 91)

Tal como seu irmão, Bernardina coloca o amor pelo pai à frente da própria segurança. O governador estava apenas a espera do momento certo para castigar todos

os Ravasco, o assassinato do alcaide foi o pretexto necessário para a sua perseguição ser então iniciada. Quando propõe a troca de Gonçalo por Bernardo Ravasco, o governador já conspirava contra a inocente Bernardina. A sobrinha de Vieira dá um voto de confiança a proposta duvidosa do Braço de Prata porque precisava agarrar-se a qualquer fio de esperança de ter o seu pai a salvo, que esta passagem sirva de exemplo:

“Vai, Maria, vai. Nem sei se terei meu pai de volta. Pode ser apenas um golpe sujo do Antonio de Souza. Ele não tem escrúpulos, é capaz de tudo. Mas vou arriscar-me. Toma cuidado, Maria.” (BI, 162)

A personagem tem a consciência de que o tio poderia estar com a razão, quando lhe alertou para as artimanhas do governador, contudo, o desejo de ver o seu pai em liberdade é maior do que o bom senso que dá-lhe sinais para não ir em frente com a ideia da troca. Neste momento, nota-se que a romancista é capaz de dar uma austeridade totalmente credível a uma personagem que até então só demonstrava suavidade em suas acções, como é possível observar neste excerto:

“Com os homens da família mortos, presos ou homiziados, somos nós os homens da família. Vamos mostrar que todos os Ravasco são bravos. Eu sou uma Ravasco.” (BI, 162)

Esta viragem na personalidade de Bernardina é bem realizada por Ana Miranda, pois é justificada pela situação inteiramente nova em que se encontra a personagem. A filha de Bernardo Ravasco vivia em casa a gozar da companhia de sua criada, Maria Berco, que todo o tempo zelava pela sua saúde e bem-estar. Ela nunca vivenciara um momento de tensão como este, afinal tinha o pai preso, na idade avançada em que se encontrava, e o irmão foragido. Portanto, nada mais natural que reagisse de forma impulsiva, afinal era uma situação inesperada, ela teria de tomar alguma atitude de todo o jeito. O gesto de assumir a bravura de sua família, característica conhecida e admirada dos Ravasco, revela o desejo agoniado de lutar pela liberdade de seu pai, já que ninguém nas vigentes circunstâncias seria capaz de fazê-lo ao seu ver.

Observa-se que a coragem de Bernardina Ravasco é despertada através desta preocupação incessante com Bernardo, que está jogado na enxovia como um criminoso. Constata-se que o amor entre pai e filha é visível em diversos momentos da narrativa, posto que gestos de carinho e demonstração de respeito são atitudes comuns entre os dois. Bernardina Ravasco era analfabeta, como a maioria das mulheres no século XVII, nesta passagem a ser citada, nota-se como o seu pai acreditava em suas capacidades, como também tinha por ela toda consideração:

Bernardo Ravasco beijou a mão de sua filha. “O fato de ser mulher não impediu Semíramis de reinar na Síria”, ele disse. Aproximou-se mais e falou ao ouvido de Bernardina Ravasco:
“Ainda vou ensinar-te a ler.” (BI, 35)

Pouco se sabe historicamente sobre a única filha de Bernardo Ravasco. De acordo com algumas fontes, Bernardina ficou viúva muito cedo e tinha uma saúde debilitada, factos que também são conhecidos em *Boca do Inferno*. Segundo Pedro Calmon, ela casou-se na Bahia com Gaspar de Araújo, como se pode constatar através de notas do historiador sobre D. Filipa Cavalcanti de Albuquerque, mãe de Bernardina:

Falleceu D. Filippa a 6 de Dezembro de 1665. Narra fr. Jaboaão, que D. Maria Cavalcanti, mais cautelosa, fizera expor em casa rica de Cotegipe a menina, que lhe nascera dos seus amores, e a recolheu o fidalgo ao mosteiro de Odivellas, que chegou a reger, como senhora de espírito e virtudes. D. Bernardina, a pequenina exposta – casouse na Bahia com Gaspar de Araújo, e ahi ficou a sua descendência, perpetuando, em linha de bastardia.¹¹⁸

Na ficção histórica de Ana Miranda, o leitor conhece Bernardina Ravasco já sem a companhia do marido, porém pode contar com a amizade de sua criada, Maria Berco. A ligação entre a patroa e a empregada ultrapassa os limites de uma simples relação profissional, observa-se que Maria Berco preocupa-se verdadeiramente com a sua senhora, e o sentimento entre as duas é recíproco, pois Bernardina tenta através de suas possibilidades libertar a sua criada, quando esta vai também parar na enxovia, que esta passagem sirva de exemplo:

¹¹⁸ *O crime de António Vieira*, p. 15.

“Sofro só em pensar que Maria esteja com as mãos em algemas, o pescoço em grilhões de ferro, entre aquela gente belicosa. Não tenho tanto dinheiro, com meu pai na enxovia e os cabedais trancados no cofre. O único remédio que me vem à cabeça é Samuel da Fonseca.”

“Pedir dinheiro a um judeu? Só a doze por cento.”

“Não dom Samuel. É como se fosse cristão.” (BI, 270)

Bernardina Ravasco quando soube da prisão de Maria Berco através do poeta Gregório de Matos pôs-se aos prantos. Ela temia todos os males do cárcere que possivelmente recairiam sob a sua estimada criada. Quando o poeta volta a procurá-la para mais uma vez tentar resolver o problema de Maria, Bernardina havia acabado de deixar a enxovia, mas mesmo atormentada com os dois dias que passou em sofrimento, tem o ilustre gesto de preocupar-se com a sua dama de companhia e tentar conseguir o dinheiro para a fiança. O sentimento de amizade que une Bernardina e Maria Berco é ilustrado também através de Bernardo Ravasco, que em certa altura, quando procurado pela empregada da filha para entregar uma corrente que o protegeria, em episódio já mencionado, assim agradece a Maria: “Agradeço-te, minha filha. Vai agora ficar ao lado de tua amiga dona Bernardina, que não pode estar sem companhia, bem sabes.” (BI, 45) Bernardo Ravasco poderia pedir que a criada voltasse para junto de sua senhora, porém, a atitude de referir a palavra “amiga” imprime a relação amistosa entre as duas mulheres.

Também o seu filho, Gonçalo Ravasco, cultivava uma bela amizade com o poeta Gregório de Matos, pois eram cúmplices em suas conversas e ambos admiravam-se. O sobrinho de Vieira divertia-se com os versos do amigo que provocavam o governador António de Souza Menezes, como se observa nesta passagem:

No colégio dos padres Gregório de Matos escreveu: “Quando desembarcaste da fragata, meu dom Braço de Prata, cuidei que a esta cidade tonta, e fátua, mandava a Inquisição alguma estátua, vendo tão espremida salvajola visão de palha sobre um mariola”. Sorriu, e entregou o escrito a Gonçalo Ravasco. Gonçalo leu-o, gracejou, entregou-o ao vereador. (BI, 37)

Enquanto Gonçalo Ravasco admirava Gregório de Matos pelo seu indiscutível talento de poeta, o que incluía a produção de versos satíricos que ridicularizavam o governador, Gregório, por sua vez, prezava o amigo pela sua coragem e respeito pelo pai. A prova disto é que faz o possível para colocar Gonçalo Ravasco dentro do palácio, conseguindo credenciais para a sua entrada, a fim de tentar recuperar os escritos de Bernardo. A participação efectiva de Gregório de Matos no acontecimento histórico que move a trama deve-se justamente ao facto de ser totalmente próximo aos Ravasco, mais precisamente a Gonçalo, seu grande amigo. O poeta, que dá título a obra, se vê perseguido pelo Braço de Prata não somente pelos versos provocativos que escrevia dedicados a ele, mas também pela boa relação mantida com Gonçalo que esteve entre os encapuzados que emboscaram e assassinaram Francisco Teles de Menezes.

A confiança que o filho de Bernardo Ravasco tinha no poeta era enorme. Tanto era assim que a Gregório destinou a missão de proteger os escritos do pai depois de lhes ter recuperado. Conta a História que os dois foram muito amigos, e na altura do assassinato do alcaide, o poeta teria de facto demonstrado o seu apoio ao sobrinho de Vieira, como também a todos os Ravasco. A romancista bem consegue imprimir a boa relação entre Gonçalo Ravasco e Gregório de Matos através de diálogos que transmitem uma total cumplicidade e entrosamento, que esta passagem sirva de exemplo:

Gregório de Matos gostava de conversar com seu amigo porque este sabia contestar suas observações puxando às vezes o assunto para coisas mais leves, ou para política, ou para poesia. Isso tudo, no entanto, sem se recusar a levar adiante uma conversa depravada. Ah, pensava Gregório de Matos, este não era um rapaz corrompido pela hipocrisia inaciana. (BI, 115)

No entanto, na última parte da narrativa, “O destino”, o leitor descobre que anos mais tarde esta amizade fora corrompida, pois Gonçalo Ravasco armou uma emboscada para o próprio amigo, conseguindo a sua prisão, como se observa neste excerto:

Refugiado na ilha da Madre de Deus, o poeta foi traído por Gonçalo Ravasco, que lhe enviou uma carta marcando um encontro. No local acertado, Gregório de Matos deparou-se com os guardas de João de Lencastre, que o prenderam. (BI, 322)

De acordo com algumas fontes históricas, este episódio realmente aconteceu, porém nunca é esclarecido o motivo desta traição. Em *Boca do Inferno*, para amenizar o desvio de carácter da personagem, a romancista acrescenta que depois de entregar o amigo, Gonçalo Ravasco passou a ter pesadelos e insónias. Ana Miranda é precisa e cautelosa em sua criação, pois se a personagem em toda a história mostrou-se defensora dos bons e verdadeiros valores da vida, nada mais natural que demonstre algum arrependimento depois de atrair um grande amigo.

Observa-se, portanto, que todos os Ravasco são pincelados com grandes virtudes na ficção histórica de Ana Miranda: Gonçalo e Bernardina são ótimos filhos, amorosos, dedicados e excessivamente preocupados com o pai; Gonçalo é um jovem corajoso que defende seus ideais, mas também está sempre apto a ouvir os ensinamentos de seu pai e seu tio e ponderá-los aos seus actos; enquanto Bernardina demonstra nobreza em suas atitudes, quando, por exemplo, de tudo faz para pôr em liberdade a sua criada que estava na enxovia. A romancista consegue com isso transmitir a verosímil imagem de uma família afectuosa e honrada, que fez história na Bahia do século XVII.

Conclusão

Em *Boca do Inferno*, Ana Miranda constrói a família Ravasco a partir de uma óptica positiva. Eles são os heróis que se vêem injustamente perseguidos pelo governador António de Souza Menezes. De facto, a História também assim ilustra o dissídio entre Menezes e Ravasco, e certamente a romancista optou por não contrariar o que estava documentado. Não se absteve, contudo, em criar personagens e factos fictícios que deram mais movimento à sua narrativa de ficção histórica.

Como se sabe, o assassinato do alcaide-mor Francisco Teles de Menezes é o eixo de toda a trama, e todas as personagens têm qualquer envolvimento com este acontecimento mesmo que seja mínimo. Observou-se que Ana Miranda tratou de entrelaçar nesta teia personagens históricas e ficcionais de maneira engenhosa, dando total credibilidade ao cruzamento ficção e História. O protagonista da narrativa, Gregório de Matos, vê-se envolvido no assassinato do alcaide pela amizade que cultivava a todos os Ravasco e com praticamente todos os encapuzados que realizaram o crime. A sua participação efectiva nos acontecimentos deve-se a esta boa relação, todavia, a sua figura está também associada a duas personagens livremente imaginadas por Ana Miranda: Maria Berco, criada dos Ravasco, que despropositadamente acaba tendo uma participação activa no crime; e Anica de Melo, que representa uma das várias amantes do poeta, e que também sofre com os estardalhaços das investigações comandadas pelo Braço de Prata, quando os soldados invadem e vandalizam a sua casa à procura de Gregório de Matos.

A criada de Bernardina Ravasco é a personagem ficcional de maior destaque em *Boca do Inferno*, pois protagoniza uma longa sequência, quando incubida por Bernardo Ravasco de dar fim a mão do alcaide assassinado. O episódio em que Maria Berco vaga pela noite com a mão decepada de Teles de Menezes é um dos mais atractivos da

narrativa. Nele, o leitor acompanha a criada em uma missão que mescla História e ficção. Não foram encontrados registos de que o alcaide tenha tido a mão decepada, mas ao criar esse momento a romancista foi brilhante, uma vez que ata factos documentados – o assassinato do alcaide-mor – a uma personagem ficcional – Maria Berco. Deve-se ainda salientar que Bernardina Ravasco, personagem histórica, é de certa forma ofuscada pelo brilho de sua dama de companhia ficcional. Maria tem um papel muito mais activo na narrativa, além de protagonizar o episódio da mão decepada de Teles de Menezes, ela e Gregório de Matos, o protagonista da narrativa, vivem um amor platónico. O sentimento entre a criada e o poeta é responsável por mais um cruzamento entre a História e a ficção em *Boca do Inferno*.

Ana Miranda transmite ao leitor uma fidelidade visível à História, porém esse compromisso não impede contudo a sua liberdade criativa. Ao reconstruir as diversas personagens históricas que povoaram a Bahia do século XVII, a romancista pareceu não ter receios em arriscar nas pinceladas de sátira. No decorrer deste estudo, esta postura da escritora foi destacada, quando, por exemplo, observou-se o instante em que alcaide vive um ligeiro acto sexual, sem ao menos despir-se, pouco antes de ser assassinado; ou o momento em que Gonçalo Ravasco teve a possibilidade de assassinar o governador, e logo lhe veio à cabeça, pelas circunstâncias em que se encontrava o Braço de Prata, a ideia de cortar-lhe o pénis, mas o jovem acaba por desistir, pois é tomado por um sentimento de piedade pelo inimigo.

António de Souza Menezes é a personagem mais satirizada em *Boca do Inferno*, o governador é ridicularizado de maneira divertida em situações caricatas, que esta passagem sirva de exemplo:

“Que Deus nos proteja em nossa missão de justiça. É certo que gostaria de acabar com eles usando minhas próprias mãos.” António de Souza parou, olhou as mãos. “Minha própria mão, quero dizer.” (BI, 139)

Pode-se afirmar que, em momento algum da narrativa, a família de Vieira se tenha tornado motivo de sátira, ao contrário dos Menezes, evidentemente. Os Ravasco são admirados e respeitados pelas outras personagens, inclusive e principalmente pelo poeta que dá título a história. Gregório de Matos apreciava a coragem e a sabedoria dos Ravasco, em contrapartida repudiava António de Souza Menezes e as suas atitudes prepotentes. Por esse motivo, não causa estranheza saber que através do “Boca do Inferno”, o governador tenha adquirido a alcunha de “saco de melões” ressaltada na narrativa (BI, 67).

Ana Miranda dispõe de toda autonomia de uma romancista histórica contemporânea para satirizar e criar livremente com base em registos documentados. Contudo, mesmo dispondo dessa independência criativa, a escritora é capaz de preservar os componentes essenciais que definem o romance histórico. Sabe-se, por exemplo, que a matéria narrada em *Boca do Inferno* é predominantemente de extracção histórica. O assassinato do alcaide, as investigações deste crime e o dissídio Menezes *versus* Ravasco são factos documentados. Segundo Alcmeno Bastos:

“É imprescindível a presença de *marcas registradas*, isto é, nomes próprios (de pessoas, instituições, de eventos), datas históricas, topónimos, etc. que sejam reconhecíveis pelo leitor medianamente informado sobre uma história de uma determinada comunidade. Essas *marcas* funcionam como detonadores do processo de reconstituição de um campo de referências indispensável à historicidade da matéria narrada.”¹¹⁹

É facilmente reconhecida a presença dessas *marcas registradas* em *Boca do Inferno*, pois além das personagens históricas ficcionalizadas na narrativa, vários nomes de outras figuras documentadas são também referidos, como por exemplo, o rei Afonso IV, o poeta castelhano Gongora y Argote, o rabino Manasseh ben Israel, ou o governador João de Lencastre. Datas históricas são igualmente mencionadas na trama por diversas passagens. Pode-se tomar como exemplo o momento em que o governador

¹¹⁹ *Introdução ao Romance Histórico*, p. 107.

decide invadir o colégio dos jesuítas, porque já passava um dia do assassinato de Teles de Menezes:

“Já se passou um dia, digamos assim”, disse António de Souza. “Hoje já não é mais 4, mas 5 de Junho de 1683.” (BI, 54)

As datas são ainda mais referidas na última parte da narrativa, “O destino”, assim, Ana Miranda consegue transmitir verosimilhança à direcção seguida pelas personagens históricas que ficcionalizou. E como bem salienta Alcmeno Bastos a propósito da utilização das *marcas registradas*, a romancista confere a historicidade necessária à matéria narrada, quando relata essas datas documentadas. Ainda em “O destino”, o epílogo de *Boca do Inferno* – que aliás é mais um componente que define a historicidade do romance histórico, pois dá um efeito conclusivo aos factos documentados evidenciados – é referida a data de morte de algumas personagens, destacando-se António Vieira e Bernardo Ravasco, posto que os dois irmãos morreram com a diferença de apenas dois dias.

Ana Miranda destaca em todo momento a importância da família Ravasco na trama de *Boca de Inferno*, afinal todos eles se vêem envolvidos no acontecimento histórico que movimenta a obra, o assassinato do alcaide-mor. A partir da participação de Gonçalo no crime, acompanha-se as atrocidades e o sofrimento vivido por cada Ravasco: a prisão injusta de Bernardo; os dias cruéis que Bernardina passa na enxovia; a perseguição sofrida por Vieira pelo despeito do governador; e a fuga desesperada de Gonçalo para Lisboa. O conflito entre o Braço de Prata e o Padre Vieira ocupa boa parte da história. Nesta disputa, o leitor é conduzido a odiar o governador pelos seus actos bárbaros, como o de encarcerar mulheres inocentes e indefesas, ou açoitar famílias que mantinham boas relações com o Ravasco e que não tiveram envolvimento algum com o crime. Por outro lado, existirá uma inclinação natural à admiração das atitudes de

Vieira, que luta pela resolução do impasse de forma honesta e sábia, escrevendo para o reino, não sendo capaz de cometer actos ilícitos como o governador.

Alternando recursos ficcionais à matéria de extracção histórica, Ana Miranda mostra ao leitor que a justiça ainda pode e deve imperar na cidade de São Salvador da Bahia. Os Ravasco, imaginados e construídos pela romancista à margem de virtudes, conseguem a merecida redenção. Enquanto aquele que architectou a frente de todos a destruição da família, o Braço de Prata, é enfim punido.

Bibliografias

1. Bibliografia activa

MIRANDA, Ana, *Boca do Inferno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

2. Bibliografia complementar

2.1. Obras da autora

MIRANDA, Ana, *O retrato do rei*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

_____, *Desmundo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

_____, *Clarice*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____, *Dias e Dias*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

2.2. Entrevistas, artigos sobre a autora

Anónimo, “Uma época passada a limpo”, *Revista Veja*, coluna “Livros”, nº 1092, 16/09/1989.

Anónimo, “Vida marcada pelos livros [Entrevista a Ana Miranda]”, *Diário do Nordeste*, ed. página web (<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=574684>).

ÂNGELO, Ivan, “O Fantasma do Poeta”, *Revista Veja*, coluna “Livros”, nº 1392, 17/05/1995.

ARAÚJO, Henrique, “Feliciano, a romântica [Entrevista a Ana Miranda]”, *Jornal O Povo*, 29/09/2008.

COSTA, Cristiane, “Bordarcaica”, *Jornal do Brasil*, 15/06/1996.

BRAGA, José Alberto, “Mergulho na ficção”, *Jornal de Letras*, Lisboa, 03/08/1993.

GUIMARÃES, Márcia, “O sonho da heroína é vencer no teatro”, *Jornal do Brasil*, 1993.

LIMA, João Gabriel, Ricardo Valladares e Neuza Sanches, “No rastro da História”, *Revista Veja*, coluna “Livros”, nº 1516, 08/10/1997.

MAINARDI, Diogo, “Matança no eldorado”, *Revista Veja*, coluna “Livros”, nº 1198, 04/09/1991.

MIRANDA, Helder Moraes, “A Literatura permeia tudo [Entrevista a Ana Miranda]”, disponível no sítio <http://www.resenhando.com/rg/rg0104.htm>.

NETO, João Soares, “João Soares Neto entrevista Ana Miranda”, *Jornal de Poesia*, disponível no sítio <http://www.jornaldepoesia.jor.br/jsoaresneto1.html>.

PORRO, Alessandro, “A Bela que queria algo com o Boca”, *Revista Veja*, “Perfil”, nº 1179, 24/09/1991.

TEIXEIRA, Jerônimo, “Namorada das letras”, *Revista Veja*, coluna “Livros”, nº 1883, 8/12/2004.

FIGUEIREDO, Roseana Nunes Bacarat de Souza, “Boca do Inferno: reavendo a história”, *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*, nº 26, Belo Horizonte, UFMG, 2000, p. 29 – 35.

SANTA CRUZ, “Heróis sem nenhum carácter” *Colóquio/Letras* nº 134, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 131 – 137.

3. Bibliografia Passiva

3.1. Obras e textos de referência

ABREU, Luís Machado, “Moldura para um retrato de Vieira”, in *Entre a Selva e a Corte* (coord. José Eduardo Franco), Lisboa, Esfera do Caos, 2009, p. 17 – 26.

ALENCAR, José, “Benção Paterna”, prefácio a *Sonhos D’Ouro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, p. 29 – 38.

_____, *Iracema*, Sintra, Publicações Europa-América, Lda., 1980.

AMADO, Teresa, “Objectos e formas da ficção e da História”, in *História Romanceada ou Ficção Documentada? – Olhares sobre a Cultura Portuguesa*, coord. Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, p. 53 – 60.

AZEVEDO, J. Lúcio, *História de António Vieira, I Volume*, Lisboa, Clássica Editora, 1992.

_____, *História de António Vieira, II Volume*, Lisboa, Clássica Editora, 1992.

BASTOS, Alcmeno, *Introdução ao Romance Histórico*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2007.

BRAIT, Beth, *A Personagem*, São Paulo, Ed. Ática, 1985.

CALMON, Pedro, *A vida espantosa de Gregório de Matos*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1983.

_____, *História do Brasil*, volume III, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959.

_____, *O crime de Antonio Vieira*, São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Proprietária, Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1931.

CANDIDO, Antônio, “A Personagem no Romance”, in *A Personagem de Ficção*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1968, p. 53 – 80.

CIDADE, Hernâni, *P.e António Vieira – a obra e o homem*, Lisboa, Arcádia, 1979.

CRISTÓVÃO, Fernando, “Vieira: a grandeza de um imperador”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões – nº 13/14*, Lisboa, Ed. Licenciatura e Centro de Estudos em Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008, p. 57 – 64.

- ESTEVES, Antônio R., “O Novo Romance Histórico Brasileiro”, in *Estudos de Literatura e Linguística* (org. Letizia Antunes), São Paulo, UNESP-Assis/ Ed. Arte e Ciência, 1998, p. 125 – 153.
- GANDRA, Manuel J., “Padre António Vieira: paralelo da sua vida e obra com o providencialismo, o milenarismo e o messianismo coetâneos”, in *Entre a Selva e a Corte*, coord. José Eduardo Franco, Lisboa, Esfera do Caos, 2009, p. 251 – 315.
- GOMES, Eugênio, *Vieira – Sermões*, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1988.
- HAMON, Philippe, “Para um estatuto semiológico da Personagem, in *Categorias da Narrativa* (org. Maria Alzira Seixo), Lisboa, Arcádia, 1976, p. 86 – 112.
- HANSEN, João Adolfo, “Padre António Vieira – Sermões”, in *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico* (org. Lourenço Dantas Mota), São Paulo, Ed. SENAC, 1999.
- KOTHE, Flávio R., *O Herói*, São Paulo, Ed. Ática, 1987.
- LACERDA, Sônia, “História, narrativa e imaginação histórica”, in *História no Plural* (org. Tania Navarro Swain), Brasília, UNB, 1994, p. 9 – 42.
- LIMA, Luís Filipe Silvério, “Ainda ressuscitados são cadáveres – os *Sermoens* de Vieira enquanto fonte para o historiador”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* – nº 13/14, Lisboa, Ed. Licenciatura e Centro de Estudos em Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008, p. 141 – 158.
- MAIA, Maria Christina de Motta, “Intertextualidade”, ed. página web (<http://acd.ufrj.br/~pead/tema02/intertextualidade2.htm>).
- MARINHO, Maria de Fátima, “Tentação diabólica – Sob o signo da ficção”, in *História Romanceada ou Ficção Documentada? – Olhares sobre a Cultura Portuguesa* (coord. Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, p. 11 – 21.
- MATOS, Gregório, *Poemas Escolhidos* (org. José Miguel Wisnik), São Paulo, Editora Cultrix, 1976.
- _____, *Se souberas falar também falaras – Antologia Poética* (org. Gilberto Mendonça Teles), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.
- MEKSENAS, Paulo, “Educação, política e militância no jesuíta António Vieira”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* – nº 13/14, Lisboa, Ed. Licenciatura e Centro de Estudos em Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008, p. 197 – 214.
- MENTON, Seymour, “Rasgos de La Nueva Novela Histórica”, in *La Nueva Novela Histórica de la América Latina: 1979-1992*, México, FCE, 1993, p. 42 – 56.
- MONEGAL, Rodríguez, “La novela histórica: otra perspectiva”, in *Historia y ficción en la narrativa hispanoamericana* (org. González Echevarría), Caracas: Monte Ávila, 1984.
- NUNES, Benedito, “Narrativa Histórica e Narrativa Ficcional”, in *Narrativa: Ficção e História*, Rio de Janeiro, Imago, 1988, p. 9 – 35.

PÉCORA, Alcir, “O bom selvagem e o boçal – argumentos de Vieira em torno à imagem do ‘índio boçal’”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* – nº 13/14, Lisboa, Ed. Licenciatura e Centro de Estudos em Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008, p. 65 - 76.

PITA, Rocha, *História da América Portuguesa*, Belo Horizonte, Ed. da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia – Editora Ltda., 1976.

REAL, Miguel, “Decálogo do Romance Histórico para uso pessoal”, in *História Romanceada ou Ficção Documentada? – Olhares sobre a Cultura Portuguesa* (coord. Maria das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio), Lisboa, Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, 2009, p. 105 -106.

RUSSEL-WOOD, A.J.R., *Fidalgos e Filantropos – A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1755* (tradução de Sérgio Duarte), Brasília, UNB, 1981.

SEGOLIM, Fernando, *Personagem e Anti-personagem*, São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos e Luís Pastor de Macedo, *A nossa Lisboa: novidades antigas dadas ao público*, Lisboa, Portugália, 193?.

TAVARES, Luís Henrique Dias, *História da Bahia*, São Paulo, Editora Ática, 1981.

URBANO, Carlota, “O Padre Vieira e a Companhia de Jesus”, in *Entre a Selva e a Corte* (coord. José Eduardo Franco), Lisboa, Esfera do Caos, 2009, p. 27 – 39.

VIANA, Hélio, *Capítulos da História Luso-Brasileira*, Lisboa, Ed. Gráfica Portuguesa Ltda., 1968.

3.2. Dicionários e enciclopédias

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura, edição século XXI, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2002.

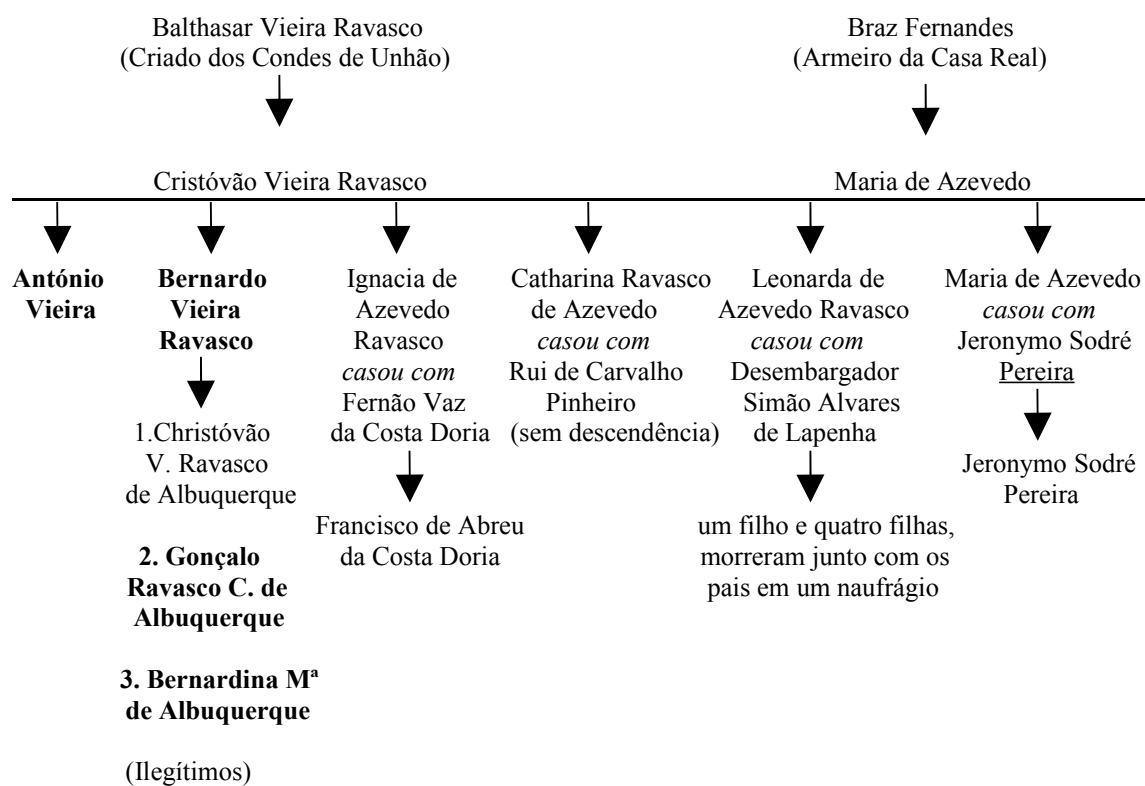
HARTLEY, John, *Comunicação, Estudos Culturais e Media – conceitos-chave* (tradução Fernanda Oliveira), Lisboa, Quimera, 2004.

HOUAISS, António e outros, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 6 Tomos, 1ª edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

REIS, Carlos e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, 7ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 2000.

ANEXOS

I – Árvore genealógica da Família Ravasco¹²⁰



¹²⁰ Extraída de J. Lúcio de Azevedo, em *História de António Vieira*, II Volume.

II. *Petição e queixa contra o governador António de Souza Menezes*¹²¹

Bernardo Vieira Ravasco, fidalgo da casa de V. Magestade e Secretario do Estado do Brasil, fes petição a V. Magestade por este conselho, em que diz que tendo V. Magestade respeito a mandar extinguir o officio de Juiz do Peso da Cidade da Bahia, de que elle era proprietário, e em consideração de não haver no dito Estado hu secretario que tivesse a seu cargo os papeis do dito governo, para melhor expediente dos negócios, foi V. Magestade servido fazerlhe mercê do dito officio, de que se lhe passou carta em 27 de Fevereiro de 1646; e tendo V. Magestade entrosy respeito ao bom procedimento com que elle havia servido na dita occupação, e ter somente cem mil reis de ordenado, e ser muito considerável a diminuição que teve nos direitos dos despachos dos postos de guerra, por causa da paz que o Brazil logra, e nos officios que se provem pello tribunal da Relação que de novo se havia instituído, e os usuaes estarem muito subidos de preço; houve V. Magestade por bem de lhe fazer mercê de quatrocentos mil reis de ordenado cada anno, entrando nelles os cem que já levava, e vencesse as propinas que se davam ao Provedor mor da Fazenda Real; e no tocante aos salários dos papeis pertencentes a seu officio lhe mandava dar regimento de que lhe passaram as ordens em 669; e estando servido o tido officio, na forma do dito regimento, sem contradição alguma dos regimentos dos governadores d'aquelle Estado, o Governador actual Antonio de Souza de Menezes, sem attender a seus merecimento, e ás ordens reaes de V. Magestade, movido de sua paixão, e o dito de seus inimigos, o tratou a vexar, e tirando lhe sem culpa o exercício do dito officio, dando lhe novo regimento, mandou que esse se guardasse, tomando para isso pretextos, de nenhuma entidade todos, contra as maduras resoluções de V. Magestade, havendo elle supplicante servido com verdade, zelo e limpeza por espaço mais de quarenta annos, com tantos governadores, sem queixa nem dissensão alguma, nem com o presente a tivera se não pudera mais a paixão e o dito de seus inimigos que a sua innocencia. E assim a justa dor que o acompanha das sem razões do dito governador Antonio de Souza de Menezes o obriga a representar a Vossa Magestade que, sendo elle hu homem Fidalgo, Alcaide mor de Cabo Frio e Secretário do Estado do Brazil, logo que succedeo a morte do Alcaide mor Francisco Telles de Menezes veyo o dito Governador á Secretaria onde elle estava, e logo de sua paixão o decompoz diante de muita gente, chamndolhe nomes indecentes a sua pessoa e cargo; e não se satisfazendo o seu ódio com isso o mandou meter na enxovia pública, pondelhe

¹²¹ Arquivo do Conselho Ultramarino. Consultas de Partes, Liv. 6, fol. 54 v.

sentinellas á vista até que foi solto pello Juiz da devassa, por se lhe não achar culpa alguma, e como esta se achava no animo do Governador o mandou logo despejar da terra. E porque de todos estes procedimentos se infere bem a sem razão com o que o avexou e molestou, tirando o do exercício de seu officio, reduzindo o a hua extrema pobreza, offendido na fazenda, e, o que mais he, na opinião de seu credito e honra, o que tudo o obriga a recorrer aos Reaes pés de V. Magestade a pedir amparo contra as injustiças e manifestos ódios de hu vassalo que devendo, pella obrigação do cargo que tem de Governador, evitar discórdias e fazer justiça, a perturba e offende; e assy: P. a V. Magestade que, mandando ponderar ao referido lhe faça mercê mandar seja conservado seu officio, na forma das provisões de V. Magestade; e que o regimento que V. Magestade lhe deu se guarde inviolavelmente, e os mais sejam de nenhum vigor.

O Conselho Ultramarino em consulta de 23 de Dezembro de 1683 resolve: “Que o supplicante seja integralmente restituído com o ordenado de 300\$ que antes de o depor o Governador elle tinha pedido.”

III. O Forasteiro que aprisionava Almas¹²²

Por Ana Miranda

xaxu xubuya, regatão

De primeiro vinha o regatão Saul, quando foi depois ele desapareceu, veio o regatão Marmoud, quando deu fé ele desapareceu e veio o regatão Bonifácio, o regatão Bonifácio subia o rio com a canoa cheia de mercadorias, trocava por peles de animais, ele falava "pele de fantasia", pele de suçuarana e de outros andejos, ou de jacaré, queria salsaparrilha e ovos de tartaruga, nossos varões saíam em caçadas aos gatos, matavam jacarés para tirar a pele, queriam faca de bainha, terçado, machado, miçanga, anzol, anzolim, depois que apareceram os regatões nunca mais fizemos anzol com osso de perna de tatu, nem linha com envira de algodão-bravo... o regatão Bonifácio queria também levar nossos rapazes para o trabalho deles, no começo os rapazes queriam ir, mas uns voltaram dizendo que era um trabalho medonho, não ganhavam nada, ficavam sujeitados... uns foram mortos de trabalho, outros quando tentavam fugir... o regatão subia o rio com a canoa afundando de mercadoria, descia o rio com a canoa afundando de fabrico de borracha, salsaparrilha, ovos de tartaruga, rapazotes e peles de fantasia, ele parecia um espírito vakata, uma ruma de cabelos, cabelos nas mãos, cabelos no rosto, cabelos na nuca, cabelos nas orelhas, nas ventas, um chapéu grande, seus pés moravam dentro de botinas né? O regatão tinha um rifle, tinha carabina de repetição, Apon queria uma carabina, ofereceu duas peles de gato pintado, nada, quatro peles de gato, nada, quatro peles e duas pelas, nada, isso, e mais quatro rapazotes, nada, isso tudo, e rapazotes e mais salsaparrilha e uma ruma de ovos de tartaruga, nada... o regatão tinha medo de entregar o rifle e ser morto por nossos varões... era para nós fazermos rifles e não para querermos comprar aos brasileiros, era para ser como arco, que cortamos a pupunha e fazemos, saímos flechando por aí, era para ser assim o rifle, furar pau e ficar mais o rifle, era para sabermos fazer o rifle, mas não sabemos, nossos varões não sabem, Xumani não sabe, ninguém sabe, quando um varão nosso quer um rifle vai atrás dos cariús, dos regatões, dos peruanos, mas eles não vendem rifles aos nossos varões... nossos varões tiveram rifles e carabinas de repetição, fizeram assalto e capturaram os rifles, aprisionaram rifles, tomaram bala no peito, bala na cabeça, nossos varões sempre

¹²² Trecho de *Yuxin, alma*, romance lançado em 17 de Julho de 2009, disponível no sítio <http://bravonline.abril.com.br/conteudo/literatura/forasteiro-aprisionava-almas-424618.shtml>

souberam o que é o furo de uma bala... antes nestas matas mandavam os tuxauas, agora maior é a força dos rifles, mandam o rifle e a carabina mais que o tuxaua...

beisiti, espelho

O regatão Bonifácio assentou perto de mim e me mostrou uma folha de água, uma água dura, fria, lisa, enganchada, que nem a água debaixo da lagoa, presa em outra água e nessa água estava uma cara parecida com a cara de mãe Awa, mas não era ela, era a minha cara, eu ri e a minha cara riu... o regatão tinha feito uma folha de água fria... cara de espíritos... folha de espíritos... não era a minha cara porque era feita de água, lisa por fora, redonda, olhos puxados para as orelhas, nariz aberto, boca de umas taturanas encarnadas... perguntei se era a minha alma presa ali, o regatão fazia a magia da alma, ele prendeu a minha alma naquela folha, devia ser a minha alma, mas era beisiti! beisiti! Devia de ser a alma de minha avó, beisiti! beisiti! O regatão encostou o rosto no meu, vi sua alma dentro da folha, encostada na minha alma, como ele fazia para prender ali as almas? Era a mesma cara, igual, beisiti! beisiti! beisiti! A alma repetia o que eu via, beisiti! Se eu ria, ela ria, se eu mexia no cabelo, ela mexia no cabelo, a alma fingia que era eu, arremedava a minha cara, rodava, fazia ser tudo igual, beisiti! Grande era seu segredo de fazer ao mesmo tempo, de saber tudo o que eu ia fazer, não fazer nem antes nem depois, igual, e fazia bem, como uma irmã, como a cabeça de uma irmã, duas irmãs, que nem eu tivesse duas cabeças, Tenho eu duas cabeças? Perguntei, e o regatão riu de mim, Esta indiazinha! Este é um espelho, menina! Beisiti! Pedi, Me dá o espelho? Me dá o espelho? Me dá o espelho? Me dá o espelho? beisiti, ele deu o espelho para Pupila, o regatão Bonifácio queria levar minha irmã, queria comprar minha irmã, mas avô Apon não deixou, pai não deixou, o regatão queria roubar e sujeitar minha irmã, não tirava os olhos de Pupila, queria comprar minha irmã, queria minha irmã, pai quis trocar Pupila por uma carabina, meu avô não deixou, duas carabinas, meu avô não deixou, três, quatro carabinas, meu avô não deixou... será se o regatão roubou minha irmã? Comprou minha irmã? Mas nunca apareceu espingarda nenhuma em nossa casa, nunca apareceu rifle, nem carabina de repetição, apareceram umas facas de cabo e uns terçados... mas pai nunca ia trocar minha irmã por tão pouco... nunca ele ia dar a filha... quando Xumani falou ao meu pai que ia botar roçado novo e queria a minha irmã para ela ser sua segunda esposa, Pupila não estava mais na aldeia.

babui, esmorecer

O regatão Bonifácio levava mulheres de nossa gente, levou Bōti, levou Pōkuru, levou Anari, levou Nakō, levou Canelada, levou Marianita... e elas nunca mais voltaram... mas Mani voltou, contou que nas aldeias dos cariús não moram quase mulheres... nos barracões há mulheres, e muitíssimos trastes, tabaco redoleiro, feijão, açúcar, café, carne-seca, paneiros de farinha, perdizes de chumbo em grão, molhos de tabaco entaniçado, mãos de milho, garrafas de querosene, borracha sernambi, fósforos, tigelinhas de seringar, tesouras, agulhas de costura, rendados do Ceará, botas, chapéus, cebola, coco, óleo de copaíba, de andiroba, de jarina, sabão de andiroba, corda, cestos, vassouras, panos... tudo há, mas não há mulheres, quase nem uma... nem umazinha... e esquisitas, fracas... vestem roupas velhas remendadas de panos... umas roupas acochadas... e as nossas mulheres que o regatão levava ele vendia, eram mulheres boas, gordas, custavam um pau de borracha, dois paus de borracha quando eram bonitas, gordas, mais jovens... umas ficavam mansas... umas mordiam os patrões, mordiam os seringueiros... o regatão Bonifácio amarrava um pau na boca de nossas mulheres para elas não morderem... vendidas aos seringueiros que não eram amulherados, para eles se amulherarem, e para as nossas mulheres se maridarem deles... mas umas mordiam... fugiam, ou viravam devassas das noites... bebiam a aguardente, huni dos brasileiros e viravam môte... andavam mais todos os homens, mesmo as que eram amulheradas iam dançar nas festas deles, os brasileiros todos dançavam mais elas, um depois de outro, depois de outro, uma dança diferente... o regatão tirava da mata as nossas mulheres com a boca amarrada, com um pau amarrado na boca, para mode elas não morderem... as mulheres iam trabalhar para os patrões cariús, iam se sujeitar... passavam o dia descascando macaxeira, cozinhando, limpando, varrendo, lavando, plantando... os brasileiros se matavam para mode ter uma mulher de nossa gente... umas morriam de quebrante de tristeza... mulheres de nossa gente iam trabalhar para os patrões, elas eram amansadas, não mordiam mais, vestiam roupas como as brasileiras, acochadas, alvações... descascavam macaxeira o dia inteiro, noite escuro dentro, descascavam macaxeira até sangrarem os dedos... faziam fabrico de farinha... cariús só gostam de farinha... cariú quer dizer povo da farinha... os patrões marcavam com ferro quente as peles das nossas mulheres, para elas serem deles, marcavam os nomes deles, os sinais deles... o regatão falou que era mentira, nunca marcaram a pele de mulher nenhuma... ele seguia minha irmã Pupila, dava presentes a Pupila, dava miçangas, dava pano, dava linha colorida, dava rendados do Ceará, açafates, dizia que quando ela embonecasse, amulherasse, ele voltaria para buscar Pupila, mode se maridar dele, Pupila era pau para

quatro tigelas... ele veio... veio... levou Pupila... foi ele... sei que foi ele... foi sim... ele, sim... o regatão... o regatão levou minha irmã... minha irmãzinha... ele levou... ah errei! Tem mais fio? Mais novelo? Mais! shu! shu! shu! shu! Mas teu bordado... Buni! Tanto fizeste! Está é lindo! O regatão vai comprar... por um candeeiro? Uma panela de metal? Será se ele caçou minha irmã?